

Anderson Oliveira Sousa

Andyara de Barros
Lopes Nascimento

Ângela Pereira da Silva
Chantal Nunes

Antonio Ronaut Soares
Pedrosa Júnior

Cristina de Melo Moura Oliveira

Dannylo Cavalcante Alves

Flora Fernandes Lima

Franciana Beleense de Sales

Gleciene Marques dos Santos

Iracilda Alves Braga

Janaina Lucélia Oliveira
de Carvalho

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues

Kelma Jeana Modestina de Oliveira

Layla Carolina da Costa Lima Paiva

Layla Tacianne Cardoso Lemos

Lise Lopes Lima

Marfisa Martins Mota de Moura

Maria Guadalupe de Araújo
Veloso Lima Freitas

Marta Sergia Carvalho Martins

Mauricéia Neves da Costa Carneiro

Teresa Cristina Moura Costa



O livro evidencia o trabalho sério das organizadoras, da comissão de avaliação e dos co-autores/autoras constituindo, dessa forma, uma importante contribuição para subsidiar reflexões e análises de profissionais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do SUAS. Trata-se, portanto, de uma obra que realiza um convite para a manutenção da luta pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social nos diferentes espaços e campos de atuação, luta essa ancorada na organização política da sociedade pelo alargamento e aprimoramento das ofertas públicas e no trabalho de profissionais comprometidos técnica, ética e politicamente com a cidadania.

Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa
Docente do Departamento de Serviço Social/ UFPI



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO TERESINENSE

Organizadoras:
Iracilda Alves Braga
Marfisa Martins Mota de Moura
Mauricéia Ligia Neves
da Costa Carneiro



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO TERESINENSE

Gestão e boas práticas | 2020



A política de assistência social no contexto teresinense

A decorative horizontal line composed of small diamond shapes. It starts on the left side, angled upwards, and then continues horizontally across the page.

gestão e boas práticas - 2020



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os Direitos Reservados

P769 A política de assistência social no contexto teresinense : gestão e boas práticas –
2020 / organizadores, Iracilda Alves Braga ... [et al.] – Teresina : EDUFPI,
2020.
260 p. : il.

ISBN: 978-65-86171-06-8

1. Assistência Social. 2. Boas Práticas. 3. Seguridade Social. I. Braga, Iracilda
Alves.

CDD 361.61

A política de assistência social no contexto teresinense

gestão e boas práticas - 2020



SEMCASPI
Secretaria Municipal de
Cidadania, Assistência
Social e Políticas Integradas

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS 2020:

Dra. Iracilda Alves Braga (UFPI)

Dra. Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro (SEMCASPI)

Kelma Jeana Modestina de Oliveira (SEMCASPI)

Dra. Teresa Cristina de Moura Costa (UFPI)

Ms. Augusto Ferreira Dantas Júnior (FAESPI/UNINASSAU)

Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (Trabalhadora do SUAS)

Apresentação

No cenário econômico, político e social da realidade nacional e local, a Política de Assistência Social, vivencia um contexto de avanços e conquistas no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social nos marcos da efetivação dos direitos socioassistenciais. Portanto, consolidando a política de assistência social, como política pública e o SUAS, como sistema descentralizado e participativo de proteção social.

No entanto, a gestão do SUAS, configura-se enquanto desafiadora frente às adversidades e contradições da realidade social. Posto isso, urge nesse contexto, a necessidade do contínuo aprimoramento do SUAS com a oferta, de qualidade, dos serviços socioassistenciais, objetivando garantir respostas às demandas dos usuários em suas diversidades e particularidades na proteção social.

Nesse sentido, o SUAS tem exigido cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras comprometidos(as) e qualificados(as) para a realização do provimento dos serviços socioassistenciais. Em Teresina, esse esforço dos trabalhadores e trabalhadoras tem-se dado, também, mediante reflexões e sistematizações de experiências sobre a gestão da política, das demandas sociais, da oferta dos serviços, programas e benefícios do SUAS, do trabalho, do assessoramento e do controle social democrático e participativo.

Assim, este livro sistematiza produções que compõem a 2ª edição da Mostra de Boas Práticas da SEMCASPI, materializado em “A Política de Assistência Social no Contexto Teresinense: gestão e boas práticas 2020” e conta com valiosas contribuições e sistematizações do corpo Técnico em seus percursos cotidianos de intervenção profissional no âmbito do SUAS em Teresina, refletindo, portanto, a gestão e as práticas inovadoras, propositivas e críticas na busca pelo aperfeiçoamento da Política.

Nesse intuito, convidamos a todos(as) para trilhar esses caminhos percorridos pelo corpo técnico, com compromisso, responsabilidades e profissionalismo, no processo de afirmação de direitos de forma participativa e democrática. Espero que tenham boas leituras e que possam estimular em cada um(a) o desejo de pensar e sistematizar suas experiências profissionais na consolidação do Estado democrático de direito.

Teresina (PI), março de 2020.

Francisco Samuel Lima Silveira
Secretário Municipal de Cidadania, Assistência social e
Políticas Integradas - SEMCASPI

Sumário

Prefácio | 11

Teresa Cristina Moura Costa

Nota introdutória | 15

Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro

PARTE I – GESTÃO DO SUAS

A questão social na realidade brasileira: considerações | 25
sobre a presença das perspectivas conservadoras

Marfisa Martins Mota de Moura

A esfera pública no âmbito do SUAS: desafios postos ao | 43
exercício do controle social

Janaina Lucélia Oliveira de Carvalho

O Trabalho do assistente social no CREAS: condições | 59
objetivas e subordinação profissional

Iracilda Alves Braga

- 81 | Diagnóstico socioterritorial participativo de Teresina:
Uma experiência em construção
Ângela Pereira da Silva Chantal Nunes
Layla Tacianne Cardoso Lemos
Teresa Cristina Moura Costa
- 101 | O uso de novas tecnologias da informação e
comunicação como ferramentas da gestão municipal do
suas em Teresina
Ângela Pereira da Silva Chantal Nunes
Cristina de Melo Moura Oliveira
Kelma Jeana Modestina de Oliveira
- 121 | Trabalho infantil na perspectiva do SUAS
Franciana Beleense de Sales
Layla Carolina da Costa Lima Paiva

PARTE II – BOAS PRATICAS DO SUAS

- 141 | A Mesa Municipal de Negociação e gestão do
trabalho do SUAS
Dannylo Cavalcante Alves
Anderson Oliveira Sousa
Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior
- 155 | Câmara Técnica Sudeste
Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior
Dannylo Cavalcante Alves
Anderson Oliveira Sousa
- 167 | Condicionalidades do Programa Bolsa Família em
Teresina-PI
Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues

Benefícios eventuais no âmbito do SUAS	185
<i>Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues</i>	
<i>Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas</i>	
Relato de um estudo de caso ampliado, realizado no	203
CREAS Sul, Teresina – PI	
<i>Gleciene Marques dos Santos</i>	
Musicoterapia com crianças em	221
acolhimento institucional	
<i>Lise Lopes Lima</i>	
<i>Flora Fernandes Lima</i>	
Moda e inclusão social – Casa de Zabelê	239
<i>Andyara de Barros Lopes Nascimento</i>	
<i>Marta Sergia Carvalho Martins</i>	
Sobre os autores	255

Prefácio

Não há como esconder a minha emoção ao prefaciар a obra “A política de assistência social no contexto teresinense: gestão e boas práticas - 2020”. Esse sentimento se apresenta devido à relação acadêmica de estudo sobre a temática delineada no livro e ao vínculo institucional, construído em uma trajetória de dezenove anos, com a Prefeitura Municipal de Teresina, local em que iniciei o exercício profissional do Serviço Social no município.

Emoção maior me invade ao perceber que, mesmo no adverso contexto de retração dos investimentos no âmbito da Política de Assistência Social, o conjunto dos/das profissionais que materializam serviços e benefícios se mantém firme no propósito de luta e de trabalho em torno do aprimoramento da política, sem perder de vista o zelo pelo aprofundamento teórico e metodológico, concretizando, dessa maneira, o direito à proteção socioassistencial do espaço, da gestão, do assessoramento, do provimento dos serviços e dos benefícios.

São autores/autoras que, mergulhando na análise do SUAS, par-

tem de questões diversificadas atinentes às especificidades do trabalho e/ou objeto de estudo delineado, e que, dessa forma, corroboram para a exposição do seu fazer profissional no âmbito do SUAS e/ou para exposição das estratégias de trabalho acionadas a partir das condições objetivas e subjetivas de trabalho presentes nos seus espaços institucionais.

A coletânea está organizada em treze capítulos divididos em duas partes. A Parte I – Gestão do SUAS é composta de seis capítulos que apresentam discussões de grande relevância acerca da questão social, do trabalho dos profissionais de Serviço Social, da esfera pública, do trabalho infantil, assim como, das estratégias de gestão, a exemplo da construção do diagnóstico sócio-territorial e da utilização de tecnologias de informação e comunicação no âmbito do SUAS.

O texto inicial apresenta uma crítica à forma pela qual o Estado brasileiro, historicamente, esteve alicerçado à lógica do conservadorismo no enfrentamento da questão social, compreendida e analisada sob o viés da teoria social crítica. Assim, evidencia como o conservadorismo ainda é presente nas formas interventivas engendradas pela estrutura estatal. As análises nos dão embasamento para pensar o SUAS em construção, como política social não contributiva, e que, ainda encontra resistência de concretização e consolidação por questões que se apresentam no discurso conservador de orientação para seu papel subsidiário dentro do conjunto das Políticas Públicas e do âmbito da responsabilidade estatal, o fundamento dessa construção também é apontado na sua posição dentro do contexto do sistema de Proteção Social Brasileiro.

Ainda sobre a questão social, há um destaque dado ao trabalho infantil como expressão incontestada dessa realidade desencadeada pelos processos de produção e reprodução das relações sociais no bojo da sociedade capitalista, tanto qual de suas estratégias para garantir a lucratividade que acaba por se sobrepor a quaisquer possibilidades de valorização do humano, atingindo, inclusive, crianças e adolescentes. Por outro lado, os avanços, do ponto de vista legal e de materialização da política de enfrentamento, demarcam a luta de uma comunidade por uma sociabilidade diferente que passa a reconhecer os direitos da criança e do adolescente e por um Estado que passa a investir em Políticas Públicas capazes de incidir na função protetiva desse segmento.

Não é possível discutir tais estratégias sem que se leve em conta

as condições de trabalho no âmbito do SUAS. Nessa seara, a coletânea apresenta uma contribuição com a análise do trabalho do/da assistente social na construção da Política de Assistência Social, que vem acumulando aportes teóricos e metodológicos para uma atuação qualificada no âmbito dos serviços e, em particular na análise exposta, do Serviço de Proteção Especializado a Indivíduos e Famílias – PAEFI, mas que enfrenta dificuldades de responder às demandas postas em virtude das condições objetivas de trabalho que requerem um sujeito profissional histórico, que problematize, para além das condições de trabalho, o seu papel na política, sem perder de vista o Projeto Ético Político da profissão.

Na discussão da esfera pública no âmbito do SUAS, é ressaltado o papel da sociedade civil nos processos de luta tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto nos espaços institucionalizados de deliberação e acompanhamento da Política de Assistência Social, a exemplo dos conselhos. Assim sendo, há a conquista de uma sociedade que não se contenta mais apenas com os mecanismos da democracia representativa que carece de fortalecimento na perspectiva do aprofundamento do diálogo entre Estado e Sociedade e de superação do determinismo estatal nas estratégias de enfrentamento à questão social.

Finalizando a primeira parte, podemos constatar que essa obra apresenta duas contribuições no âmbito do trabalho na gestão do SUAS. A primeira exprime o processo de construção do Diagnóstico Sócio Territorial Participativo que, ultrapassando a mera direção generalista de mensuração dos problemas para delineamento de metas a serem alcançadas no âmbito dos serviços do SUAS, demarca um esforço de discutir as expressões da questão social nos territórios com seu próprio público: os trabalhadores, as organizações da sociedade civil, as lideranças comunitárias e os atores de outras políticas públicas. O artigo apresenta uma importante contribuição no sentido de socializar uma estratégia metodológica de gestão ao construir um arranjo institucional CADIST, composto por trabalhadores de diferentes esferas e territórios, usuários do SUAS, representação do CMAS, todos capazes de trabalhar com o fortalecimento das equipes territoriais e acompanhá-las no processo de identificação, problematização e sistematização das expressões da questão social que são objeto da Política de Assistência Social, articulando-as à lógica

dos processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Ainda na esfera das estratégias de gestão, a utilização das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de monitoramento, controle e avaliação da Política de Assistência Social, assinala o aprimoramento dos processos de gestão com vistas à celeridade no atendimento às demandas do público do SUAS, assim como à divulgação de informações que subsidiem os seus trabalhadores e o acesso e avaliação de diferentes atividades de aprimoramento promovidas pela gestão no município. A experiência aponta para necessidade de investimento nessas ferramentas, mas também, para os limites apresentados, haja vista que a resolutividade de demandas, como o acesso aos benefícios eventuais, passa necessariamente pela efetivação do cofinanciamento do Estado e pelo investimento financeiro tanto do município como do Estado.

Na segunda parte da obra - Boas práticas do SUAS, fomos agraciados com sete artigos que apresentam experiências diversificadas dos trabalhadores do SUAS que atuam no provimento e gestão de serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e nos benefícios socioassistenciais.

Ao reconstruir a história de organização política dos trabalhadores da Política de Assistência Social, a coletânea não só valoriza o papel político do SUAS, mas também contribui para o registro de importantes momentos de embate e luta, no âmbito da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho, que culminaram em conquistas históricas como a própria regulamentação do SUAS no município. Cabe destacar ainda que, as discussões demarcam uma inovação no diálogo estabelecido entre órgão gestor e trabalhadores/trabalhadoras e na possibilidade de democratização do aparato burocrático do Estado que carrega os ranços históricos do insulamento e tecnocracia.

Além da organização e luta política, destaca-se a exposição de arranjos institucionais construídos pelos atores do território, a exemplo da Câmara Técnica e da Comissão de Articulação Territorial, responsáveis pela unidade de gestão, vigilância, planejamento e avaliação do SUAS em um macro território que possui cinco CRAS e um CREAS, constituindo, portanto, um marco de organização do trabalho em rede, capaz de integrar não apenas os serviços socioassistenciais, mas de articular e discutir, com outras políticas públicas, as problemáticas presentes no

território que atingem diretamente o público do SUAS. O trabalho em rede também é apresentado com êxito mesmo diante das condições do Programa Bolsa Família, sobretudo no que tange à articulação e integração entre as políticas de assistência social nos acompanhamentos educacional e da saúde das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No que tange aos Benefícios Eventuais, a coletânea apresenta aportes relevantes sobre a sua trajetória e sobre os desafios enfrentados na sua concretização dentro de um Estado que ainda tem dificuldade de reconhecer a provisão do Benefício Eventual como um direito assegurado às famílias por situações emergenciais ou contingências. Além disso, recupera os marcos legais e apresenta um leque de possibilidades e desafios identificados a partir do diálogo com as equipes de referência que realizam as operações. Nos chama a atenção o fato de que, embora o SUAS de Teresina venha concretizando o BE na perspectiva de ruptura com as práticas clientelistas, fisiologistas, centralizadoras e morosas, desafios, como por exemplo, o financiamento para dar conta do volume da demanda e a integração entre serviços e benefícios com o trabalho social em companhia de famílias que compreendam a demanda no contexto da totalidade superando a visão imediatista da realidade, ainda se perpetuam na ótica contemporânea.

O trabalho em rede também é destaque na Proteção Social Especial, particularmente com a apresentação do Estudo de Caso Ampliado, estratégia metodológica de atividade que faz parte dos processos de trabalho dos profissionais que atuam nos serviços ofertados pelo CREAS. A experiência é motivadora tanto pela natureza desses ofícios interdisciplinares quanto pela possibilidade de articulação de diferentes atores e famílias na pactuação de estratégias e compromissos no enfrentamento às situações de violação de direitos.

Na alta complexidade, as profissionais de psicologia, apresentam a experiência exitosa da musicoterapia como estratégia de trabalho junto às crianças acolhidas no sentido de reduzir os impactos causados pelo acolhimento. Além do desenvolvimento da autoconfiança e da auto-estima, a estratégia possibilitou o resgate, partilha e a valorização das histórias de vida das crianças, ponto de partida para a construção de projetos de vida.

Na mesma direção, as atividades com jovens, em cumprimento

de medida sócio educativa, nos cursos de serigrafia e moda, cuja base pedagógica está alicerçada no resgate das raízes étnicas, no estímulo ao protagonismo, na construção e afirmação da identidade dos sujeitos e na formação para a cidadania, apontam para a formação profissional, em grande parte, pelo modelo pedagógico inovador que permeia o trabalho executado na Casa de Zabelê.

Pelas indicações aqui delineadas, a obra traz para o debate a experiência de profissionais no âmbito do SUAS, valoradas, sobretudo, pela busca da consolidação da cidadania, não se resumindo apenas a critérios de administração gerencial sob a égide dos conceitos de eficiência e eficácia vinculados ao nível de racionalização imposto pelo gerencialismo enquanto ideologia e forma de gestão do Estado capitalista em sua feição neoliberal.

Assim, as produções expressam a coragem de um conjunto de trabalhadores que, reconhecendo os limites postos pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho no contexto do Estado Neoliberal e de suas irresponsáveis respostas às necessidades sociais, no cotidiano dos seus exercícios profissionais na gestão, assessoramento e provimento dos serviços, empreendem pesquisas, ações e delineiam estratégias inovadoras que demarcam a condição não de meros reprodutores dos marcos orientadores da Política, mas de estratégias desenhadas levando em consideração suas particularidades sócio-históricas.

Assim, o livro evidencia o trabalho sério das organizadoras, da comissão de avaliação e dos co-autores/autoras constituindo, dessa forma, uma importante contribuição para subsidiar reflexões e análises de profissionais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do SUAS. Trata-se, portanto, de uma obra que realiza um convite para a manutenção da luta pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social nos diferentes espaços e campos de atuação, luta essa ancorada na organização política da sociedade pelo alargamento e aprimoramento das ofertas públicas e no trabalho de profissionais comprometidos técnica, ética e politicamente com a cidadania.

Profª. Dra. Teresa Cristina de Moura Costa
Docente do Departamento de Serviço Social/ UFPI

Nota introdutória

A Política de Assistência Social, no município de Teresina, vem percorrendo uma trajetória desafiante quando incorpora nas suas bases uma conotação técnica-política, uma vez que expressa a materialidade do Sistema de Proteção Social Brasileiro, através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito da Política de Seguridade Social.

O caminho percorrido até o presente momento, diante das lutas sociais que o país vem enfrentando, denota o compromisso de gestores, técnicos, usuários e da sociedade civil organizada em fortalecer e consolidar uma política pública tendo como parâmetro norteador a inovação gerencial agregada ao desenvolvimento humano. Estes aspectos passam a constituir o horizonte na busca pelo pleno desenvolvimento do SUAS no município de Teresina.

Os desafios postos estão relacionados ao enfrentamento das condições de pobreza e desigualdade social existentes no país, que consubstancia também a realidade teresinense. O grau de vulnerabilidade e riscos que afetam a população, associados às formas como essas con-

dições se expressam no cotidiano das famílias; por meio do seu caráter multidimensional decorrente da perda ou fragilidade dos vínculos familiares, da precarização na inserção ou não no mercado de trabalho, das incidências de violência intra-familiar de grupos e indivíduos, entre outras, produzem situações que exigem uma proteção social por parte do Estado, mais especificamente da Política de Assistência Social.

Desta feita, reconhecer a existência de tais vulnerabilidades e riscos é precípua para definir ações e estratégias que possibilitem proteções com características específicas, independente de classe social, haja vista que a Assistência Social é para quem dela necessitar como assevera os artigos 203 da Constituição Federal/1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social - SUAS consolidados pelo SUAS.

Em Teresina, seguindo estes parâmetros normativos, a Política de Assistência Social, organiza-se em gestão plena, nível em que o município tem o gerenciamento total das ações da Assistência Social, assumindo a responsabilidade de organizá-las segundo as referências da Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa Social Institucional, primando assim pela oferta de programas, projetos, serviços e benefícios que promovam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, vigiem os direitos violados nos territórios e potencializem a função protetiva das famílias

O SUAS também incorpora nas suas bases estruturantes, dimensões que hoje se fazem presentes na realidade do município de Teresina: a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, o co-financiamento municipal, o controle social, o sistema de monitoramento, a informação e avaliação e, mais recentemente, a política de recursos humanos, condições essenciais para a execução da competência técnica-política de uma área que ressalta a garantia de direitos sociais.

Na condição de uma gestão plena, a Política de Assistência Social em Teresina, se estrutura por meio de gerências, coordenações e divisões, obedecendo a um organograma que procura responder as dimensões necessárias e exigidas pela matriz legal consagrada pela LOAS, considerando a universalização dos acessos aos direitos e a responsabilidade estatal. Esta estrutura organizacional se encontra configurada da seguinte forma: gerência da proteção social básica-GPSB e especial-GP-

SE, gerência do sistema único de assistência social-GSUAS, gerência do fundo da assistência social, gerência financeira, gerência de programa de renda mínima, gerência de sistema da informação, gerência administrativa. Estas são compostas por coordenações e divisões que assumem a organização e implementação no atendimento às demandas sociais canalizadas pelas unidades e serviços sociassistenciais.

Um dos grandes desafios da construção dessa política é a criação de mecanismos que venham garantir a participação dos usuários nos espaços de controle social. Com esse ímpeto, a gestão da assistência social em Teresina, tem mobilizado nos serviços, estratégias que sensibilizem e fortaleçam a provisão do protagonismo desses atores enquanto sujeitos com voz representativa, construindo, em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conselho gestor desta política, parâmetros de normatização que orientem a execução dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

Avanços são perceptíveis na gestão da assistência social no município. Podemos destacar o compromisso de assegurar uma Política de Recursos Humanos, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho, do encolhimento da esfera pública estatal, que implica diretamente na precarização de vínculos de trabalho. A busca na garantia de uma equipe de referência, com vínculos efetivos para as unidades sociassistenciais tem sido um objetivo constante, assim como, a ampliação da rede de serviços, o que tem possibilitado o atendimento às novas demandas sociais como a implantação da Residência Inclusiva, voltada para o acolhimento às Pessoas com Deficiência, Centros de Convivências especializado e Centros Dia Especializado para Pessoa Idosa, Casa de acolhimento feminino, República, como também, um aumento do número de unidades de Referência da Assistência Social como CRAS e CREAS.

A diversidade, complexidade e o dinamismo da realidade social teresinense, produzem expressões da questão social que exigem um conjunto de respostas sociais que aproximem a intervenção pública às demandas sociais do município. Nesta seara, o conhecimento da realidade social do município, promovido pelo diagnóstico socioterritorial elaborado de forma participativa, também é uma ferramenta utilizada pela gestão municipal, visando ao fortalecimento do exercício democrá-

tico dessa política pública na medida em que promove a participação de usuários dos diversos serviços socioassistenciais; técnicos; entidades da sociedade civil; representante das demais políticas sociais em momentos e espaços de reflexões e discussões sobre os contextos territoriais, com o objetivo de produzir e sistematizar informações com vistas à construção de indicadores sociais essenciais para a identificação das incidências de vulnerabilidades que oportunizam riscos e danos aos cidadãos.

A partir dessa experiência, a vigilância socioassistencial em Teresina imprime, pois, a necessidade de se qualificar e/ou requalificar o desenho da atuação da rede de serviços socioassistencial local, extravasando os recortes setoriais tradicionais utilizados pelas demais políticas públicas, propondo uma gestão em uma perspectiva da totalidade, integrando programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais articulados com as políticas setoriais, característica marcante da Política de Assistência Social

Na execução do SUAS em Teresina, é condição fundamental a sinergia produzida pela gestão sistêmica, em rede, pois corrobora para agregar espaços de colaboração, mobilizando recursos humanos, financeiros, materiais e saberes com o propósito de ampliar as possibilidades dos efeitos e chances de sucesso. O nosso município vem desbravando caminhos para construção de uma agenda pública consciente dos desafios, mas também das potencialidades que a Política de Assistência Social tem se deparado oportunizando espaços de reflexão e debates de idéias.

Esses espaços vêm contribuindo para o processo de amadurecimento de novas práticas, identificando e disseminando vivências e saberes inovadores que possibilitam mudanças na lógica de uma cultura conservadora para uma prática política atenta com a dimensão do cotidiano objetivando a garantia e extensão de direitos sociais. A coletânea de gestão e boas práticas na sua segunda edição é um exemplo desses espaços como tantos outros que são concebidos por equipes técnicas, grupos de famílias, grupos de adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, enfim, com todos aqueles e aquelas que participam da construção do SUAS no nosso município.

Disseminar os vários saberes constituídos no dia a dia do processo de trabalho na gestão do SUAS em Teresina, contribui para que pos-

samos compreender as nossas realidades com suas diversidade, e adversidades, é base para que uma racionalidade seja elaborada a partir de um pilar ético e cívico, contudo desafia a cada um dos sujeitos políticos que compõe a gestão da assistência social a gerar condições que se traduzam em ferramentas sustentáveis na promoção e na provisão de direitos com reconhecimento público da legitimidade das demandas sociais.

Dra. Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro
Secretária Executiva do SUAS

GESTÃO DO SUAS

PARTE I

1 A questão social na realidade brasileira: considerações sobre a presença das perspectivas conservadoras

Marfisa Martins Mota de Moura

Introdução

Ao refletir sobre a questão social na realidade brasileira, notadamente se evidencia o movimento histórico realizado pela referida política no bojo das contradições sociais para o seu reconhecimento. Assim, ressalta-se que essas transformações se inserem na dinâmica da relação

entre o Estado e sociedade e nas suas determinações, expressando, dentre outras noções, tendências conservadoras face à necessidade de produção e reprodução social.

Posto isso, o presente artigo pretende tecer algumas considerações acerca da questão social como *locus* da intervenção estatal levantando, de forma particular, um debate sobre o fundamento das perspectivas conservadoras presentes no processo de (in)visibilidade da questão social.

Para tanto, em um primeiro momento, aborda-se a questão social e os fundamentos da herança conservadora na ação interventiva estatal, para posteriormente, voltar-se para a reflexão sobre a questão social na realidade brasileira e as perspectivas conservadoras.

1 A questão social e os fundamentos da herança conservadora

A abordagem sobre a questão social implica em compreendê-la a partir das transformações históricas, sociais, políticas e culturais da realidade que apresenta determinações e manifestações diversas no seu processo de construção e enfrentamento.

Nesse processo de apreensão da questão social, a presença do conservadorismo e dos seus desdobramentos, faz-se a partir dos valores e das práticas culturais que conformam as perspectivas de análises presentes nas concepções da questão social. Assim, entende-se, por conservadorismo clássico, o pensamento que se instala com o esgotamento do ciclo revolucionário burguês, elencando suas estratégias e a preservação da ordem estabelecida. E que, portanto, é apreendido na determinação do espaço histórico-temporal.

Isso quer dizer que a burguesia passa a estabelecer uma nova relação com o conservadorismo, conforme acentua Machado:

Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa [...]; nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa

a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. (MACHADO, 1997, p. 58)

Posto isso, reafirma-se o pensamento conservador, segundo Escorsim Netto:

O pensamento conservador [...] não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade, nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente – formas a que cabe a denominação de tradicionalismo. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-históricos muito precisos: o tempo e o espaço de configuração e da consolidação da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” [...] e em que operaram movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40).

Portanto, é no bojo dessas contradições e tensões que irá emergir a questão social. Assim, a compreensão da questão social, segundo Pereira (2000, p. 134), tem origens com o advento da Revolução Industrial, no século XIX, com a bipolarização da sociedade entre burgueses e proletários, com a consequente concentração de riqueza e a socialização da pobreza.

A questão social, assim nomeada pela primeira vez por volta de 1830, tem origem na Europa, a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da Revolução Industrial, tem como fundamento o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano.

Salienta-se que a expressão “questão social” demarca as características dos desdobramentos e das determinações oriundas da nova so-

ciabilidade do trabalho na lógica do capitalismo. Ocorreram, nesse meio tempo, novos processos sociais: migrações, urbanização, metropolização, proliferação das favelas, emprego, desemprego, fome, miséria, promiscuidade, abandono, dominação e exploração, enfim, o pauperismo da maioria da população.

Denota-se que os diferentes períodos históricos apresentam conceitos que manifestam as características próprias da realidade da época, sendo, portanto, as compreensões conceituais, expressões dessa realidade como retrata Ianni (1992, p. 87) ao estabelecer que ela [...] reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Nesses termos, a questão social sempre coloca em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Para configurar esse quadro, recorre-se a contribuições de teóricos que analisaram e interpretaram a questão social no sentido de entender como ela se constituiu frente aos processos históricos e como ela se manifesta na atualidade se desdobrando em velhas e novas expressões das desigualdades que emergem com as relações de produção capitalista.

A questão social apresenta caráter diverso que denota sua complexidade e suas formas. Desse modo, segundo Ianni, a categoria assim se apresenta:

[...] uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão [...] harmonia, trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto toma de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. (IANNI, 1992, p. 92).

No referido texto, denota-se que a compreensão da problemática apresenta enfoques diferentes e contraditórios, com uma busca do equacionamento da questão por muitos teóricos. Ora expressando rebeldias e desordem ora sendo a constatação de problemas sociais em um contexto de harmonia entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, estão postas as

suas contradições, mas se evidencia o seu mascaramento diante da realidade.

Na busca por configurar esse fenômeno, Castel (*apud* PEREIRA, 2000, p. 134) defende:

[...] “a questão social é a questão da sociedade salarial”, que se evidencia pelas manifestações das transformações da problemática do emprego. Em Castel, a questão social “afirma-se pelas desigualdades sociais, as injustiças e a exploração da força de trabalho”.

Assim, ainda em Castel, a referida questão “[...] configura-se a partir da tomada de consciência das condições de existência das populações que são ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial” (CASTEL *apud* PEREIRA, 2000, p. 134).

Para tanto, situa-se o referido fenômeno, experimentado pelo período industrializante ocorrido na Inglaterra, o qual desencadeou o fenômeno da pauperização massiva da população trabalhadora que é vinculado diretamente à generalização do trabalho livre, em um cenário sócio-histórico que se movimenta em torno das grandes transformações econômicas, sociais e políticas, ocorridas na Europa do século XIX, desencadeadas pelo processo de industrialização.

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (NETTO, 2012, p. 202, grifos do autor).

Salienta-se que se tratava de um fenômeno diverso e sem precedência das e nas sociedades anteriores, demarcando o que passou a ser denominado como questão social. No entanto, o seu reconhecimento se dá a partir dos desdobramentos sociopolíticos provocados pela classe trabalhadora que passou a colocar na cena histórica os problemas sociais

decorrentes do seu estado de pauperização, constituído pela desigualdade econômica e social, bem como pelo desemprego, fome, doenças, desproteção e desamparo na velhice, entre outros.

Mesmo sendo evidenciada e reconhecida, a questão social se desconecta de suas verdadeiras raízes estruturais, visto que passa a ser assumida pelos ideólogos conservadores laicos e confessionais que tendem a naturalizá-la, não a reconhecendo como constitutiva da sociedade capitalista (NETTO, 2012). No entanto, a questão social consiste na sociabilidade erguida sob o comando do capital, e, portanto, a sua supressão decorre da extinção do capitalismo (NETTO, 2012).

Na verdade, essa realidade consiste na esteira da consolidação do pensamento conservador clássico por se compreender que se constituía em uma ameaça à nova ordem societária burguesa, como expõe Ortiz, no que se refere ao surgimento do conservadorismo:

Contudo, seu alvo de ataque redireciona-se, quando em meados do século XIX, a classe trabalhadora transforma-se em sujeito político com vistas à construção de uma nova ordem societária. Se antes o combate era contra os liberais e socialistas, agora os conservadores voltam-se com toda força contra os trabalhadores e suas reivindicações, as quais são por eles [os conservadores] entendida como problema de natureza moral. (ORTIZ, 2010, p. 90).

Nesse momento, faz-se sentir, no trato da questão social, os traços do conservadorismo clássico apontado por Escorsim Netto,

Quando afirma que depois de 1848, o conservadorismo, confrontando com a “questão social” e o movimento revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominantemente, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69),

No processo de consolidação do pensamento conservador clás-

sico, tem-se uma tendência bastante polêmica entre os conservadores laicos e confessionais, que é a anticapitalista romântica:

[...] não dispõe de nenhum potencial crítico-positivo em face da sociedade burguesa; sua crítica à ordem não é radical no sentido marxiano; seu aparente radicalismo ético, que reduz a crítica social à crítica cultural, dissolve as concretas determinações econômico-políticas próprias da ordem burguesa; e esta dissolução impede qualquer movimento progressista na direção de uma outra forma de sociabilidade. (MACHADO, 2004, p. 54).

Alguns pensadores, considerados anticapitalistas românticos, consideram a inevitabilidade do desenvolvimento da sociedade capitalista, não defendem a sua extinção, porém, almejam que a ordem burguesa mantenha alguns elementos, como a comunidade e a família, tal como no feudalismo (ORTIZ, 2010). Essa perspectiva romântica é divergente entre diferentes autores marxistas que dão suporte à afirmação de Löwy:

O romantismo é uma forma cultural que se manifesta em vários terrenos e em vários níveis da atividade cultural; que critica [reage contra] a civilização industrial capitalista, burguesa, em nome de certos valores, culturais, sociais, religiosos, morais, estéticos, do passado pré-capitalista ou pré-industrial, ou pré-moderno [...]. (LÖWY, 1988, p. 130).

Com o agravamento das condições de exploração da classe trabalhadora, no decorrer do século XX, a pobreza e todo o conjunto de problemas a ela associados, cresciam de forma devastadora, o desemprego alcançava proporções alarmantes tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma vez que não apresentavam condições de absorção da mão de obra (MARTINELLI, 1991). Era a consolidação da fase monopolista do capital que, garantindo a manutenção do crescimento, se caracterizava pelo fortalecimento dos monopólios, com o desenvolvimento de mecanismos de absorção do excedente.

Nessa perspectiva, na fase dos monopólios, as funções políticas do Estado se imbricam organicamente com suas funções econômicas¹,

¹ Para aprofundamento da questão das funções do estado na fase do capitalismo

reforçando o caráter político e econômico do Estado, o quê explica o desempenho de uma multiplicidade de funções, dentre elas, a de atuação como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. Segundo afirma Netto (2006, p. 26), “[...] O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para proporcionar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.”

O movimento operário encontra as bases para a consciência teórica e política acerca da questão social a partir de Karl Marx, em “O Capital”, como situa Netto:

É apenas com a publicação, em 1867, do livro primeiro d’*O capital*, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção capitalista” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo. A descoberta e a análise marxianas da *lei geral da acumulação capitalista*, sintetizada no primeiro d’*O capital*, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de *corolário necessário* do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar (NETTO, 2006, p. 205-206).

Nesse sentido, Carvalho e Iamamoto (2013, p. 135) ressaltam que “[...] a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da questão social de um segundo

monopolista, remetemos para leitura dos autores: Mandel (1976), Lefebvre (1978), Poulantzas (1980), Offe (1984).

Plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade”. Sendo, pois, marcadamente apreendidas como constitutivas do modelo de produção e reprodução social.

Nesse debate, Rosanvallon (1998, p. 23) refere-se à questão social como “[...] as disfunções da sociedade industrial emergente”. O contorno da “nova” questão social se torna mais expressivo ainda, segundo o autor, pela desproteção do Estado Providência frente às condições de segurança aos indivíduos, dando origem ao surgimento de fenômenos atuais de exclusão social que não se enquadram nas antigas categorias de exploração do homem. No entanto, destaca-se que inexistiu uma nova questão social, mas expressões contemporâneas advindas das contradições e dos antagonismos inerentes ao modo de produção capitalista nas relações entre capital e trabalho.

2 A questão social na realidade brasileira: cenário de uma realidade em movimento

É na esteira do processo descrito no item anterior que, com marcas particulares do contexto sócio histórico brasileiro, se inserem as reflexões da questão social no Brasil. Faz-se relevante olhar para a formação social brasileira e analisar que, nos seus primórdios, várias expressões de desigualdade social eram evidenciadas, como a questão indígena, o escravismo e exploração, a pobreza, as discriminações e os preconceitos, rebatendo nas relações sociais de cada época histórica.

Anterior aos anos de 1930, a questão social se configurava (in)visível. Somente a partir do declínio do regime de trabalho escravo, em 1889, que se obteve uma maior visibilidade no Brasil, tornando mais acirrada a situação de pobreza e de miséria da classe de trabalhadores e de ex-escravos, atribuindo-a a caracterização e a intervenção como caso de polícia. A referida perspectiva considera os indivíduos como responsáveis pelas suas condições de pobreza e de miséria, retirando do Estado e dos Governos a responsabilidade. Além disso, esses indivíduos demonstram por meio de uma marginalização realizada de forma repressiva e coercitiva da sociedade, suprimindo o sujeito humano e o levando a condições de desproteção social.

No cenário brasileiro, a década de 1930 reflete a expansão e a consolidação do capitalismo, inaugurando uma nova ordem do capital. Nesse cenário, configura-se a resistência da classe trabalhadora frente à sua condição de exploração, visto que há o avanço das condições de pauperização da classe trabalhadora e da organização coletiva por meio dos sindicatos. Nesse momento, para Cerqueira Filho (1982, p. 58), a questão social é conceituada “[...] como expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho no interior do processo de industrialização capitalista”.

Ressalta-se ainda que a questão social, que é percebida na relação capital e trabalho e é inserida na luta de classes sociais, requer intervenção na proteção legal das condições de trabalho da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, são criados instituições e mecanismos que buscam desmobilizar a classe de trabalhadores nas suas formas de lutas, desconfigurando a organização dos trabalhadores pelo controle de suas instâncias organizativas e repressão política-ideológica.

É neste cenário que se intensificam as medidas impostas pelo Estado para dirimir os conflitos oriundos da relação capital e trabalho e da degradação contínua das condições de vida da classe trabalhadora. No entanto, identifica-se a intensificação e o aprofundamento da produção e reprodução da questão social.

Nessa perspectiva, o reconhecimento da questão social pelo Estado² dá-se no âmbito do segmento dos trabalhadores, através do processo de proteção ao trabalho que se mostra extremamente funcional à modernização do processo de produção, constituindo o cenário do desenvolvimento brasileiro.

Nesse período, o Estado brasileiro apresenta características marcadamente reguladoras na busca da produção do consenso, da coesão social e da hegemonia (SILVA, 2000). É um Estado intervencionista e

² Nesse contexto sócio-histórico, o Estado brasileiro apresenta estratégias regulacionistas e desenvolvimentistas que não foram submetidas a pactos entre classes e partidos que disputam poder. Elas foram implementadas por uma elite conservadora, em geral com origens nas oligarquias agrárias, na burocracia estatal e nas forças armadas. Sendo as estratégias adotadas de cima para baixo, sem a participação da cidadania e das classes subalternas, facilitadas por altas taxas de crescimento econômico, rápida industrialização, geração de milhões de empregos e uma rede burocrática-corporativa de controle das classes e de proteção social.

repressivo, comprometido com a produção das condições de desenvolvimento do capitalismo o quê, consequentemente, provoca o retraimento das liberdades e das expressões populares.

Até aqui, o movimento operário foi se constituído como esteio para os avanços das forças capitalistas no país, demarcando a consolidação da classe operária brasileira, que, em seguida, se expressa, politicamente como a caixa de ressonância da questão social brasileira. Mas, no entanto, é importante frisar, segundo Silva, a negação, inicialmente, no discurso oficial do ministro do Trabalho Lindolfo Collor (1937), com relação à questão social, como demonstra trecho do seu discurso: “[...] a questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietante; ela representa um fenômeno mundial e, é a demonstração de vida e progresso. O grave é ignorá-la”. (SILVA, 2008, p. 71).

Esse foi o tratamento, por excelência, que recebeu a questão social com desfiguração da base ideológica, no caso brasileiro, na medida em que a questão social se legitimou a partir de estratégias políticas de caráter conservador imantadas sob o discurso de proteção ao trabalhador e sua família, obscurecendo suas contradições e neutralizando a luta de classes, ao contrário do que ocorreu na Europa, que só depois foi enquadrada no pensamento conservador.

Ainda nessa perspectiva, no Pós-Segunda Guerra Mundial, com o acirramento do processo de industrialização decorrente da acumulação capitalista e, consequentemente, de suas influências nas condições de vida da sociedade, merece destaque a configuração do Estado de Bem-Estar Social, que busca oferecer, por meio das políticas sociais, maior intervenção frente à pobreza da população.

Ressalta-se que as problemáticas da realidade brasileira são resultantes de Estados e de governos autoritários e concentradores que se fizeram presentes nesse período da história, particularmente a partir dos anos de 1930, prolongando-se aos anos de 1954, com uma pequena interrupção democrática, entre 1945 e 1954, e Continua nos governos subsequentes.

Vale, ainda, ressaltar, aspectos conjunturais do curto período de transição democrática no Brasil, representado pelos Governos de Juscelino Kubitschek (1955), Jânio Quadros (1960) e João Goulart (1961), com destaque para o de JK e as marcas que impetraram o seu Governo

com uma política desenvolvimentista ou de modernização conservadora³, combinando capital nacional privado e capital estrangeiro. Assim, assenta suas bases na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o denominado “mundo livre”, na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro ao Brasil e no desenvolvimentismo.

Nesse cenário desenvolvimentista, do ponto de vista social, produziu-se o crescimento do operariado e do exército industrial de reserva, tornando a questão social um problema na ordem do dia. No entanto, as respostas de JK, para os problemas sociais foram de cunho assistencialista, religioso e doutrinário, isto é, insuficiente em relação às demandas dos trabalhadores.

Na sequência de um olhar conjuntural, no cenário, em 1964, o que se observa no período da ditadura é a continuidade de um processo de modernização conservadora que, além de evidenciar o fortalecimento do capital internacional, denota a estrutura de classes fortemente polarizada, a concentração das riquezas sociais e o aprofundamento das desigualdades regionais. Observa-se, ainda, a partir de 1968, forte posicionamento na perspectiva de implantação de estruturas estatais com a necessidade de ajustar o Estado aos seus objetivos econômicos e políticos. Para tanto, faz-se necessário a repressão à oposição de forma sistemática e oficial (BONFIM, 2015).

Do exposto, salienta-se, segundo Netto (2001), que a ditadura no Brasil procurou aprofundar as características já presentes na nossa

³ O termo refere-se ao modelo econômico de dominação burguesa, Regime Autoritário Burguês, implantado no Brasil no pós-64. Nas palavras de Netto, “As linhas-mestras deste “modelo” concretizam a “modernização conservadora” conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, etc. – [...]. Elas instauraram o perfil e a estrutura socioeconômica do Brasil legado pela ditadura: a internalização e a territorialização do imperialismo: uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionada para fomentar e atender demandas enormemente elitizada no mercado interno e de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração de geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais (NETTO, 1991, p. 31-32).

formação social, isso significa que ela buscou contemplar por um lado, o reforço à marca elitista da cultura brasileira, reprimindo as vertentes que trabalhavam na contramão desta e, por outro, o incentivo e a promoção de tendências que fossem funcionais ao seu projeto “modernizador”.

É no cenário da abertura democrática que as expressões da questão social assumidas na contemporaneidade demonstram fraturas experimentadas nas expectativas da garantia e da universalização de direitos e garantidas pela Constituição Federal de 1988. Desse modo, no período em questão, evidencia-se o desejo e as manifestações por condições de vida mais justas e igualitárias que se constituem elementos de lutas pelos indivíduos, organizações coletivas e demais movimentos sociais que configuram as novas expressões da questão social contemporânea.

Desta feita, é no bojo dos anos de 1990, que se evidencia que a questão social é tratada pelo Estado Neoliberal com Políticas Sociais, de caráter compensatório, seletivo e conservador frente às questões decorrentes do mundo do trabalho e que extrapolam a relação de classes sociais, interferindo nas diversas dimensões da vida dos homens. Essa concepção e o tratamento dado pelo Estado neoliberal à questão social reafirmam a sua funcionalidade ao processo de produção e de reprodução capitalista.

Paralelo a essa realidade, vê-se a questão social expressar situações decorrentes da precarização das condições de trabalho, apesar das conquistas das condições trabalhistas terem se consolidado como direitos. Dos anos 1990 à atualidade, essa realidade torna-se ameaçada pelas transformações no mundo do trabalho e pela profunda precarização das condições de trabalho que afetam a questão de gênero, a questão ambiental, o emprego/desemprego, dentre outros aspectos da vida em sociedade. A realidade aponta para a configuração de um quadro perverso que insere as multifaces das desigualdades sociais, das vulnerabilidades e da exclusão social.

O referido quadro demanda para o Estado a necessidade de repensar a sua forma de intervenção no âmbito da gestão pública, de repensar o seu papel, pois os problemas sociais tomaram contornos desenfreados na realidade brasileira que requerem intervenção comprometida com projetos societários que primam pela justiça e igualdade social.

Conforme Arcoverde, a questão social brasileira possui:

[...] na desigualdade e na injustiça social ligada à organização do trabalho e à cidadania seu núcleo orgânico. Resulta da estrutura social produzida pelo modo de produção e reprodução vigentes e pelos modelos de desenvolvimento que o país experimentou: escravista, industrial – desenvolvimentista, fordista-taylorista e o de reorganização produtiva (ARCOVERDE, 1999, p. 78).

Dessa forma, constata-se a fragilidade e/ou a ausência de um sistema de proteção e de garantias de emprego, cujos efeitos são as desordens do trabalho e a sua desestabilização que avança para outras esferas da vida social. A questão social passa a refletir as questões cotidianas além da relação capital e trabalho, mais a dimensão da cultura, dos desejos e dos anseios das pessoas, ou seja, atinge as subjetividades humanas.

Essas novas demandas, advindas do cotidiano e das subjetividades humanas, estão expressas na luta pela democratização da sociedade brasileira, protagonizada pelos movimentos sociais: trabalhador, mulher, gênero, questão étnico-racial, ambiental, orientação sexual, populares, são expressões da tentativa de construir espaços públicos quando a luta pela conquista e pela extensão de direitos associou-se à construção democrática do Estado e da sociedade civil no contexto dos últimos 30 anos.

Após recorrer aos autores anteriormente citados para desvendar as determinações da questão social no bojo da formação sócio-histórica brasileira, é possível afirmar que as suas manifestações e expressões advêm das relações contraditórias de um processo de produção capitalista assentado em relações de classes e desigualdades sociais, e amparado por um Estado que implicou na efetivação de revoluções “pelo alto”, que são constantes no país. Isso conduz à apreensão de que não se rompeu completamente com as marcas desse passado, mas esse continua imperando, agora sob novas formas, ou seja, por meio das desigualdades sociais, étnico- raciais, de gênero, de orientação sexual, regionais, pelo autoritarismo das elites e pelo patriarcalismo. A partir dessas relações, são reiterados valores elitistas ligados ao autoritarismo, à ideologia do “favor”, à “cerimônia da superioridade social” e às “práticas da tutela”.

A tendência objetiva de transformação social no Brasil a se realizar por meio da “conciliação pelo alto” marca de vários modos o conteúdo da cultura brasileira. Antes de mais nada, surgem entre nós manifestações explícitas da ideologia “prussiana”, que – em nome de uma visão abertamente elitista e autoritária – defendem a exclusão das massas populares de qualquer participação ativa nas grandes decisões nacionais. (COUTINHO, 1999, p. 47).

Observa-se que as respostas dadas às demandas sócio-históricas no processo de desenvolvimento do Brasil geraram valores adequados à manutenção das estruturas de poder no país, dando à moralidade brasileira uma essência conservadora, segundo Bonfim (2015). Nesse sentido, vale destacar que o pensamento conservador não deve ser entendido como algo a-histórico e atemporal, é presente em qualquer sociedade e em qualquer momento histórico, como ressalta Escorsim Netto (2011, p. 40-41):

O pensamento conservador, [...] não é um “estilo de pensamento” “intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente – formas a que cabe a denominação de tradicionalismo.

Assim, ao analisar o conservadorismo no Brasil, pode-se constatar que este se apresenta em características presentes no pensamento conservador clássico, conforme expressa Escorsim Netto:

Quando se refere aos dois dos principais valores da argumentação conservadora: – a legitimidade da tradição e a desigualdade necessária e natural – podemos dizer que ambos estão fortemente presentes nas relações sociais do nosso país, podendo ser verificados especialmente nas relações entre os detentores de poder – proprietários de terra e dos meios de produção, na sua maioria “brancos” e descendentes da antiga aristocracia – e a grande parte da população trabalhadores mestiços, frutos das

“antigas” relações de exploração: escravidão negra e o trabalho imigrantes. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 60-61).

Outra característica do conservadorismo clássico que se expressa fortemente em nossa cultura é referente aos perigos da democracia, que, segundo argumentos conservadores, analisados por Escorsim Netto, afirmam ser “[...] a democracia é perigosa e destrutiva: Uma democracia perfeita é a coisa mais sem-vergonha do mundo, tal como é a mais sem-vergonha, é também a mais destemida [...]” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 60). Historicamente, a participação nos processos decisórios tem sido tratada com estratégias repressivas e manipuladoras. Essa assertiva se torna mais evidente quando se observa a criminalização dos movimentos sociais como forma de restrição e de repressão, tendo em vista a garantia da ordem social. E, ainda, as limitações à autonomia dos sujeitos, reforçando a necessidade de tutela e de sujeição das vontades dos sujeitos aos interesses dos que conduzem a sociedade (BONFIM, 2015).

Do exposto, constata-se que a moral brasileira se constitui predominantemente por valores conservadores que estão presentes até hoje na organização da sociedade, nas relações sociais estabelecidas e no tratamento dado à questão social, nas mais diferentes formas de desigualdades sociais.

Considerações finais

Ao longo da história, a questão social foi explicada por meio de distintas perspectivas que revelam os fundamentos e as particularidades das desigualdades, que, apesar de apresentarem argumentos divergentes, apontam como ponto comum o enfrentamento da questão social em uma perspectiva de coesão social, com estratégias que variam de alternativas repressoras a ideológicas (BONFIM, 2015).

Portanto, salienta-se que, na dinâmica sócio-histórica de constituição e desdobramentos da questão social, tanto na ordem mundial quanto brasileira, a presença das marcas conservadoras se fez e se faz, notadamente marcante nas formas interventivas do Estado.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. C. B. **Questão Social no Brasil e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2 – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

BONFIM, P. **Conservadorismo Moral e Serviço Social**: a particularidade da formação Moral brasileira e a influência no cotidiano de trabalho dos Assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2015.

CARVALHO, R. de; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 1998.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ESCORSIM NETTO, L. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LÖWY, Michael. A Crítica Romântica da Civilização Capitalista e sua Relação com a Cultura Católica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 28, p. 130-140, 1988.

MACHADO, L. **O conservadorismo clássico** - elementos de caracterização e crítica. 1997. 247 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16. ed. São

Paulo: Cortez. 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo e Barbárie Contemporânea**. Vitória: Argumentum, 2012.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

ORTIZ, F. G. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PEREIRA, P. A. P. A questão social e as transformações da política sociais. **Revista Ser Social**, n. 6, p. 119-132. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, UNB, 2000.

ROSANVALLON, P. **A nova questão Social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: Fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, M. O. da S. **A Comunidade Solidária**: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

2 A esfera pública no âmbito do SUAS: desafios postos ao exercício do controle social

Janaina Lucélia Oliveira de Carvalho

Introdução

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Política de Assistência Social no campo da Proteção Social, pautando-se e construindo-se, no Brasil, a partir da concepção da Seguridade Social instaurada pela Constituição Federal de 1988, com sua gestão pública atual disciplinada em todo o território brasileiro de forma sistêmica pe-

los entes federativos. Em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) e com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) (BRASIL, 2005b), reafirma-se como dever do Estado e direito do cidadão e apresenta-se como proteção social, subdividida em dois níveis de atenção: proteção social básica e proteção social especial.¹

Essa materialização da Assistência Social, a partir do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sob a lógica de um sistema orgânico, descentralizado e participativo, tornou-a uma política estratégica, configurada por um conjunto de programas, serviços, benefícios e projetos, de caráter permanente ou eventual e sob a garantia de atuação do cidadão no processo de efetivação das suas ações. Estabeleceu-se, assim, a possibilidade de um rompimento com o histórico brasileiro de negação de direitos, ressignificando o envolvimento da sociedade civil, agora não apenas como sujeitos demandatários dos serviços, mas como cidadãos, com possibilidades de participação numa gestão compartilhada com o poder público em sua trajetória de implantação nos municípios brasileiros.

A participação instituída com o SUAS materializa-se na lógica de realização dos conselhos. Para Raichelis (1998), os Conselhos de Assistência Social se configuram como mecanismo proposto pela LOAS para viabilizar a perspectiva publicista, nas três esferas de governo, federal, constituindo-se como componentes importantes na conformação de uma esfera pública cujo requisito central é existência de sujeitos coletivos dotados de autonomia e representatividade. De caráter paritário e representativo os conselhos figuram no cenário de implementação das ações públicas como relevantes instrumentos na gestão político-administrativa se constituindo como mecanismo de inovação e participação social, introduzindo uma diversidade de atores sociais nas arenas de debate e proposição.

¹ Os dois níveis de proteção da Política de Assistência Social consistem na Proteção Social Básica, com a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a Proteção Social Especial, com o atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos e/ou ameaçados, e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento (BRASIL, 2005).

Aos elementos aqui destacados, sublinha-se que os conselhos gestores representam um grande avanço no âmbito das políticas sociais como espaços institucionais de participação, criados a partir da CF/88, de caráter deliberativo inscritos na agenda política na perspectiva da democratização da gestão das políticas públicas e do próprio Estado brasileiro. Contudo, no tocante ao caráter publicista conferido à Política de Assistência Social a partir da instituição de uma esfera pública, destaca-se que a dinâmica dada ao exercício do controle social se estabelece no contexto contraditório em que circunscrevem as políticas sociais no Estado brasileiro, recaindo sobre este, muitos desafios.

1 Concepção de Esfera Pública e Dimensão Publicista no âmbito do SUAS

O processo de implementação do SUAS, no Brasil, sob o crivo do direito constituído, ainda se apresenta, apesar das conquistas sociais, plasmado pela cultura assistencialista, uma herança cultural que permanece enraizada nas relações sociais, onde uma parcela da sociedade civil, representada pelo terceiro setor, presta serviços de cunho assistencialista ao invés de promover a organização do coletivo de trabalhadores em torno da efetivação dos direitos garantidos na Carta Magna.

Esta ação mais executiva e menos propositiva e fiscalizadora por parte da sociedade civil fortalece o *ethos* que identifica e assemelha assistência social com assistencialismo, com caridade, ou manifestação de boa vontade, elidindo, assim, a substantividade do novo paradigma que a define como direito de cidadania e para integrante da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social (CAMPOS, 2006, p. 109).

Remete-se ao entendimento do ordenamento da Assistência Social no campo da política pública, considerando a contribuição do Serviço Social assinalada na década de 1980, para a compreensão da noção de esfera pública, no seu campo histórico de intervenção. Muitos movimentos políticos foram suscitados no intuito de dar publicização a esta política de direito. Nesse sentido, Castro (2012) aborda a noção de esfera

pública sob os seguintes termos:

[...] a noção de esfera pública é resgatada na década de 1990, refletindo os novos espaços de organização e discussão em torno da assistência social como desdobramentos dos preceitos constitucionais e da legislação que a regulam (CASTRO, 2012, p. 81).

Conforme reflexões feitas por Castro (2012) acerca do termo “esfera pública”, apreende-se que esta noção remonta a épocas antigas, sendo admitida na contemporaneidade quanto à ideia de interlocução entre atores distintos para tratar de assuntos comuns. Da antiguidade, herda-se, precisamente, o sentido de espaço político por natureza, no qual, os indivíduos, num projeto em disputa, negociam e interagem, expondo com liberdade seus posicionamentos. Raichelis (1998, p. 81) afirma ser “parte integrante do processo de democratização da vida social”.

Contribuindo com esse debate, Teixeira (2002) apresenta, em seus estudos, a concepção de esfera pública, numa dicotomia com espaço público. As concepções dadas pelo referido autor enriquecem o debate, pois, no centro de suas ideias, repousa a compreensão de que essas duas instâncias se diferenciam ao mesmo tempo em que podem estar articuladas atendendo à necessidade de análise dos fenômenos complexos da realidade. Nessa distinção apresentada, a esfera pública seria uma instância mediadora, onde se produz visibilidade, enquanto no espaço público realizam-se debates de forma ampliada no intuito de direcionar as negociações entre os diversos atores. “A marca distintiva da esfera pública seria a sua condição de ser o lócus da participação sociopolítica na formulação, na deliberação, na execução, no controle e na gestão das políticas públicas” (GOHN, 2002 apud BIDARRA, 2006, p. 50).

Sob a ótica dessas concepções, entende-se que os espaços públicos são os fóruns de participação popular, redes, colegiado de gestores e outros, enquanto a esfera pública são os conselhos gestores. Dando mais subsídio para essa compreensão, assevera Teixeira (2002, p. 46) que

Com o termo espaço público, indica-se aqui a dimensão aberta, plural, permeável, autônoma, de arenas de interação social que seriam aqueles espaços pouco institucionalizados. Esferas públicas seriam estruturas mistas, em que se verifica a presença da so-

cidade civil, mas de modo vinculado ao Estado, por sua criação, composição e manutenção ou estruturas comunicacionais generalizadas, como a mídia.

Compreende-se que os estudos de Teixeira (2002) convergem para o aprofundamento do debate construído por Raichelis (1998) acerca da esfera pública no âmbito da Assistência Social. A despeito do espaço público não configurar como instâncias legitimadas juridicamente no âmbito das políticas públicas, por estar fora das estruturas formais do Estado, configura-se como mecanismo relevante no aprofundamento do debate em torno da gestão democrática nas políticas públicas. Os espaços públicos instituídos traduzem as perspectivas do fortalecimento da luta coletiva dos diversos atores sociais que se mobilizam, organizam-se e participam assentados em um projeto político distinto do que prevê a projeção neoliberal.

Entende-se aqui que os espaços públicos são extremamente necessários para o fortalecimento do SUAS e precisam estar articulados com os conselhos – esfera pública – como vieses possíveis para uma efetiva participação do segmento de usuários a partir do fortalecimento da representatividade da sociedade civil. Essa articulação expressa uma estratégia necessária à consolidação da esfera pública como espaço democrático de participação popular. No âmbito da Assistência Social, a esfera pública, representada pelos conselhos, sinaliza para as possibilidades de superação da cultura política clientelista que ainda prevalece nas relações sociais e que promove a conformação das classes populares a uma direção dominante.

Assim, a ausência ou fragilidade da esfera pública pode significar um grande prejuízo para a democracia, inviabilizando o controle público nas decisões públicas, implicando determinismo da direção das classes dominantes no bojo do capitalismo contemporâneo. Desta feita, concebe-se que a esfera pública se identifica como espaço de publicização de interesses heterogêneos em torno de projetos societários de luta pela hegemonia político-cultural. Neste sentido, a esfera pública exige necessariamente a organização da sociedade civil, envolvida na direção de projetos políticos que ensejem a defesa dos direitos coletivos da classe trabalhadora (RAICHELIS, 1998, p. 82).

Um dos elementos centrais constitutivos de espaços efetivamente públicos e democráticos é sua ocupação por sujeitos sociais capazes de tornar legítimas suas representações. E isso só é possível quando se constituem como sujeitos coletivos dotados de autonomia, e se a legitimidade de sua representação for permanentemente ativa pela democratização radical dos mecanismos decisórios e pelo controle social exercido pelas bases que fundam essa representação. A questão do controle público, portanto, democrática, é central em todo processo de conformação da esfera pública e supõe a criação de nova cultura política democrática que institua a alteridade, ou seja, o outro dotado de representação e protagonismo (Sposati e Lobo, 1992). O *alter*, neste caso, são as classes dominadas, permanentemente excluídas dos processos decisórios e impedidas, por variados mecanismos, de exercer a representação direta de seus interesses no (inexistente) espaço público brasileiro (RAICHELIS, 1998, p. 83).

A institucionalização da esfera pública na Assistência Social constitui uma grande conquista civilizatória no sentido de viabilizar o controle social da sociedade civil sobre o Estado a partir dos conselhos gestores. Vale então lembrar que esses mecanismos de controle social são respostas dadas pela Constituição Federal de 1988 ao conjunto de mobilizações em torno da luta pelos direitos sociais, onde se obteve como grande conquista a legalidade sobre os canais de participação como espaços de interferência popular nas políticas públicas. Esse cenário se deu nos anos de 1980, como parte do processo de construção da democracia participativa, que veio promover o fortalecimento das políticas sociais brasileiras. Como destaca Bidarra (2006, p. 42),

Desta forma, constata-se que na primeira metade dos anos de 1980 a demanda participacionista que animava as manifestações das forças sociais progressistas comprometidas com a (re)institucionalização da democracia, mesmo no contexto do regime ditatorial, conseguiram forçar o alargamento do aparato estatal-governamental mediante a introdução da representação de organização da sociedade civil nos espaços de debates e de deliberação dos “negócios públicos”.

Segundo Raichelis (1998), no contexto histórico-político em que se viabilizaram os preceitos constitucionais no tocante à política de Assistência Social, assistiu-se no Brasil a um intenso movimento social que conduziu para a elaboração da LOAS. Vários atores, dentre estes, na sua maioria, a categoria dos assistentes sociais, mobilizados pelo compromisso de criação de novos espaços de debate e elaboração de propostas, fomentaram uma nova cultura democrática, a partir desse cenário de mobilização política. No bojo do movimento, os trabalhadores da Assistência Social politizaram o debate, estabelecendo alianças comprometidas com uma intenção política que devesse conferir direção ao que já estava posto na CF/88.

Assim, como resultado, conquistou-se uma regulamentação própria para a Assistência Social, sob a forma de Lei Orgânica, na qual se firma o compromisso do Estado e da sociedade civil, com primazia do poder estatal, para com a execução dessa política de direito. Nestes termos a LOAS, dispõe:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Entretanto, apesar da LOAS, a Assistência Social situava-se ainda num locus que privilegiava a ação de entidades não governamentais, permanecendo ainda, nesse contexto, as marcas das políticas sociais da década de 90, engendradas na pauta de um governo regido sob um viés conservador e neoliberal. As ações nessa área figuravam fortemente no rol da filantropia, com o Estado atuando nos limites do princípio da subsidiariedade. Nesse estágio, muitas organizações da sociedade civil se proliferaram, imbuídas de uma missão caritativa, de fazer o bem e assim atender aos necessitados desta nação. Ganha destaque, nesse cenário, a Legião da Boa Vontade – LBV e, no contraponto, nas ações estatais, o Programa Comunidade Solidária, com ações predominantemente compensatórias e de favorecimento aos municípios, firmadas através de

alianças político-partidárias no velho formato de currais eleitorais dos governos (SILVA, 2014).

De fato a assistência social no Brasil tem sido um mix de ações eventuais e pontuais de órgãos governamentais dispersos e práticas de indivíduos, grupos e entidades privadas que mantêm de longa data relações com o Estado nas diferentes esferas, tendo acesso ao fundo público para a implementação de variada gama de serviços e programas assistenciais. Essas relações no entanto, sempre foram caracterizadas por ambiguidade, opacidade e inexistência de mecanismos públicos de controle social. Decorre daí que, não raras vezes, a assistência social tem servido a interesses clientelistas e personalistas, sendo alvo de denúncias públicas de corrupção, como demonstrou o processo que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor (RAICHELIS, 1998, p. 124).

Portanto, a década de 1990, marco de instituição da LOAS, momento propício para a projeção da Assistência Social e dos ideais de proteção social e de universalidade, caracteriza-se também como um período desafiador para a garantia das diretrizes participativas sob a perspectiva de uma esfera pública na Assistência Social. Como pontua Oliveira (2003), mesmo com um novo desenho dado pela LOAS, a Assistência Social ainda se situava no bojo de uma cultura política que fragilizava as perspectivas de participação efetiva da sociedade civil nos conselhos. As entidades se estabeleciam sob um padrão de favorecimento na sua relação com o Estado e assim fragilizavam a concepção de direitos junto ao cidadão.

Acentua Oliveira (2003, p. 195) sobre esse período histórico:

A Assistência Social, tradicionalmente perpassada por valores elitistas e clientelistas, amalgamou os novos valores democráticos instaurados na Constituição de 1988 e, mais tarde, na LOAS, mas não logrou desvencilhar-se de seu traçado reducionista, compensatório e reiterador das desigualdades.

Não obstante tal cenário desafiador, pontuam-se as consequências que favoreciam a esfera pública no âmbito da Assistência Social,

apesar das contradições que lhe eram inerentes. O promissor movimento mobilizador que culminou com a LOAS, resultou na criação dos conselhos, espaços públicos de discussão, de definições da política e de mecanismos de controle social. Tal conquista estabeleceu uma nova ordem que foi promissora no ambiente de configuração da Assistência Social com um novo formato e materialização. A organização dos conselhos incorporou “novos parâmetros teóricos, técnicos e políticos, definidores das concepções enraizadas nesse campo” (RAICHELIS, 1998, p. 123).

2 A trajetória de institucionalização da esfera pública no SUAS a partir do CNAS

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS foi instituído pela LOAS e instalado oficialmente dia 04 de fevereiro de 1994, sendo posteriormente organizado por seu regimento interno, através da Resolução n.º 1, de 04/03/1994, que estabelecia suas competências e outras definições afins. Segundo Raichelis (1998), configurava-se como um mecanismo proposto pela LOAS para viabilizar a perspectiva publicista. Sua implantação promoveu a criação dos conselhos nas esferas estadual e municipal. De caráter paritário e representativo, representou um avanço aos antigos e aos então criados conselhos consultivos e não paritários, a exemplo do conselho de comunidade solidária.

Destaca-se, ainda, que a implantação do CNAS fazia parte de todo o cenário de lutas que caracterizou o processo de regulamentação da LOAS. Esta instância, como um órgão democratizador, enfrentou a necessidade de rompimento com a herança filantrópica exercida pelo CNSS. Nessa transição de CNSS para CNAS, ainda se registra toda a resistência do governo de Itamar Franco (MESTRINER, 2005). Portanto, a efetivação do CNAS sob a nova lógica constitucional, exigiu um amplo e forte movimento mobilizador e “um complexo processo de negociações e estabelecimento de consensos” (MESTRINER, 2005, p. 2019). Toda essa conjuntura representou um novo recomeço para a Assistência Social como política de Seguridade Social, discutida, debatida e defendida na perspectiva de materialização de uma esfera pública, representada aqui pelo CNAS.

Entende-se, assim, que a atuação do CNAS foi determinante para

a publicização e instituição da esfera pública no âmbito da Assistência Social. Como desdobramento da ação política e mobilizadora do CNAS, em 2004, e resultado das discussões e deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, deu-se a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Espaço democrático de participação de diversos atores sociais, com uma significativa participação popular, esta conferência estabeleceu, no centro de suas deliberações, a afirmação do SUAS e a necessidade de sua estruturação em todo o território nacional.

Como afirma Pinheiro (2009), a discussão proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) teve, como protagonista, o Conselho Nacional de Assistência Social. A IV Conferência Nacional foi um momento marcante para a Política de Assistência Social, no qual os Conselhos Municipais, até então instituídos, se envolveram nas discussões em torno das questões relativas à efetivação da Política de Assistência Social aprovada no texto da LOAS.

Esse contexto teve como desdobramentos a implantação do atual modelo de gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, “moldados em ações integradas, com metas definidas de forma federativa e com participação popular” (PINHEIROS; PAULA, 2012, p. 93).

No conjunto desses resultados para a Assistência Social, olhou-se para o período pós-SUAS como o início de uma etapa determinante para a implantação do novo modelo de gestão na forma da democratização da Política de Assistência Social, com a criação, consolidação e fortalecimento dos Conselhos, como instâncias de deliberação e controle social, num reforço que inclina as ações à garantia de direitos de populações vulnerabilizadas pela pobreza e, assim, das possibilidades de uma participação popular.

No centro desta análise, coaduna-se a significativa atuação do CNAS. Pinheiro e Paula (2012), caracterizando o período pós-SUAS, apontam direções dadas pelo CNAS que determinaram uma possível projeção da Assistência Social no contexto das políticas sociais. Segundo os registros das autoras, nas gestões pós-SUAS, o CNAS alcançou importantes resultados positivos que levaram à implantação do SUAS, dentre os quais destacam-se para este estudo:

A gestão 2004-2006 buscou condições para a afirmação da Política de Assistência Social como política pública, criou bases para a comunicação entre os conselhos, bem como para a sua capacitação continuada e para a efetivação da participação popular preconizada na Constituição Federal de 1988. [...] atualizou processos de certificação das entidades” e tratou da “regulamentação dos artigos 3º e 17º da LOAS, que tratam das entidades e organizações de Assistência Social, trabalhadores e usuários da política através das resoluções 191/2005, 23/2006 e 24/2006” (PINHEIRO; PAULA, 2012, p. 94).

Para dialogar com Pinheiro e Paula (2012), nesta análise da atuação do CNAS, destacam-se os apontamentos de Campos (2006) quanto aos requisitos necessários ao conselho na contribuição para esse novo modelo de gestão. Dentre os requisitos, o autor aponta que é necessária uma ação sociopolítica e mobilizadora do conselho, o que foi ressaltado quando se falou que a atuação do CNAS foi determinante para o processo de implantação do SUAS. O CNAS atuou nesse período mobilizando forças sociais e políticas que ampliassem o debate e estabelecessem um espaço de negociação fluida com o Governo Federal.

Destacam-se, nesse período, os consideráveis avanços na Assistência Social com a atuação relevante do CNAS, debatendo e negociando uma agenda centrada na implantação do SUAS em todo o território nacional. Contudo, é relevante compreender que o referido governo permaneceu na lógica neoliberal, reafirmando a intervenção de um Estado ativo, através das políticas sociais, onde se destacaram os programas de transferência de renda, iniciados com o Fome Zero, de caráter compensatório. As contradições desse governo se fundam no modelo neoliberal de crescimento, mantendo assim o caráter contraditório da política social desenvolvida sob a égide de produzir riqueza e não de distribuí-la.

Destaca-se que esse período de recomeços protagonizado pelo CNAS promoveu, a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS instituído pela aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o atendimento à real necessidade de efetivar o proposto na Carta Magna. Atendiam-se, com isso, os dispositivos legais dando operacionalidade para a diretriz da descentralização e da participação garantida na LOAS em seu artigo 16, em um sistema organizativo, padronizando

os serviços, programas e projetos no âmbito da Assistência Social.

A inserção na seguridade aponta também para seu caráter de Política de proteção social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A LOA inova, ao afirmar, para a Assistência Social, seu caráter de direito não contributivo (independente de contribuição à seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social (YAZBEK, 2014, p. 381).

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo requisito essencial para efetivação da Assistência Social como política pública (BRASIL, 2005).

Nas prerrogativas do SUAS, a Participação Popular e o Controle Social na Política de Assistência Social se efetivam em especial por meio dos Conselhos e Conferências. Os conselhos se caracterizam como órgãos de Controle Social, canais que possibilitam a participação da população no processo de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos, centrados na conjuntura de implementação do SUAS.

A criação dos conselhos, nas esferas estadual e municipal de Assistência Social, após a aprovação da LOAS e da PNAS, significou um salto histórico na construção democrática dessa área, possibilitando que Estado e sociedade civil debatessem suas posições e propostas, selassem acordos e tomassem decisões conjuntas em espaços públicos de discussão e deliberação para implementação do SUAS em cada esfera. Portanto, embora ainda existam recuos e contradições, os avanços em termos do controle social são inegáveis, repercutindo decisivamente na formulação e execução da política de Assistência Social.

Conclusão

A implantação dos conselhos gestores no Brasil, na expectati-

va de melhorar a qualidade das políticas públicas e de reduzir diversos déficits das instituições políticas que ordenam a vida de tais sociedades, estabeleceu, a partir do processo de redemocratização brasileira, as condições para uma democracia participativa. No Brasil, essa institucionalização de experiências participativas colocou o desafio de desenvolver um campo de investigação sobre as chamadas “instituições participativas” e sua efetividade.

Há que se destacar que essa efetividade do controle social nas políticas públicas exige a superação de uma cultura política permeada por práticas antidemocráticas que revelam o poder hegemônico da classe dominante nas relações entre Estado e sociedade civil, predominante nos países neoliberais.

A partir dos aspectos apresentados, conclui-se que a questão dos conselhos, na realidade brasileira, aparece precisamente no século XX, como resultado dos debates públicos que precederam a instituição e promulgação da Constituição Cidadã de 1988. O contexto era de luta pela democratização do Estado, onde a cena política era protagonizada por novos atores sociais, resultantes do processo de aprovação da Constituição, quando se registrou uma intensa mobilização de diversos segmentos organizados no propósito de fortalecimento da sociedade civil. Essa participação democrática desencadeou um promissor movimento em torno da organização da sociedade via experiências conselhistas.

Destarte, compreende-se que o controle social no Brasil, através dos conselhos gestores de políticas públicas, se dá em meio à contradições próprias, advindas da relação Estado e da sociedade civil. Em uma análise crítica, percebe-se que a institucionalização desses espaços como respostas às lutas travadas pelo fim do regime autoritário como conquista através da Carta Magna brasileira configura os conselhos como avanços, mas permeados por uma trajetória de entraves a uma participação efetivamente cidadã dos atores sociais representantes da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BIDARRA, Zelma Soares. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, a. XXVI, n. 88, São Paulo, 2006, p. 41-58.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** - LOAS. Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências: MDS, 1993.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. (Coleção Saraiva de Legislação). 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília, 2005b.

CAMPOS, Edval Bernadino. Assistência Social: do descontrole ao controle social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, a. XXVI, n. 88, São Paulo, 2006, p. 101-121.

CASTRO, Alba Teresa Barroso de. Esfera pública no campo da Assistência Social: os caminhos da construção de espaços de participação e organização. In: NEVES, Ângela Vieira; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e Serviço Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Ângela Vieira; SANTOS, Marlene de Jesus Silva. Conselhos e SUA: avanços no fortalecimento da cultura de direitos. **Revista Temporalis**, ABEPSS, a. 12, n. 24, p. 407-431, jul./dez., 2012.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura política e Assistência Social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PINHEIRO, Márcia Maria Biondi. CNAS: consolidando o direito do cidadão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, a. 88, São Paulo, 2009, p. 122-138.

PINHEIRO, Márcia Maria Biondi; PAULA, Renato Francisco dos San-

tos. Controle Social no Brasil pós-SUAS: tendências e perspectivas. IN: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. (Orgs.). **Assistência Social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Editora Veras, 2012, p. 89-108.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Salvador: UFBA, 2002.

YAZBEK, M. C. Cultura da subalternidade e o protagonismo popular na política de assistência social: uma equação possível? In: PAIVA, Beatriz Augusto (Org.) **Sistema único de assistência social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras Editora, 2014, p. 376-386.

3

O Trabalho do assistente social no CREAS: condições objetivas e subordinação profissional

Iracilda Alves Braga

Introdução

A organização dos serviços de Assistência Social em níveis de Proteção Social Básica e Especial (de média e alta complexidade) exigiu a criação de equipamentos sociais (CRAS, CREAS, Acolhimento Institucional, dentre outros) e a instituição de equipes profissionais para a efetivação desses serviços, conforme é possível observar no capítulo anterior.

De acordo com o art. 1º da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-SUAS), as

equipes técnicas de referência têm a seguinte composição: “I - da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo. II - da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado. III - da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo.” (BRASIL, 2012).

Importa assinalar que a Assistência Social é um espaço ocupacional tradicional do Serviço Social, mas que, nos anos 2000, com o advento e a expansão do SUAS, ganhou destaque ao ampliar o campo de atuação profissional com novos postos de trabalho e com a oferta de vagas por meio da organização e da tipificação dos seus serviços (BRASIL, 2009).

De acordo com Mota (2014, p.696), mesmo espaços tradicionais como a Assistência Social, “[...] sofrem reveses e atualizam as demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais”. A autora acrescenta que:

Na esfera da Assistência Social, a criação do SUAS ampliou a oferta de serviços e alterou a definição dos parâmetros de atuação e gerenciamento, conduzindo a inúmeras mudanças, seja nos processos relacionados à violação de direitos e que exigem articulação interinstitucional e domínio de especificidades legais, seja no âmbito dos programas especiais e nos de transferência de renda (MOTA, 2014, p. 696).

Nessa perspectiva, o SUAS altera também as demandas profissionais e aumenta as exigências de acordo com as novas competências profissionais¹ do Serviço Social, assim como altera o mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais.

Importa mencionar que a Assistência Social, assim como a saúde e a previdência, são espaços de atuação profissional ditos “tradicionais”. No campo da assistência social, o Serviço Social brasileiro construiu sua experiência profissional pautada na marca da caridade e da filantropia.

¹ De acordo com a NOB-RH-SUAS, “**Equipes de referência** são aquelas constituídas por servidores efetivos **responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial**, levando-se em consideração o número de famílias e de indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários” (grifos nossos).

No entanto, a partir dos anos 1980, redireciona suas bases para uma intervenção crítico-pedagógica, participando dos processos políticos de formulação e execução de políticas sociais, articulados aos direitos sociais de seus usuários (MOTA, 2017).

Hoje, com o advento do SUAS e a expansão dos serviços e benefícios socioassistenciais, o assistente social é um dos principais profissionais da Assistência Social, embora não restrinja sua atuação a esta política. De acordo com Mota (2017, p. 47), ao trabalharem em CRAS e CREAS:

os profissionais passaram a reconhecer e conviver cotidianamente com as mais diversas manifestações da desigualdade e da diversidade humana, vindo a exercer sua capacidade político-profissional na formulação, proposição e negociação de iniciativas que politizam demandas sociais nos municípios e nos estados, ultrapassando o sentido restrito e os parâmetros dos manuais profissionais elaborados pelo MDS.

Essa perspectiva de atuação profissional ultrapassa o âmbito das agendas do governo e coloca a ação profissional no campo da “rebeldia e resistência” ao projeto das classes dominantes. Acrescenta Mota (2017, p. 47):

Essa trajetória teve e tem filiação teórico-metodológica à matriz marxiana e às lutas sociais de caráter emancipatório, numa explícita aposta na direção ético-político-profissional do Serviço Social, cujo produto – mais do que uma intenção abstrata – expõe, na altura da presente conjuntura, a existência de desafiantes ações profissionais, todas mediadas pela precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais e pela agenda regressiva que está no horizonte da sociedade brasileira.

Neste estudo pretendemos analisar a precarização e as condições de trabalho dos assistentes sociais nos CREAS que, conforme a autora, constituem mediações das ações profissionais na atual conjuntura. São, portanto, desafios ao exercício profissional dos assistentes sociais frente ao projeto ético-político da profissão.

Para análise do trabalho do assistente social no CREAS, faremos um diálogo que compreende a relação trabalho e subordinação pro-

fissional (MARX, 1996; IAMAMOTO, 2001, 2008, 2012, 2013; GRANEMANN, 2009; MOTA 2010, 2014, MOTA e AMARAL, 2009), as orientações do CFESS (2011c) a partir dos “Parâmetros para atuação do assistente social na política de assistência social”; e uma discussão geral sobre o trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social, referenciando as especificidades deste trabalho no SUAS (NOB RH SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS, Resolução nº 109/209– CNAS; Censo SUAS 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

1 Trabalho e subordinação profissional

O assistente social, como trabalhador do SUAS, afirma-se como profissional inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e como executor de serviços sociais, a exercer suas funções/atribuições tendo em vista o enfrentamento das manifestações da questão social, além de, no caso específico, vender sua força de trabalho para o Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Dessa forma, o SUAS, no âmbito da Política de Assistência Social, configura-se como espaço socioocupacional do Serviço Social. Assim, faz-se necessário, a partir desse espaço, apreender, conforme Iamamoto (2013, p. 121), que

[...] o movimento contraditório da prática profissional como atividade socialmente determinada pelas condições histórico-conjunturais, reconhecendo, no entanto, que estas são mediatizadas pelas respostas dadas pela categoria – dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade –, é condição básica para se apreender o perfil e as possibilidades do Serviço Social hoje, as novas perspectivas do espaço profissional.

É necessário, pois, compreender o SUAS enquanto espaço ocupacional do assistente social, como a conjugação dos fatores contraditórios que permeiam a prática profissional, assim como os limites e as possibilidades de intervenção do assistente social nessa política.

De acordo com o Censo SUAS 2016, havia 239.815 trabalhado-

res do SUAS lotados nas Secretarias Municipais de Assistência Social em todo o Brasil. Desses, 90.209 (37,5%) são profissionais com ensino superior. Dentre eles, 33.559 (39,48%) são assistentes sociais. Destes 17.551 (20,53%) atuam em CRAS. Já nos CREAS totalizavam, em 2016, 6.064 profissionais, representando 26,7% do total de profissionais de nível superior. A maior parte dos profissionais lotados em unidades de acolhimento da alta complexidade, em 2016, também são assistentes sociais, atingindo um quantitativo de 5.810, que corresponde a 36,9% do total dos trabalhadores de nível superior que atuam nas unidades de acolhimento (BRASIL, 2016).

Ao comparar dados do Censo 2016 com os anteriores (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015), é perceptível o aumento de profissionais do Serviço Social no período de 2010 a 2013 e há uma tendência à estabilização em 2014, 2015 e 2016, se compararmos o número de assistentes sociais com o total de trabalhadores de nível superior em CREAS. Vejamos o quadro 01, abaixo:

Quadro 01 – Evolução do número de assistentes sociais em CREAS nos anos de 2014-2016

Censo 2014		Censo 2015		Censo 2016	
Total de trabalhadores de nível superior 10.248		Total de trabalhadores de nível superior 10.511		Total de 3 trabalhadores de nível superior 10.751	
Nº de Assistentes sociais	Percentual %	Nº de assistentes sociais	Percentual %	Nº de assistentes sociais	Percentual %
5.420	52,5	5.795	55,2	6.064	56,4

Fonte: Sistematização da pesquisadora a partir dos dados dos censos SUAS em 2014, 2015 e 2016.

De acordo com a NOB RH e com dados dos Censos SUAS de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, o assistente social configura-se como trabalhador do SUAS e, dentre os trabalhadores de nível superior, é o profissional mais requisitado, apresentando maior número de contratações em todos os níveis da política: básica e especial (Média e Alta Complexidade).

Nessa perspectiva, o assistente social, como trabalhador do SUAS, possui relações de trabalho com o setor público, nesse caso em especial, na execução da Política de Assistência Social. Dessa forma, vincula-se institucionalmente ao Estado, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2012, p. 86):

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público... A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional.

Para apreender o trabalho do Serviço Social, faz-se necessário situá-lo nessa vinculação com o Estado, principal empregador do assistente social. Especialmente no campo da Política de Assistência Social, que ampliou o âmbito de atuação profissional sobremaneira nos municípios brasileiros a partir da implantação do SUAS, em 2005, como vimos nos quadros 07 e 08.

Considerar o assistente social como trabalhador do SUAS requer que ele seja situado como profissional que, por meio da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pelas políticas sociais do Estado, “intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 101).

Após situar o Serviço Social na divisão social do trabalho, cabe colocar o assistente social na condição de trabalhador assalariado. Embora a profissão seja regulamentada como liberal, o profissional necessita vender sua força de trabalho especializada para o Estado, para as empresas, para as Organizações Não Governamentais, dentre outras. Assim, de acordo com Iamamoto (2008, p. 215), “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade”.

Desse modo, o assistente social, trabalhador assalariado inserido

na divisão social do trabalho, possui, em sua prática profissional, determinações históricas e sociais que afetam o seu trabalho: a) as relações estabelecidas com os sujeitos que o contratam; b) as condições objetivas da atuação profissional que dão direção social e condicionam sua prática; e c) a realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais.

Diante dessas determinações históricas e sociais, o CFESS² (2011c) recomenda ao assistente social que sua intervenção na política de Assistência Social não se limite à execução das atividades orientadas pelos documentos institucionais do MDS, tendo em vista que estes podem limitar a ação profissional à “gestão da pobreza”, tendo como referência a individualização das situações sociais e a abordagem da questão social pelo viés moralizante. Desse modo, a intervenção profissional não pode restringir-se às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades dos indivíduos e/ou de suas famílias. Abordagens essas expressas nas orientações e normas técnicas do MDS.

De acordo com CFESS (2011c, p. 17):

As atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço socioocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.

De acordo com o documento, o perfil do assistente social na po-

² No sentido de preservar e de defender a direção social do trabalho profissional do assistente social no SUAS, ou seja, de assegurar a direção social do projeto ético-político do Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou, em 2011, os “Parâmetros para atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social”. Estes têm como pressupostos, dentre outros, que “[...] a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho devem ser prerrogativas dos/as assistentes sociais, de acordo com sua competência e autonomia profissional” (BRASIL, 2011, p. 5). O documento foi uma atualização do publicado em 2006, que trazia orientações conjuntas para assistentes sociais e psicólogos – “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social” – CFESS e CFP. Além de atualizar o documento de 2011, dirige orientações exclusivas aos assistentes sociais.

lítica de Assistência Social deve “afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente”. A intervenção profissional crítica deve estar balizada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades e no reconhecimento da questão social como objeto dessa intervenção que deve estar orientada para a “leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil”; deve orientar-se ainda pelo “reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos”, além de fomentar a construção coletiva “de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado”, tendo como norte político a garantia e ampliação dos direitos sociais dos usuários da política de Assistência Social (CFESS, 2011c, p. 19).

Diante disso, o desenvolvimento das competências profissionais é essencial à intervenção crítica do assistente social no SUAS. CFESS (2011c) as enumera: 1) apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; 2) análise do movimento histórico da sociedade brasileira; 3) compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico e 4) identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

A preocupação do CFESS considera que o Serviço Social está sujeito às determinações históricas da prática profissional e as competências profissionais assinaladas dão direção social ao exercício profissional no sentido de construção crítica sobre a realidade vivenciada no SUAS.

A materialização das competências e atribuições do assistente social requer a utilização, por este, de um arsenal de instrumentais adequados a cada situação. Dessa forma, alerta CFESS (2011c, p. 25), “o uso das técnicas e estratégias não deve contrariar os objetivos, diretrizes e competências assinalados”, portanto não devem “ser utilizados com a perspectiva de integração social, homogeneização social, psicologização dos atendimentos individuais e/ou das relações sociais”, nem tampouco podem destinar-se “ao fortalecimento de vivências e trocas afetivas em

uma perspectiva subjetivista”. Ao contrário, a definição de estratégias, o uso dos instrumentais técnicos e o direcionamento da ação profissional são prerrogativas do assistente social e este tem o direito de “organizar seu trabalho com autonomia e criatividade”, tendo em vista as demandas específicas da realidade em que atua.

A nosso ver a intenção do CFESS vai além de ditar orientações técnicas, ao abordar a importância das dimensões e competências profissionais, e o faz tendo como norte o Projeto Ético- Político Profissional e sua direção social. A perspectiva é de chamar a atenção do assistente social para seus compromissos ético-políticos e sua orientação teórico-metodológica. Isto posto, vale lembrar a “Pedagogia do Risco e da Vulnerabilidade Social” (SILVEIRA JÚNIOR, 2016) e de como os órgãos diretivos da política de Assistência Social direcionam o trabalho social para responsabilização das famílias quanto ao enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades sociais.

Isto importa à medida que, conforme Iamamoto (2008), o significado social do trabalho do assistente social depende das relações sociais e das funções que exerce na sociedade. O que, a nosso ver, é construído por meio de sua consciência em face das relações de trabalho, das condições objetivas e da sua condição intelectual.

No contexto do SUAS, as condições objetivas do exercício profissional do assistente social são precárias, como podemos perceber a partir dos dados do senso SUAS de 2016, expostos a seguir.

2 As condições objetivas do trabalho do assistente social no CREAS

Conforme Granemann e Alencar (2009, p. 167),

sob as racionalidades técnico-políticas e administrativas, próprias da contrarreforma do Estado brasileiro, teceram-se condições para o exercício profissional com fortes tendências de precarização e de alienação profissional. No atual contexto histórico regressivo para os direitos dos trabalhadores, a barbárie social, através de mediações específicas, **reproduz no âmbito institucional do trabalho profissional condições limitadas para a autonomia teórico-metodológica, técnica e política do exercí-**

cio profissional. Isto significa afirmar o necessário debate que problematiza os traços singulares de autonomia relativa da profissão no quadro de correlação de forças dos dias presentes (grifos nossos).

As condições para o exercício profissional no SUAS, no contexto brasileiro, favorecem a precarização e a alienação profissional: poucos investimentos na rede de serviço, equipamentos sociais insuficientes, precarização do trabalho, controle gerencial, dentre outros. Essas determinações sociais podem interferir no trabalho do assistente social, limitando o exercício da sua relativa autonomia e distanciando o Serviço Social dos seus objetivos.

Para o exercício da autonomia do trabalho profissional, fazem-se necessárias as condições objetivas de estruturação do espaço institucional no que diz respeito ao direito que o profissional tem de fazer suas escolhas técnicas, de liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar seus processos de trabalho. Para isso, são necessárias as condições físicas e técnicas, a qualificação profissional, o tempo, os recursos, dentre outros.

’ No que diz respeito aos vínculos e relações de trabalho, dados do Censo SUAS (2016) informam que: 1) dos 5.480 municípios que executam a Política de Assistência Social no Brasil, 3.316 (60,5%) deles não possuem Lei municipal que regule o Sistema Único de Assistência Social, conseqüentemente não têm a gestão do trabalho regulamentada, conforme orienta a NOB RH SUAS; 2) destes, 3.838 municípios utilizam recursos do cofinanciamento federal para pagamento de pessoal, o que pode provocar atraso nos pagamentos, uma vez que o repasse federal tem registrado atrasos significativos; 4) 27,3% dos municípios não recebem cofinanciamento estadual; 5) quanto à realização de concurso público, apenas 434 órgãos gestores realizaram concurso para nível superior e 304 municípios para nível médio; 6) em relação à existência de Plano de Capacitação e Educação Permanente no SUAS, apenas 588 municípios declararam possuí-lo e 7) quanto aos vínculos trabalhistas, são fragilizados e a maioria é submetida a relações de trabalho precarizadas (cargo em comissão, terceirização e subcontratação), como podemos observar na tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Quantidade de trabalhadores do SUAS no Brasil por vínculo e escolaridade

Vínculo	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino superior		Total	
	Quantidade de trabalhadores	%	Quantidade de trabalhadores	%	Quantidade de trabalhadores	%	Quantidade de trabalhadores	%
Estatutários	15737	43,12	36999	32,71	38616	42,81	91352	38,09
Empregados públicos celetistas	4552	12,47	13199	11,6	10112	11,21	27863	11,62
Somente comissionados	3816	10,46	17113	15,13	16670	18,48	37599	15,68
Outros vínculos	12389	33,95	45801	40,49	24812	27,51	83001	34,61
Total	36494	100	113112	100	90209	100	239815	100

Fonte: Censo SUAS 2016, p. 15.

A tabela 01 demonstra que 45,99 % dos trabalhadores do SUAS, em todo o Brasil, possuem vínculos fragilizados: somente comissionados e outros vínculos, número superior ao de trabalhadores estatutários (42,81%).

O assistente social, como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um salário, sofre os mesmos constrangimentos do conjunto da classe trabalhadora: desemprego, baixos salários, subcontratação, terceirização, ou seja, desvalorização e exploração do trabalho, o que o sujeita aos processos de mercantilização e alienação do trabalho. Dessa forma, a precarização das relações de trabalho gera insegurança e desproteção aos trabalhadores do SUAS, o que provoca tensão entre sua condição de trabalhador e o projeto profissional.

Na **Proteção Social Especial**, no que concerne às condições objetivas de trabalho nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), a realidade não difere dos CRAS. O Censo Suas (2016) informa que, dos 2.521 CREAS existentes no Brasil, apenas 12 estão na zona rural; os demais se encontram nas zonas urbanas dos municípios. Com relação ao tipo, apenas 44 são regionais, os demais são municipais. Na tabela abaixo, podemos observar a distribuição por região.

Tabela 02 - Quantidade de CREAS por Região brasileira

Região	Qtde CREAS	%
Região Norte	227	9,0
Região Nordeste	967	38,4
Região Sudeste	712	28,2
Região Sul	392	15,5
Região Centro-Oeste	223	8,8
Total	2521	100

Fonte: Censo SUAS 2016 - CREAS, p. 4.

A partir dos dados demonstrados na tabela 02 e do disque 100 (fornecidos pelo Ministério dos Direitos Humanos – ano 2015), pode-se afirmar que a quantidade de CREAS é insuficiente para o atendimento da demanda decorrente de violação de direitos da pessoa com deficiência (9.656 casos), à criança e ao adolescente (79.526 casos), aos idosos (32.268 casos), ao público LGBT (1.983), dentre outros, usuários do Ser-

viço especializado.

Vale dizer que isso sobrecarrega as unidades de CRAS, pois estas atuam na recepção das demandas da Proteção Especial na ausência dos equipamentos específicos, como podemos observar na tabela 03(abaixo), que responde ao questionamento de como o município atende à demanda de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto, serviço tipificado em CREAS. Vejamos a tabela 3.

Tabela 03 – Atendimento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa

	Quantidade de órgãos gestores	%
1_Atende no CREAS do município	2057	37,5
2_Encaminha para o CREAS de outro município	162	3,0
3_Encaminha para o CREAS Regional ao qual está vinculado	233	4,3
4_Encaminha para o CRAS	1955	35,7
5_Encaminha para alguma entidade conveniada no Município	190	3,5
6_Atende em outra unidade pública (exceto CREAS) de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (LA) ou (PSC) do município	107	2,0
7_É atendido pela equipe de referência da proteção social especial do município (órgão gestor).	891	16,3
8_Outro	325	5,9
9_Não atende	541	9,9
Quantidade de secretarias que responderam a essa pergunta	5481	

Fonte: Censo SUAS 2016 – Gestão Municipal, p.08.

Na tabela 3, acima, podemos observar que apenas 2.452 municípios encaminham as demandas de Medidas Socioeduca-

tivas em meio aberto para CREAS; 1955 municípios encaminham para CRAS uma demanda típica de CREAS, o que sobrecarrega a equipe técnica da Proteção Social Básica, sobretudo se considerarmos que esta não conta com profissionais de nível médio, que orientam e acompanham os adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas nas suas atividades cotidianas. Da mesma forma, a maioria dos municípios, 4.708 (85,9%), não possuem equipes técnicas exclusivas para atuar na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Portanto, não possuem serviços para referenciar essa demanda. Acrescente-se a isto a falta de estrutura das unidades existentes.

Quanto às ações e atividades realizadas pelos profissionais dos CREAS no âmbito do PAEFI, tendo em vista a complexidade e falta de estrutura, apenas em torno de 5% dos CREAS realizam as ações conforme tipificação e orientações sobre o Serviço.

A ausência de condições materiais adequadas para o provimento dos serviços socioassistenciais é determinante no desenvolvimento do trabalho do assistente social no SUAS. Conforme Behring e Boschetti (2016, p.134), “por mais que as(os) profissionais se dediquem incansavelmente ao exercício de suas atribuições e competências, o resultado de seu trabalho estará sempre determinado, por um lado, pela própria condição da política social, e por outro lado, pela sua condição de trabalhador”.

As condições de trabalho no SUAS, como já mencionado, são facilitadoras ou dificultadoras do trabalho profissional e da consolidação da própria política de Assistência Social. Dentre as condições objetivas de trabalho, destacamos as condições e meios de trabalho: inadequação da estrutura física, recursos materiais insuficientes e inadequados, insuficiência de transporte para atender toda à demanda dos serviços, dentre outras. Todos esses fatores são limitadores do exercício profissional do assistente social. Por outro lado, devemos considerar, também, as demandas profissionais e os sujeitos demandantes na perspectiva de deslindar as reais necessidades que determinam essas demandas, considerando que muitas destas exigem respostas imediatas que podem impossibilitar uma ação mais sistemática, planejada – mediata.

Tabela 04 - Ações e atividades realizadas pelos profissionais dos CREAS no âmbito do PAEFI

	Qtde respostas	%
Acolhida Particularizada realizada por técnico de nível Superior	2461	5,0
Acompanhamento individual/familiar	2509	5,1
Acompanhamento dos encaminhamentos realizados	2472	5,0
Registro do acompanhamento individual/familiar em prontuário	2434	4,9
Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar	2016	4,1
Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento	2473	5,0
Grupo/oficina com famílias ou indivíduos	1827	3,7
Orientação jurídico-social	1897	3,8
Visitas domiciliares	2509	5,1
Palestras	2251	4,6
Ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos	2308	4,7
Apoio para obtenção de documentação pessoal	2177	4,4
Orientação/acompanhamento para inserção no BPC	2115	4,3
Encaminhamento para o CRAS	2507	5,1
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial	2496	5,1
Encaminhamento para serviços da rede de saúde	2498	5,1
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho, etc.)	2463	5,0
Encaminhamento para o Conselho Tutelar	2483	5,0
Encaminhamento para órgãos de defesa e responsabilização (Defensoria Pública, Promotoria, Ministério Público, etc.)	2474	5,0
Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais	2356	4,8
Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único	2359	4,8
	208	0,4
Total	49293	100

*Total de unidades que responderam à Questão: 2521 CREAS

Fonte: Censo SUAS 2016 – CREAS, p.18.

É importante mencionar, também, que o acompanhamento à família e/ou indivíduo compreende um complexo processo que envolve: escuta qualificada; atendimentos individuais e/ou coletivos (através da inserção em grupos); visitas domiciliares; visitas institucionais; encaminhamentos para outros serviços (saúde, educação, moradia, dentre outros); concessão e/ou encaminhamento para acesso a benefícios; preenchimento do prontuário SUAS e de relatórios de acompanhamento; dependendo do caso participação em audiências e produção de relatórios situacionais para o Sistema de Garantia de Direitos, além de participação em reuniões de planejamento e estudo de casos.

Conclusão

Sobre a precarização do trabalho profissional Raichelis (2010, p. 759) contribui, afirmando:

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros.

Isso leva à desprofissionalização, ao imprevisto e à descontinuidade das ações/serviços socioassistenciais. Dessa forma, extrapolam o campo profissional e contribuem para a precarização também da oferta de serviços no SUAS. Nesse sentido, a NOB RH/SUAS e a NOB SUAS 2012 são importantes instrumentos de gestão do trabalho que precisam ser materializados na regulamentação do SUAS pelos Estados e municípios, na constituição de equipes de gestão do SUAS, na elaboração dos Planos de Educação Permanente no SUAS e na realização de concursos. De acordo com Raichelis (2010, p.761), “a implantação do SUAS exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição

essencial”. Some-se a isto a definição de planos de cargos, carreiras e vencimentos, remuneração compatível e segurança no trabalho.

Dessa forma, podemos afirmar que as condições objetivas de trabalho no SUAS impactam de forma significativa na atuação do profissional de Serviço Social e demais integrantes da equipe. Diante disto, é importante que o assistente social tenha clareza sobre seu objeto de intervenção (questão social), tendo como referência para a atuação o Projeto Ético-Político profissional, para que não tenha que problematizar apenas sobre as condições de trabalho, mas também sobre a intervenção profissional e as condições para exercício da sua relativa autonomia. Isso, de acordo com Iamamoto (2009, p.17), “exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder”.

Desse modo, se a inserção do assistente social nos processos e relações de trabalho no SUAS e suas condições de trabalhador assalariado sugerem relações de controle e subordinação, Mota (2017, p.51) afirma que a relativa autonomia técnica e teórico-política supõe outras mediações para além das relações de trabalho: “mediação da consciência do sujeito profissional, uma sólida formação profissional, conhecimento das manifestações objetivas da realidade, bem como domínio institucional-legal das políticas e dos processos a elas relacionados”.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. 2006.406 p.** 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, N. L. T. de. Considerações para o exame do processo de trabalho no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 52, n. 17, p. 24-47,dez. 1996.

ARAÚJO, N. M. S. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos

sobre o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 93, p.5-28, mar. 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez Editora, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2016

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/CensoSUAS_2010.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico- metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2016.

_____. **Censo SUAS 2011**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/169/Censo%20SUAS%202011.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012**. Brasília: MDS, 2013.

_____. **Censo SUAS 2013**. Brasília: MDS, 2014.

_____. **Censo SUAS 2014**. Brasília: MDS, 2015.

_____. **Censo SUAS 2015**. Brasília: MDS, 2016.

_____. **Censo SUAS 2016**. Brasília: MDS, 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS: Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2016 .

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Rede SUAS. **Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal**. SAGI: Brasília, 2015. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/pacto_aprimoramento_suas_cit12072012.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/2005**. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm >. Acesso em: 13 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O trabalho**

do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011b.

_____. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social.** Brasília – DF: CFESS, 2011c.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRANEMANN, S.; ALENCAR, M., M., T. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.161-169, jul./dez. 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas, desafios.** Recife: UFPE, p. 45-62, 2014.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço social: ensaios críticos.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica.** 37. ed. São Paulo: Cortez-Celats, 2012.

JÚNIOR, Adilson Aquino Silveira. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político- pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS.** 2016.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (Org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios.** Recife: Editora UFPE, 2014.p23-45.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela S.; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, p. 153-78, 2012.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.1, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

_____. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 20, p. 127-139, 2007.

_____. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, p. 21-57, 2008.

_____. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, p. 65-71, 2011.

_____. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. MARANHÃO, Cesar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 87, set., p. 163-177, 2006.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdências social brasileira nos anos 80 e 90**. Cortez, 1995.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista katalysis**, v. 16, p. 17-38, 2013.

_____. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 694-705, 2015.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético Político no Serviço social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social – módulo 1**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 377-391.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 750-772, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010.

4

Diagnóstico socioterritorial participativo de Teresina: uma experiência em construção

Ângela Pereira da Silva Chantal Nunes
Layla Tacianne Cardoso Lemos
Teresa Cristina Moura Costa

Introdução

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) consiste em uma construção histórica, produto das lutas travadas pela sociedade no âmbito do Estado durante o processo de concretização de direitos que garantem proteções à população. Esse sistema apresenta, no seu escopo normativo, a direção de uma gestão democrática e participativa, o que

impõe a abertura de canais de diálogo com a sociedade, assim como re-trata a estruturação de uma política calcada na organização e na oferta de serviços planejados a partir da realidade social.

Entre as diretrizes estruturantes do SUAS, estão a descentralização político-administrativa e o comando único das ações em cada esfera de governo; a territorialização; e o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil (BRASIL, 2005 e 2012). Tais diretrizes apresentam como desafio a construção de instrumentos de gestão com funções definidas para as instâncias federativas (União, estados e municípios), visando a instituição de um modelo de organização planejado de oferta, tendo como base, a padronização dos serviços socioassistenciais das redes pública e privada.

Entre esses instrumentos está o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), em cuja estrutura deve estar incorporado o diagnóstico socioterritorial. Este, segundo a NOB de 2012, é uma ferramenta que pode contribuir para o processo de aprimoramento do SUAS no que concerne ao reconhecimento e à captação de desigualdades e diversidades de contextos socioterritoriais diferentes. Seu produto pode subsidiar a gestão e a operacionalização da política ao desvelar as particularidades de populações e territórios, tornando a própria política mais condizente com a realidade dos locais onde se pretende operacionalizá-las.

Um elemento importante nessa construção é a sistemática de financiamento que pressupõe o conhecimento da realidade a partir da efetiva realização da função de vigilância socioassistencial. O desconhecimento sobre a realidade nos municípios e sobre suas particularidades históricas fortalece a lógica do planejamento normativo, o qual é descolado das necessidades sociais que são postas pelo modelo capitalista, reverberando nas desigualdades sociais e suas expressões.

Este artigo objetiva apresentar a experiência do município de Teresina na realização de um diagnóstico socioterritorial participativo, tendo como premissa a coleta de informações e o aprimoramento de registros a partir de diferentes fontes de dados quantitativos e qualitativos, respeitando as particularidades de cada território do município e promovendo uma elaboração participativa e colaborativa.

Dessa forma, utilizou-se como revisão bibliográfica, dada a necessidade de aprofundamento teórico sobre os conceitos abordados, os

autores de base Baptista (2007), Koga (2013; 2016) e Santos (2003) e em relação à revisão documental foram utilizadas as Normas Operacionais Básicas (BRASIL, 2005; 2012), Caderno 3 do CapacitasUAS (BRASIL, 2013) e as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2016).

O trabalho apresenta, portanto, um estudo descritivo que se inicia com uma breve contextualização sobre o diagnóstico socioterritorial no âmbito do SUAS para então apresentar, de forma sistematizada, o caminho percorrido para construção do diagnóstico socioterritorial participativo do município de Teresina/PI.

1 O diagnóstico socioterritorial no contexto do SUAS

O planejamento do SUAS é um processo político que precisa atravessar toda a gestão do Sistema de forma democrática, dialogando com os diferentes setores e atores que o compõem. Nesse contexto, a materialização dos princípios democráticos e participativos, perpassa instrumentos em duas esferas de ação: a esfera geral, com a utilização de regulamentações gerais e sua instrumentalidade no âmbito da Assistência Social; e a esfera específica, com a criação de mecanismos para a qualificação da gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (COSTA, 2017).

Os instrumentos de planejamento técnico e financeiro, em âmbito municipal, estadual e federal, condizentes com a esfera específica são o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS); o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PMAS, regulado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993), no seu Art. 30, em conjunto com a existência de Conselho e Fundo de Assistência Social, constitui-se em condição para recebimento de recursos públicos. A NOB/2012, reitera a necessidade desse Plano, já disposta na NOB/2005, como “[...] um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS” (BRASIL, 2005, p. 40).

Como os demais instrumentos de planejamento, o PMAS pressupõe a apropriação sobre as realidades vivenciadas no município, articuladas à dinâmica do capitalismo global que produz e reproduz as

desigualdades e, com elas, as manifestações da “questão social”. Nesse esforço, o estudo de situação consiste, conforme Baptista (2007, p.39), “na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e explicação de uma determinada situação tomada como problema para o planejamento e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades”.

Sobre esse aspecto, a NOB/2012, incorpora à estrutura do Plano um novo elemento, o diagnóstico socioterritorial, que, segundo a normativa, requer:

I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;

II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;

III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social.

IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações. (BRASIL, 2012, p. 25).

A inserção do diagnóstico socioterritorial como um item do Plano de Assistência Social sugere o amadurecimento da gestão em seus aspectos normativos, no sentido de que o conjunto de ações planejadas não pode prescindir do conhecimento da realidade social com suas particularidades. E, ao mesmo tempo, reforça um dos eixos estruturantes do SUAS, previsto na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), a territorialização, que pressupõe a heterogeneidade dos territórios, reconhecendo e captando a diversidade de percepções e olhares sobre a mesma realidade.

1.1 O planejamento a partir do *Território Usado*

A territorialização é aqui tratada a partir da concepção de *território usado*, trazida por Santos (1999, 2003, 2009). Para o autor, o território consiste em um lugar que possui limites onde as pessoas vivem, trabalham, circulam, estabelecem trocas e constroem relações de poder, associando tais questões à identidade e ao sentimento de pertença. Mas o território em si não pode ser objeto de análise, deve-se, portanto, considerar o território usado, englobando os homens e as relações nele existentes. O conteúdo social não pode ser compreendido apenas como estatísticas, mas sim a partir do dinamismo socioterritorial.

Por isso, o diagnóstico não pode acontecer sob o enfoque reductionista, uma vez que esse apresenta análises que levam em conta apenas a sua dimensão singular. O diagnóstico deve, portanto, ser associado ao seu contexto social, considerando que as proposições das ações “só podem abrir caminhos para mudanças mais amplas desde que contemplem implicação e articulação com propostas que visem mudança na sociedade” (BAPTISTA, 2007, p. 41).

Dessa forma, se tomarmos como referência os estudos de Koga (2013, 2016), o diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta de gestão que deve ser capaz de aproximar o planejamento da política da realidade dos sujeitos, a qual é diversificada e não pode ser apreendida apenas pelas estatísticas oficiais, requerendo uma aproximação com as redes informais, com os cotidianos vividos e diversos dos municípios brasileiros.

Assim, Koga (2016, p. 14) afirma que “[...] as densidades populacionais, desigualdades socioeconômicas e diversidades socioculturais” precisam ser consideradas na formatação das políticas públicas que historicamente privilegiaram as “[...] características individuais de determinados grupos da população”, como a renda, local de moradia, escolaridade, entre outros.

No âmbito do SUAS, a captação e análise da realidade exige a aproximação entre esta e o planejamento da gestão por meio da vigilância socioassistencial, que “[...] consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável” (BRASIL,

2005, p. 19), detectando e informando as características e as dimensões das situações de precarização, que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar (BRASIL, 2016).

A análise da adequação entre as demandas da população e a oferta dos serviços, vistos pelo prisma do território, é, portanto, objeto central e de permanente reflexão da vigilância socioassistencial. Com seu olhar coletivizador dos riscos e vulnerabilidades e com a respectiva identificação das respostas e ausências do poder público, sua perspectiva é de desvelar necessidades de proteção presentes nos territórios e contribuir para a compreensão dos processos geradores de desproteções, assim como para a produção e disseminação de informações que possam ser refletidas pelos trabalhadores, pelo público do SUAS e pela sociedade como um todo.

Nesse sentido, o diagnóstico socioterritorial permite identificar os territórios com maiores índices de vulnerabilidade, risco e violações que requerem prioridade na oferta de serviços, programas e projetos, tendo um papel de revelador de situações concretas passíveis de intervenção. As informações nele contidas devem subsidiar as diretrizes e metas a serem propostas no PPA e no PMAS, e podem contribuir, substancialmente, com as atividades de planejamento, gestão, execução, avaliação e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Além disso, possibilitam que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação, ampliem seus conhecimentos sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às demandas existentes.

1.2 A participação social na construção do diagnóstico socioterritorial

O termo “diagnóstico socioterritorial” tem se aproximado da ideia de fazer emergir o território de vivências, e não apenas um conjunto de dados e indicadores genéricos sobre uma cidade, sem vinculá-los aos diferentes espaços que compõem suas tramas cotidianas. A vida de quem mora em um bairro central ou outro mais periférico, ou ainda na zona rural, pode apresentar condições bem diferentes, logo, só a média

do município não é capaz de capturar essas desigualdades internas da cidade (BRASIL, 2013).

Cabe ressaltar que os dados estatísticos utilizados, têm sua relevância na tradução de uma determinada realidade, no entanto, possuem limites, insuficiências e incompletudes para capturar ou representar as dinâmicas relacionais e as tramas que se dão na escala do cotidiano. Assim, a utilização de estratégias de construção do diagnóstico, utilizando a dimensão socioterritorial, tem por objetivo aproximar as pessoas e os números, ou seja, dar base para os dados e indicadores, possibilitando a comparação entre dois lugares de uma mesma cidade.

Desta forma, os processos de produção e utilização de informações, a partir dos conhecimentos e experiências da comunidade de certo território, ganham pertinência à medida que qualificam a intervenção dos agentes públicos, possibilitando resultados mais condizentes com as expectativas e com as necessidades da população em geral. Assim,

A aproximação dos dados estatísticos com o território vivo e vivido é um dos caminhos centrais na produção de um diagnóstico que se pretende socioterritorial. Significa a incorporação de novas informações, cujas fontes de dados necessitam ser descobertas junto a quem vivencia o cotidiano do território, a escala do lugar (KOGA, 2016, p. 13).

Sob este prisma de conhecer vários olhares sobre uma dada realidade, exalta-se o protagonismo da população residente, disposta a contribuir com seus saberes e com suas vivências, desvelando a dinamicidade e a identidade do território. Nessa lógica, Santos (1999) chamou a atenção para a importância do saber local. Diferentemente dos *experts de fora*, que são chamados a falar sobre o lugar e depois vão embora, os *sábios locais* transmitem o saber sustentado pelo cotidiano

Necessariamente, um Diagnóstico Socioterritorial demandará diferentes informações e informantes presentes nos territórios a serem (re)conhecidos. Os graus de envolvimento e participação indicarão a dimensão e a consistência das informações produzidas, conhecidas e analisadas. Pois, a participação dos atores no diagnóstico não se resume à posição de “informante” ou “fonte de

dados”, mas também de coautoria do diagnóstico, no sentido de que à medida do seu envolvimento no processo de construção do conhecimento socioterritorial propostos e torna também um dos autores (BRASIL, 2013, p. 72).

Dirce Koga (2016), em outra perspectiva, discute sobre os descompassos existentes entre o planejamento, a execução dos serviços e as reais demandas presentes no cotidiano da população. O que deveria ser um “percurso aproximativo entre as ferramentas de gestão e a realidade na qual se intervém, percebe-se quase que uma naturalização da apartação existente entre essas instâncias, como se fossem desconhecidas entre si” (p.03). E isso impacta negativamente, tanto no direcionamento da gestão, quanto na realidade vivenciada pelas cidades e seus cidadãos.

A oferta de serviços, programas, projetos ou benefícios é normalmente estabelecido em função de um histórico de atendimento realizado, muitas vezes proposto pelos próprios órgãos gestores ou por organizações parceiras. Os critérios de manutenção, expansão ou redução das ofertas, geralmente, não condizem com o contexto socioterritorial e suas dinâmicas. O diagnóstico tem o papel de descortinar as particularidades destas comunidades e territórios, sem perder de vista a direção política da Assistência Social. Além disso, Koga (2016) ressalta que o diagnóstico socioterritorial se mostra muito além de um produto da gestão, desencadeando-se em um processo à medida que agrega conhecimentos produzidos por diferentes atores da gestão, incluindo os próprios usuários e os trabalhadores do SUAS e de outras políticas que atuam nos mesmos territórios.

Cabe ressaltar também os limites que o diagnóstico socioterritorial possui no enfrentamento da realidade sob pena de incorrer no fetiche da “gestão da pobreza”, tão difundida pela ideologia neoliberal, ou ainda de reforçar a lógica da Contrarreforma do Estado brasileiro de que o problema do enfrentamento das expressões da “questão social” é decorrente da administração técnica. Assim, o conhecimento e apropriação da realidade não se traduzem imediatamente em alteridade das situações identificadas, para isso, é necessário uma direção do Estado brasileiro em relação ao atendimento das necessidades sociais, claramente limitada pelo alinhamento à ideologia neoliberal.

No entanto, como afirma Baptista (2007, p. 39)

O estudo de situação configura um conjunto de informações constantemente alimentadas e processadas as quais se constituem em subsídios permanentes não apenas para as decisões referentes às situações enfrentadas, mas também para ampliar a capacidade argumentativa da equipe em sua interlocução com as diferentes instâncias de poder abrangidas por sua ação.

Dessa forma, a realização do diagnóstico socioterritorial pode ser compreendida, como um instrumento de apropriação da realidade pelos diferentes atores envolvidos, de forma problematizada e articulada aos processos macrossocietários, compreendendo que, na sociedade capitalista, a política social é um instrumento contraditório que reflete tanto o atendimento às demandas históricas da classe trabalhadora como também aos próprios interesses do capital, possuindo, nessa perspectiva, um limite, sendo alargada apenas pelo tensionamento da luta de classes.

Assim, sendo o diagnóstico socioterritorial um instrumento político de luta pela mudança nas condições devida da população envolvida, logo, como no entendimento de Koga (2016), produto e processo, deve ser exaustivamente construído e refletido com a equipe técnica, com os sujeitos que vivem no território e com as lideranças locais formais e informais.

2 O diagnóstico socioterritorial participativo de Teresina

O município de Teresina vivenciou a sua primeira experiência de construção do diagnóstico socioterritorial no ano de 2012, quando a Gerência de Gestão do SUAS (GGSUAS), por meio da Coordenação de Vigilância Socioassistencial (CVS), organizou uma equipe de trabalho, envolvendo técnicos de referência da gestão e dos serviços, para o processo de coleta e análise das informações sobre as condições de vida da população residente nos territórios vulneráveis em que estavam inseridos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tal processo culminou na realização, através do diagnóstico das dezessete áreas territorializadas existentes, do processo de planejamento do SUAS no município.

Considerando a dinâmica da realidade e a necessidade contínua de aproximação com a história e o cotidiano dessas pessoas, tanto para gestores quanto para os agentes públicos que atuam diretamente nos territórios, onde há as reais demandas, em 2019 o município alavancou uma nova proposta de construção do diagnóstico, tomando como diretriz a gestão democrática e participativa e incorporando não só as equipes de trabalho, mas também o próprio público do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial Participativo de Teresina teve com objetivo geral identificar, através da compilação de indicadores sociais, a incidência de situações de vulnerabilidade e risco, assim como a oferta e demanda de serviços socioassistenciais nos territórios que integram o município. Dentre os objetivos específicos, estavam: fomentar a participação ativa de representantes dos trabalhadores, instituições e usuários da rede socioassistencial; conhecer as percepções dos atores envolvidos sobre esses territórios e sobre as pessoas que neles vivem; identificar as vulnerabilidades, riscos, violações de direitos, potencialidades e recursos existentes; e contribuir para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade dos serviços socioassistenciais de Teresina nas áreas com maior incidência de riscos e vulnerabilidades sociais.

2.1 Percurso metodológico

O Diagnóstico Socioterritorial Participativo teve como área de abrangência o município de Teresina, que, por sua vez, foi organizada administrativamente em quatro macroterritórios (Norte, Sul, Leste e Sudeste), que hoje estão subdivididos em dezenove territórios de gestão socioassistencial, onde se localizam os CRAS, referenciando cerca de 5.000 famílias, cada. O público-alvo almejado se deu com base nas famílias residentes em cada um desses território, incluindo os microterritórios que os integram (bairros, vilas, parques e residenciais das zonas urbana e rural).

A operacionalização de todo o processo foi monitorada pela CVS, a quem competiu reunir uma Comissão de Articulação para o Diagnóstico Socioterritorial de Teresina (CADIST), responsável pela coordenação e execução das ações planejadas. A CADIST é composta por vinte e três membros, os quais: uma usuária do SUAS, dez representantes da ges-

tão e doze representantes do provimento dos serviços socioassistenciais do município (sendo quatro de CRAS e quatro de CREAS, com quatro suplentes, um para cada macroterritório), nomeados através de Portaria. Cada membro exerce uma função definida: coordenação, secretaria, monitoramento, apoio técnico e articulação. Os articuladores são representantes do provimento dos serviços responsáveis por coordenar as atividades da CADIST dentro do seu macroterritório de referência, suas ações são supervisionadas pelos monitores, representantes da gestão.

Para a realização do Diagnóstico Socioterritorial Participativo de Teresina, foram empregadas técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. A metodologia quantitativa se fez com a compilação de dados secundários oriundos de diversas fontes, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) e outros. Esses dados foram selecionados a partir de um estudo sobre os indicadores que seriam utilizados. Outra técnica quantitativa utilizada foi a aplicação de questionários fechados junto aos usuários do SUAS e suas lideranças, reunindo dados primários sobre os territórios.

O processo de coleta de dados qualitativos se deu através da realização de oficinas, promovendo a participação de moradores, de lideranças e trabalhadores do SUAS e de outras políticas públicas. Todo processo foi realizado em quatro etapas: (a) construção de mapas de vulnerabilidades e definição de áreas prioritárias; (b) preparação da equipe operacional; (c) aplicação dos questionários e (d) realização de oficinas.

a. Mapas de vulnerabilidades e definição de áreas prioritárias

Para a realização das oficinas territoriais, foi necessário que cada unidade de CRAS pudesse selecionar os microterritórios (bairros, vilas, etc.) prioritários dentro do seu território de abrangência, ou seja, as localidades mais vulneráveis elegíveis para as oficinas. Para auxiliar neste processo, foram construídos Mapas de Vulnerabilidades, com o auxílio do programa QGIS – *Quantum Geographic Information System*, indicando as faixas de vulnerabilidade social (muito baixa, baixa, média, alta,

muito alta), de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)¹ dos territórios. Além disso, foram extraídas informações do CECAD relativas às famílias com cadastro atualizado (de março de 2017 a março de 2019), indicando os microterritórios com o maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com ou sem pessoas com deficiência.

Tendo identificado as áreas de maior vulnerabilidade, a CADIST apresentou os dados às equipes de cada CRAS durante os quatro encontros macroterritoriais de nivelamento para que elas os validassem a partir de suas vivências nos territórios e definissem os microterritórios prioritários para a realização das oficinas.

b. Preparação da equipe operacional

Na execução das ações do diagnóstico, além dos membros da CADIST, foram envolvidos os trabalhadores que atuam no provimento dos serviços socioassistenciais, assumindo, nos territórios e microterritórios, participação ativa na mobilização social e na coleta de dados. Para a preparação dessa equipe, foi realizado inicialmente um Seminário com a participação de representantes das unidades socioassistenciais do município, objetivando a discussão sobre os conceitos, fundamentos e usos do Diagnóstico Socioterritorial na gestão do SUAS e a apresentação do roteiro metodológico construído e aprovado pela CADIST, o qual descrevia o passo a passo das ações a serem executadas.

Em seguida, foram realizados quatro encontros preparatórios, um em cada macroterritório (Norte, Sul, Leste e Sudeste), coordenados pelos articuladores da Comissão, com a participação dos trabalhadores da rede socioassistencial, para nivelamento da metodologia do Diagnóstico e das estratégias de mobilização dos usuários, lideranças e instituições em cada território, com orientações práticas sobre as oficinas e

¹ O Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA) é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, os quais utilizam dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010. Cada indicador tem seu valor numa escala que varia de 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal/desejável, ou menos vulnerável, e 1 corresponde à pior situação, mais vulnerável.

aplicação dos questionários.

Nesta ocasião, as equipes de cada unidade reuniram-se para definição dos microterritórios prioritários para a realização das oficinas e estabelecimento do cronograma de execução. Ao todo, foram planejadas 70 oficinas, tendo sido realizadas 61 (87%).

c. Aplicação dos questionários

Após os encontros preparatórios de nivelamento, os técnicos de referência de cada território (CRAS e CREAS), com o apoio das equipes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa e da CADIST, mobilizaram e incentivaram os usuários, as lideranças comunitárias, as instituições locais e outros trabalhadores da rede socioassistencial de seu território, a participarem do processo de Diagnóstico Socioterritorial de Teresina, a fim de expressar as suas percepções sobre esses territórios e sobre as pessoas que neles vivem.

A coleta de dados junto aos participantes aconteceu através da aplicação de questionários fechados e da realização de oficinas, executados concomitantemente, em todos os territórios, durante os meses de junho, julho e agosto de 2019.

Os questionários foram aplicados junto à usuários/beneficiários do SUAS e às lideranças comunitárias, com o objetivo de identificar as vulnerabilidades, riscos, violações de direitos, potencialidades e recursos presentes em cada território, através de dados quantitativos, os quais foram organizados em tabelas e gráficos e comparados com os dados qualitativos coletados nas oficinas.

A aplicação foi realizada em instrumental físico (impresso) e eletrônico (Google Formulários). Para definição da quantidade de questionários, foi calculada uma amostra estratificada considerando a proporção mensal de atendimentos particularizados de cada CRAS e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no ano de 2018, utilizando o intervalo de confiança de 95% e fixando um erro amostral em 2,5%.

A amostra estratificada foi definida considerando os territórios de cada CRAS. Dentro de cada território, os participantes foram escolhi-

dos de forma aleatória, ou seja, não foi calculada uma nova amostra para representar os microterritórios.

Ao todo, foram 1.593 participantes, destes, 1445 participaram do levantamento nos CRAS (Leste – 21,10%, Norte – 24,71%, Sudeste – 15,5%, Sul – 38,69%), tendo sido 84,5% dos participantes do sexo feminino e 15,4% do sexo masculino; e 148 participaram nos CREAS (Leste – 12,79%, Norte – 16,83%, Sudeste – 18,21%, Sul – 52,17%).

Foram envolvidos nesta etapa lideranças comunitárias (2,6%) e usuários do SUAS (97,4%), convidados aleatoriamente entre os participantes dos grupos de acolhida dos CRAS, grupos do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), grupos do PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), grupos de Medidas Socioeducativas dos CREAS, ou mesmo durante visitas domiciliares entre outras atividades. Posteriormente as respostas dos questionários foram inseridas no formulário eletrônico.

A participação foi voluntária, com consentimento verbal após a leitura dos objetivos do questionário, e à todos os participantes foi assegurado o anonimato, assim como, o seu direito de desistir da pesquisa a qualquer momento.

d. Oficinas “Dialogando sobre o Território onde Vivo/Trabalho”

Foram realizadas 61 oficinas “Dialogando sobre o território onde vivo”, com a participação de 1382 pessoas residentes nos diversos microterritórios de Teresina, e 04 oficinas “Dialogando sobre o território onde trabalho”, que contou com a participação de 124 trabalhadores do SUAS do município que compõem as equipes de 25 unidades socioassistenciais, 19 da Proteção Social Básica (CRAS) e 5 da proteção Social Especial (quatro CREAS e um Centro POP).

As oficinas tiveram por objetivo fomentar a participação ativa de representantes dos usuários, trabalhadores do SUAS e de outras políticas, e de instituições presentes nos territórios de Teresina, além de ser estratégia para conhecer as percepções desses atores sobre os territórios onde vivem e trabalham.

As oficinas realizadas nos microterritórios também tiveram por

objetivo a construção de um Mapa Social, reconhecendo e/ou identificando as vulnerabilidades e as potencialidades do território, fazendo uso de recursos textuais e visuais, como desenhos, fotografias e símbolos. Entretanto, com as dificuldades relativas à interpretação dos mapas, não foi possível a concretização deste objetivo em todas as oficinas e, portanto, foram realizadas adaptações de acordo com a realidade de cada território e dos participantes.

Apesar disso, o uso deste recurso foi importante para auxiliar na discussão da redistribuição da base territorial dos CRAS, a qual se tornou um dos produtos do Diagnóstico Socioterritorial de Teresina. Outro aspecto positivo no uso dos mapas, foi a melhor compreensão espacial dos territórios rurais, onde se percebeu um melhor aproveitamento.

A princípio, foram realizadas duas oficinas-piloto com a temática “Dialogando sobre o território onde vivo”, nos territórios Sudeste III, com lideranças de todo o território, e Norte V, com um grupo de idosos do SCFV. Após estas oficinas, uma análise foi elaborada por representantes da CADIST que estiveram no apoio dos dois momentos para auxiliar os demais membros da Comissão nas oficinas seguintes, bem como para propor adaptações necessárias.

Cada oficina começou com uma motivação inicial, apresentando os objetivos e a importância daquele momento. Em algumas unidades, esse acontecimento foi precedido ou seguido de uma dinâmica de descontração ou atividade de alongamento. Para a construção coletiva, partiu-se de duas perguntas norteadoras: Quais os principais problemas/dificuldades vivenciadas pela população nesse território? Quais as principais potencialidades identificadas pela população nesse território?

Estas questões foram debatidas, em grupos de discussão, a partir de 6 eixos temáticos: 1) Assistência Social e Direitos Humanos; 2) Saúde e Educação; 3) Segurança Pública; 4) Infraestrutura e Mobilidade Urbana; 5) Lazer e Meio ambiente; 6) Vulnerabilidades Sociais e Violações de Direitos.

Em alguns territórios, a equipe optou por motivar o debate dentro de um único grupo, enquanto outros formaram de dois a seis grupos. Independentemente do número de grupos formados, a discussão contribuiu para o alcance dos objetivos.

Considerações finais

O público do SUAS lida cotidianamente com o agravamento das desigualdades sociais, construídas historicamente no contexto da sociedade capitalista e reafirmadas em diversos formatos, seja com o desrespeito aos mínimos direitos, como à vida, alimentação, moradia, saúde, ou mesmo com discriminação referente à cor, etnia e gênero, ressaltando a urgência por políticas públicas que enfrentem esta grave questão social.

A Política de Assistência Social, no Brasil, tem concentrado esforços para tentar minimizar as principais desigualdades vivenciadas pela população. É neste contexto que se insere a relevância de um Diagnóstico Socioterritorial, que tem por base o conhecimento coletivo da realidade, a partir da leitura dos territórios e outros recortes socioterritoriais que possibilitam identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam. O processo de territorialização, parte do diagnóstico, é justificado à medida que permite conhecer e reconhecer efetivamente a realidade local e/ou regional a qual se busca intervir nas suas especificidades, complexidades, assim como nas suas potencialidades.

O relatório final do Diagnóstico Socioterritorial Participativo de Teresina está em fase de conclusão. No entanto, os resultados preliminares já permitem a identificação de vulnerabilidades, riscos, violações de direitos contra indivíduos e famílias, além das demandas por serviços básicos que assegurem o acesso aos direitos fundamentais do ser humano e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da população de cada território do município de Teresina.

Além disso, a realização do diagnóstico foi reconhecida pelas equipes das unidades socioassistenciais como algo urgente e extremamente necessário, diante da defasagem de informações referente aos diagnósticos anteriores, principalmente, pela rápida expansão territorial do município de Teresina com o aumento de áreas periféricas. A identificação dessas áreas e a realização das atividades previstas, só foi possível em virtude do grande envolvimento por parte das equipes de referência que atuam no provimento dos serviços.

Este processo permitiu a estas equipes, que trabalham diretamente com a população mais vulnerável, um maior conhecimento sobre

os territórios onde atuam, reconhecendo, além das áreas geográficas, as especificidades de cada microterritório dentro da mesma área de abrangência de uma unidade, cada um com suas potencialidades e vulnerabilidades particulares. Além disso, possibilitou uma aproximação com vários grupos organizados, com grande atuação e envolvimento, dentro da comunidade, como grupos de mães, grupos de igrejas ou de escolas, possibilitando uma maior mobilização de pessoas, atuação e divulgação dos serviços socioassistenciais nestes grupos, assim como a identificação de demandas para o trabalho social com famílias.

Percebeu-se uma maior aproximação das equipes de outras políticas públicas, como Saúde ou Educação, assim como o reconhecimento das deficiências destas e de outras políticas nos territórios, alertando para a necessidade de articulações entre a política de Assistência e as demais políticas, buscando pensar ações em conjunto para dar respostas às demandas mais urgentes da comunidade.

Essa percepção conjunta dos trabalhadores que atuam nos serviços das políticas públicas, aponta para as dificuldades em prover serviços e benefícios cujos recursos emanam do Estado que, em sua face neoliberal, tem reduzido cada vez mais sua intervenção, mesmo com o agravamento e com a clareza das expressões da questão social. O reconhecimento e a problematização coletiva dessas questões também abre espaço para as articulações e lutas em prol do alargamento e qualidade dos serviços ofertados.

Em relação à comunidade, o Diagnóstico teve a sua contribuição significativa ao dar voz e vez aos usuários dos serviços socioassistenciais e lideranças comunitárias, uma vez que estes puderam protagonizar todo o processo, relatando sobre as principais dificuldades e potencialidades de cada território onde vivem, por conhecerem e vivenciarem a realidade. Da mesma forma, a população pode se aproximar das unidades socioassistenciais, reconhecendo serviços e benefícios disponíveis para melhorar suas condições de vida.

Esta grande mobilização e participação da população contribuem para a dimensão política do Diagnóstico, ao possibilitar aos participantes, questionarem, sugerirem mudanças nas políticas públicas e invocarem a presença dos representantes com respostas concretas para os problemas que os afetam diretamente nos seus cotidianos.

Cabe destacar ainda que os resultados apontam que as vulnerabilidades identificadas no diagnóstico têm como matriz as desigualdades engendradas pela apropriação da riqueza socialmente produzida no contexto da sociedade capitalista, não sendo possível serem resolvidas pela política pública. No entanto, a mobilização de atores estratégicos e do público da política pública para questionar a realidade vivida, abre espaço para uma indagação acerca do modelo de sociedade em que estão inseridos, permitindo que ocorra uma passagem da visão dos problemas identificados como individuais para uma perspectiva apresentada como social, uma vez que precisam ser enfrentados coletivamente.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília; 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS.** Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Vigilância Socioassistencial:** garantia do caráter público da política de assistência social. CapacitaSUAS Caderno3. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília, 2016.

COSTA, Teresa Cristina Moura. **A gestão da Política de Assistência Social no Estado do Piauí**: uma análise a partir da gestão dos municípios que compõem a Comissão Intergestora Bipartite. 2017.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. In: **Serviço Social em Revista**, LONDRINA, V. 16, N.1, P. 30-42, JUL./DEZ. 2013.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão. In: **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003, ano 14, nº 243, vol. 14, 2016.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local**: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, v. 2, p. 15-25, 1999

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 2009.

5 O uso de tecnologias da informação e comunicação na gestão municipal do SUAS em Teresina

Ângela Pereira da Silva Chantal Nunes
Cristina de Melo Moura Oliveira
Kelma Jeana Modestina de Oliveira

Introdução

O avanço da inserção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos processos de trabalho da Política de Assistência Social em âmbito municipal, representa o investimento na gestão da informação, visando a superação de desafios presentes nas práticas usuais de atendimento diário, além da promoção da mensuração dos resultados

da execução de forma eficiente e sem perda de dados, ao comparar-las com as ferramentas comuns de registro manual.

Na gestão do SUAS, as TIC são capazes de contribuir para a efetivação e qualificação dos serviços oferecidos visando ao alcance dos resultados esperados – redução das desigualdades e ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Assim, no atual cenário de contínua evolução e disseminação da tecnologia, as informações podem ser coletadas, interligadas e armazenadas e os dados podem fornecer um mecanismo de feedback capaz de dar agilidade e maior eficiência para utilização em grupos, possibilitando melhores resultados nos serviços ofertados à população.

Paulatinamente, a introdução desta ferramenta na gestão local da política de Assistência Social, deu-se, com maior ênfase, a partir da implantação do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Políticas Públicas – SIMAPP. Este sistema é gerido pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN e possibilita o acompanhamento da execução das ações de todas as secretarias municipais. Em cada um destes órgãos é definido um gestor de monitoramento, cuja função é informar os dados da execução das ações que lhe são pertinentes.

Cabe enfatizar, no entanto, que este sistema não é específico para a política pública de Assistência Social, mas sim um mecanismo de acompanhamento e avaliação da Prefeitura Municipal de Teresina para todas as ações do governo, considerando as metas previstas no Plano Plurianual – PPA vigente.

Neste processo, a ideia de massificação de sistemas de informação que atendessem às demandas específicas da gestão dos serviços, programas e projetos do SUAS, passou a estar presente nos espaços técnicos de debate sobre a política de Assistência Social no município de Teresina, e, com isso, passou-se a pensar, discutir, elaborar e incorporar novas tecnologias e outros sistemas de atendimento e disseminação de informações, dentre os quais, destacam-se o Blog SUAS, o Sistema de Gestão dos Benefícios Eventuais e os formulários eletrônicos. O desafio que agora se coloca ao atual contexto de gestão é a de manutenção e o aperfeiçoamento dessas ferramentas com recursos adequados e equipe capacitada para o seu manuseio.

1 Gestão do SUAS e governança eletrônica

A Política de Assistência Social nasceu e se desenvolveu em um contexto pós-industrial, marcado pela globalização que, como afirma Gonçalves (2005), não se trata de um fenômeno apenas econômico, mas que permeia os campos sociais, culturais, políticos e pessoais. Esse fenômeno trouxe consigo uma nova configuração das relações entre o Estado e a sociedade – a governabilidade, associada ao exercício do poder pelo Estado, dá lugar à governança, relacionada à tomada de decisão, envolvendo não apenas atores políticos, mas a sociedade como um todo.

Não havendo um consenso acerca do conceito de governança, trazemos a definição de Gonçalves (2005, s/p), que a caracteriza como um “meio e processo capaz de produzir resultados eficazes, sem necessariamente a utilização expressa da coerção”, envolvendo a “participação e ação do Estado e dos setores privados”. Com a difusão das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na esfera pública, surge uma nova dimensão, a governança eletrônica, e-governança ou governança digital que Medeiros (2004, p. 78) caracteriza como

o processo de fomento, proporcionado pelo setor público por meio do governo eletrônico, à manifestação política e participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento da implementação e posterior avaliação das políticas públicas, com vista ao incremento da cidadania e da democracia.

Entendemos, portanto, que a governança eletrônica é um meio de promover e facilitar a gestão participativa e o controle social. Nessa perspectiva, a gestão do SUAS em Teresina tem desenvolvido experiências com TIC, visando a promoção de uma maior eficiência e celeridade na gestão de serviços e benefícios e nos processos internos de comunicação e disseminação de informações. Com o intuito de futuramente ampliar para o público externo, essas experiências estão sendo desenvolvidas em nível de teste, inspiradas em práticas desenvolvidas a nível federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

A criação da SAGI, por si só, revela a importância que os formuladores da política de desenvolvimento social atribuíam à informação

qualificada em nível estratégico e gerencial. A intenção já estava traduzida no próprio decreto de criação que delegou à secretaria, entre outras, a “promoção da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional (FERRAREZI et al., 2016, p. 19).

Quadro 01: Plataformas e Sistemas de Informação sob gestão e monitoramento da CGDI/GGSUAS			
Sistema/Plataforma*	Desenvolvedor/Administrador	Descrição	Atribuições da CGID
CADSUAS	SAGI	Sistema de cadastro do SUAS que comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadoras de serviços socioassistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.**	Cadastrar a rede socioassistencial de Teresina, trabalhadores do SUAS.
SUASWEB	SAGI	Sistema de funcionalidades para a gestão do SUAS, que compreende informações sobre o planejamento das ações cofinanciadas, prestação de contas, dados financeiros e base cadastral dos beneficiários do BPC5.	Lançar informações da SEMCASPI sobre cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais das Proteções Básica e/ou Especial.
Prontuário Eletrônico do SUAS	SAGI	Plataforma de inserção das informações básicas relativas aos atendimentos e acompanhamentos das famílias e indivíduos, visando ao aprimoramento do processo de trabalho, dando visibilidade às múltiplas dimensões que devem ser consideradas no processo de acompanhamento familiar5.	Gerenciar e monitorar a alimentação do Prontuário Eletrônico pelos trabalhadores das unidades socioassistenciais de proteção social básica e especial.

SIMPETI	SAGI	Sistema de acompanhamento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) realizadas pela rede de proteção social e intersetorial, visando a fortalecer a gestão para acelerar a erradicação do trabalho infantil ⁵ .	Monitorar a inserção de informações no sistema.
BPC na Escola	SAGI	Tem objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência ⁵ .	Gerenciar e monitorar a inserção dos dados de acompanhamento e atividades realizadas através de visitas dos técnicos aos usuários que tiveram questionários aplicados.
Censo SUAS	SAGI	Ferramenta de coleta de informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social e sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, com o objetivo de subsidiar a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e SUAS, bem como de sua gestão integrada ⁵ .	Inserir informações coletadas pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do SUAS junto às unidades socioassistenciais.
SAA	SAGI	Sistema de Autorização e Autenticação, responsável pela gestão do acesso à Rede SUAS e de outros aplicativos que vierem a ser alocados sob o seu gerenciamento ⁵ .	Incluir, consultar e alterar usuários; consultar sistemas; consultar perfil de acesso de usuários do sistema.

* Foram relacionados apenas os sistemas no âmbito do SUAS cuja gestão e monitoramento são atribuições da CGID, excluindo-se aqueles vinculados a outras Políticas, como os exemplos do S2ID, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e do CNEAS, cuja gestão a nível municipal é realizada pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do SUAS.

** <http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/>

Quadro 01: Plataformas e Sistemas de Informação sob gestão e monitoramento da CGDI/GGSUAS			
Sistema/ Plataforma***	Desenvolvedor/ Administrador	Descrição	Atribuições da CGID
SISC	SAGI	Sistema se destina ao acompanhamento e gestão do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV)5.	Gerenciar e monitorar a alimentação do sistema.
SISAcessuas	SAGI	Sistema de informações do programa Acessuas Trabalho5.	Gerenciar e monitorar a alimentação do sistema visando alcance de metas.
SIGTV	SAGI	O SIGTV É Sistema de gestão de transferências voluntárias é destinado a gestão do município execução dos recursos oriundos de emendas parlamentares.	
Plataforma +Brasil	Governo Federal	Sistema único para operacionalização de várias modalidades de transferências de recursos da União. Tem potencial para integrar vários módulos, entre eles, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV).	Gestão e acompanhamento dos convênios e repasses, da SEMCASPI, do governo federal.
SIMAPP	PRODATER SEMPPLAN	Sistema de Monitoramento de Ações Projetos e Programas, voltado ao monitoramento dos órgãos municipais no processo de inserção, acompanhamento e análise de resultados dos indicadores definidos para a gestão.	Gestão e acompanhamento de inserção de atividades da SEMCASPI no SIMAPP - Sistema de Monitoramento, Acompanhamento de Políticas Publicas.

Quadro 01: Plataformas e Sistemas de Informação sob gestão e monitoramento da CGDI/GGSUAS			
SECIEPI	PRODATER SEMPLAN	Sistema de Cadastro de Indicações de Emendas Parlamentares Individuais do município de Teresina.	Gestão e acompanhamento das emendas parlamentares do município, especificamente da SEMCASPI.
SiGBE	PRODATER CGID / SEMCASPI	Sistema de Gestão Benefícios Eventuais que nos permite visualizar a demanda solicitada e atendida, relatórios reais e dinamicidade para gestão.	Gerenciar a inserção de técnicos e delegação de perfil; e solicitação de ajustes no sistema atendendo a demanda das unidades.
Blog SUAS Teresina	CGID / SEMCASPI	Página criada em versão de teste para facilitar o acesso a informações, documentos e instrumentos de gestão do SUAS entre os trabalhadores da SEMCASPI.	Gerenciar o perfil e hospedagem do blog no servidor.
Formulários Eletrônicos	CGID / SEMCASPI	Instrumentos de coleta de dados e informações criados a partir de aplicativos gratuitos.	Criar formulários e extrair os dados obtidos a partir de seu preenchimento.

*** Foram relacionados apenas os sistemas no âmbito do SUAS cuja gestão e monitoramento são atribuições da CGID, excluindo-se aqueles vinculados a outras Políticas, como os exemplos do S2ID, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e do CNEAS, cuja gestão a nível municipal é realizada pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do SUAS.

Direcionada ao monitoramento e à avaliação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, desde a sua criação, a SAGI passou a assumir também a função de gestão da informação, a partir de 2010, no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), contribuindo ainda para o controle social das ações deste Minis-

tério. São exemplos de instrumentos dessa gestão o Censo SUAS e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (FERRAREZI et al., 2016).

Em Teresina, a gestão e o monitoramento dos sistemas vinculados ao Governo Federal, competem à Coordenação de Gestão da Informação e Dados (CGID), diretamente subordinada à Gerência de Gestão do SUAS (SEMCASPI, s/d). Além destes, a CGID administra e monitora a alimentação de outros sistemas e plataformas, como apresentado no quadro 01. Entre eles, destacam-se o Blog SUAS Teresina e o Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SiGBE), desenvolvidos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal do SUAS em Teresina. Também nessa perspectiva, a CGID passou a contribuir com as demais coordenações vinculadas à Gerência de Gestão do SUAS da SEMCASPI no processo de coleta de dados e informações, por meio da elaboração de formulários eletrônicos conforme demandas apresentadas.

2 O Blog SUAS Teresina

O novo modelo de gestão da Assistência Social no Brasil, com o advento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem alterar as metodologias, os fluxos e os procedimentos afetos à concretização desse direito social nos serviços, programas e projetos voltados para o atendimento das demandas das populações a quem estes se direcionam. Na esteira da aplicabilidade destes novos procedimentos, surgem desafios a serem enfrentados pela gestão, estes diretamente relacionados à deficiência existente na produção, tratamento, armazenamento e socialização de informações acerca do processo.

No âmbito da administração pública, é essencial que dados úteis sejam disponibilizados em tempo oportuno à gestão de programas e de tomadas de decisão (NAKASHIMA, 2016, p. 58). Na realidade de Teresina, compete à Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GGSUAS) promover a discussão desses desafios junto aos sujeitos envolvidos nessa realidade, visando a elaboração de estratégias que promovam o avanço e o fortalecimento da gestão do SUAS no município.

Nesse sentido, durante encontros realizados com as equipes técnicas das unidades socioassistenciais vinculadas à SEMCASPI, foi iden-

tificada a necessidade de aperfeiçoamento dos registros e das análises dos dados produzidos na gestão e no provimento dos serviços para que estes pudessem ser transformados em conhecimento, sendo capazes de definir o conteúdo dessa política pública em nível local.

Diante dessa problemática, notou-se a necessidade da adoção e da aplicabilidade de tecnologias capazes de responder às demandas apresentadas. As TIC, nesse contexto, são importantes aliadas, pois, como afirma Gomes (2007, p. 8),

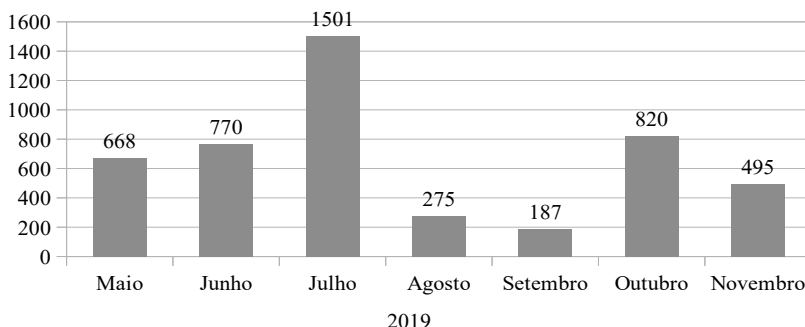
a gestão da informação, por meio da integração entre ferramentas tecnológicas e operação de direitos sociais, torna-se um produtivo componente para a definição do conteúdo das políticas sociais, o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços públicos essenciais como os de assistência social.

Nessa perspectiva, em novembro de 2018, inspirada na experiência nacional, a GGSUAS idealizou a elaboração de uma página eletrônica para socialização das ações, instrumentais, planos, planejamentos, notas técnicas e cadernos, produzidos a partir das análises dos dados da vigilância e do monitoramento do SUAS em Teresina. Em dezembro do mesmo ano a CGDI apresentou o Blog SUAS Teresina aos gestores da SEMCASPI.

Com a aprovação do *design* e funcionalidades do blog, ele foi divulgado durante o Seminário de Avaliação das Ações da SEMCASPI – 2018 e, a partir no dia 19 de dezembro, sua versão de teste *premium* gratuita (com validade de 12 meses) foi ao ar, sendo acessada no modo privado¹ através do domínio <gsuasthe.blog>, gerando 231 visualizações naquele mês.

¹ Na versão teste, o acesso ao blog ocorreu por meio de um perfil e senha únicos, compartilhado com todos os trabalhadores vinculados à SEMCASPI.

Gráfico 1: Meses com maior número de visualizações do Blog SUAS desde sua implantação



Notadamente, a busca por informações junto ao Blog SUAS Teresina, deu-se massivamente durante o processo de realização do Diagnóstico Socioterritorial Participativo entre os meses de junho e agosto de 2019, atingindo o maior número de acessos no mês de julho, com 1.501 visualizações (Gráfico 01).

O blog deu celeridade ao processo de diagnóstico, possibilitando que os trabalhadores envolvidos acessassem documentos que orientavam para a realização das oficinas propostas, além de instrumentos de registro e de coleta de dados, como os modelos de relatórios e questionários.

Também se percebeu um número elevado de acesso nos meses de outubro e novembro, que coincidiram com o período de realização das avaliações territoriais executadas pelos serviços socioassistenciais. Através do blog, as equipes puderam acessar de forma ágil os instrumentos necessários para realização da avaliação 2019 e para o planejamento 2020. Entre os documentos disponibilizados estavam o Planejamento de 2019 e os dados referentes à execução dos serviços condensados dos Registros Mensais de Atendimento (RMA).

Percebe-se que, através do Blog, a disseminação desses e de outros dados produzidos no âmbito da Gestão do SUAS, pelas coordenações técnicas de Vigilância Socioassistencial; Monitoramento e Avaliação do SUAS; Planejamento, Gestão do Trabalho e Regulação; e Gestão de Dados e Informações, contribuiu com o objetivo de transformar esses dados em

conhecimento. Isso gera meios para uma reflexão técnica sobre SUAS em Teresina e para o realinhamento das estratégias adotadas para sua consolidação. A manutenção do blog, com sua hospedagem em um servidor que ofereça custos baixos, armazenamento ilimitado e suporte adequado é fundamental para que esse propósito seja alcançado.

3 O sistema de gestão dos benefícios eventuais

Instituído pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) ², os benefícios eventuais constituem direito social dos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, integrando, de forma orgânica, o escopo das garantias referendadas pelo SUAS.

A instituição legal na esfera federal, contudo, não alcançou a garantia de financiamento por parte dos entes federados dentro deste mesmo espaço temporal e foi somente a partir da Lei Municipal nº 4.916, sancionada em 30 de junho de 2016, e alterações posteriores que a sua efetivação em Teresina se tornou realidade. Em seu artigo 3º a Lei dispõe sobre a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

- I - Auxílio Natalidade: compreende a concessão de enxoval para recém-nascido, incluindo itens de vestuário e higiene, visando garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, além da inclusão em serviços socioassistenciais;
- II - Auxílio Funeral: compreende o custeio de despesas com urna funerária, velório e sepultamento em cemitério público, de forma a garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária;
- III - Auxílio para atender a situação de vulnerabilidade temporária: compreende a concessão de gêneros alimentícios, acesso a documentação e passagem, com inserção da pessoa/família beneficiária na rede de serviços socioassistenciais do Município;
- IV - Auxílio para atender a situação de calamidade pública: compreende a concessão de bens materiais e a prestação de serviços para atender a situações anormais, advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e epidemias, que causem sérios danos à comu-

²Alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

nidade afetada.

A institucionalização legal gera a necessidade de organizar a efetiva operacionalização por partes dos atores sociais envolvidos em sua execução. Neste sentido, foram realizados encontros técnicos para promover a discussão e o estabelecimento de fluxos de solicitação e concessão dos benefícios eventuais, orientando o trabalho daqueles que são responsáveis pelos acompanhamentos das famílias beneficiárias.

Com este movimento de organização legal e definição de parâmetros de atendimento da demanda apresentada, urgiu a estruturação de um sistema de gestão com critérios e parâmetros que permitissem monitorar e avaliar essa operacionalização, desde a solicitação até a entrega efetiva do benefício, possibilitando, neste processo, o controle do seu desempenho, do uso dos recursos aplicados e dos resultados alcançados.

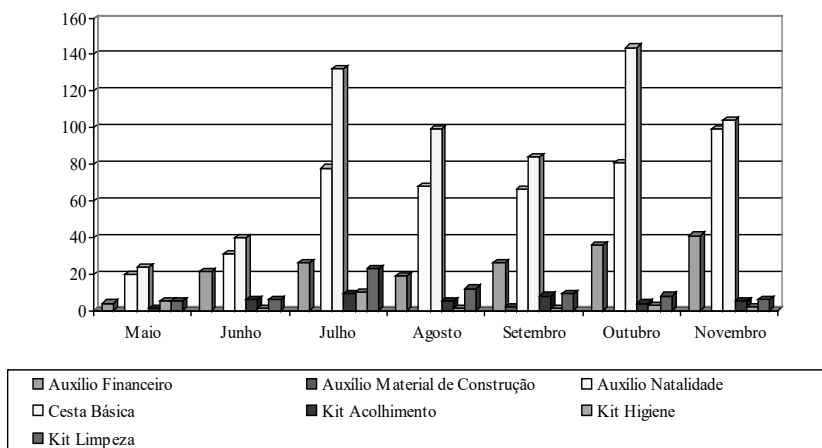
Considerando a atribuição regimental de assessorar as demais Gerências no processo de implementação do SUAS, viabilizando ainda a organização e integração da base de dados da assistência social no município (SEMCASPI, s/d), a GGSUAS, através da Coordenação de Gestão da Informação e Dados, buscou parceria com a Empresa Teresinense de Processamento de Dados (PRODATER) para a elaboração de um sistema de informação capaz cumprir com este objetivo. O Sistema de Gestão dos Benefícios Eventuais (SiGBE) foi, então, implantado em maio de 2019, numa versão de teste, com a proposta de promover o uso dos dados de forma eficiente, possibilitar o controle de seu desempenho e avaliar o impacto no enfrentamento das situações vulnerabilidade do município.

Essa primeira versão possibilitou a verificação das respostas obtidas a partir de sua utilização pela Gerência de Proteção Básica (GPSB) no processo de análise e concessão das solicitações feitas pelas equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Ferramenta de fácil manuseio, permitiu a inserção de informações como nome, composição familiar, dados de documentação civil básica, Número de Identificação Social (NIS), endereço, relato do acompanhamento realizado e justificativa da necessidade de concessão do benefício requisitado, além da possibilidade de anexar arquivos em extensão PDF como

relatórios e cópias de documentos.

A adesão dos técnicos ao SiGBE foi positiva e o número de requisições através do sistema em substituição ao uso de documentos impressos foi nitidamente ampliado a partir do mês de julho (Gráfico 2). Essa mudança trouxe mais celeridade ao processo de solicitação, análise e concessão de benefícios; controle interno, possibilitando melhor monitoramento dos tipos de benefícios requisitados e dos beneficiários; e uso eficiente de recursos, reduzindo o número de papéis e o uso de transporte para entrega das solicitações.

Gráfico 2: Solicitações de Benefícios Eventuais através do SiGBE



Com a utilização do SiGBE durante os primeiros meses de implantação, percebeu-se a necessidade de adicionar outras funcionalidades e uma nova versão foi lançada, com as seguintes melhorias:

- campo de pesquisa ampliado, de modo a possibilitar o filtro por beneficiário, por técnico e/ou por unidade (CRAS/CREAS), de acordo com o interesse por dados para elaboração de relatórios de controle das concessões realizadas;
- mais opções de formato de documentos a serem anexados, possibilitando a inserção de planilhas;
- e acesso da CGID com autonomia para excluir ou substituir documentos, ou solicitações equivocadas.

Como afirma Nakashima (2016, P.58), quando se trata da gestão

da informação, o principal desafio é “atender as demandas por dados adaptados às necessidades dos usuários e sistemas”. Tendo isso em vista, todo esse processo de mudanças e melhorias ocorreu em parceria com as equipes de técnicos das unidades do SUAS, que são os principais usuários do SiGBE, que tem como principal objetivo mensurar quantitativamente as solicitações e qualitativamente as demandas atendidas.

Importa ressaltar que, em tempos de transformações aceleradas em todos os campos da realidade que afetam diretamente o cotidiano de trabalho das pessoas, as mudanças nos processos de registro, armazenamento e veiculação da informação, adotados pela SEMCASPI, por meio das TIC, têm modificado de forma assertiva os processos de trabalhos dos profissionais responsáveis por mediar a melhoria das condições de vida, de relacionamento e de inclusão social propostas pelo SUAS.

Assim, as capacidades de compartilhamento de informações e de conversão destas em conhecimento, são os ganhos mais vitais trazidos pelo SiGBE, confirmando o pensamento de Drucker (2000), de que a comunicação organizacional vem sendo transformada pelo uso das novas tecnologias e pela sua imensurável possibilidade de subsidiar a produção de novos conhecimentos, fortalecendo a gestão de políticas públicas.

Em contraste com os ganhos advindos da implantação do TIC na gestão de serviços, programas e projetos no SUAS de Teresina, o desafio que se enfrenta se dá em relação à oferta de condições adequadas para a manutenção do SiGBE e ao aproveitamento eficaz dos dados por ele produzidos. Ou seja, a utilização de sistemas da informação requer a disponibilidade de espaço em servidores de hospedagem de softwares; computadores com programas, processadores e configuração capazes de suportar o volume de informações sem comprometimento de seu desempenho; acesso à internet com constância e velocidade adequada; e o mais importante, trabalhadores qualificados, com conhecimento para sua utilização no registro e extração de dados.

4 Formulários eletrônicos

Na mesma direção da implantação do Blog SUAS Teresina e do SiGBE, a GGSUAS passou a adotar o uso de formulários eletrônicos para coleta de dados, visando modernizar e gerar maior eficiência em seus

processos de gestão. De acordo com Zanini (2007, p. 14), o formulário eletrônico pode ser caracterizado como a versão digital de um formulário, que, além de possuir todas as características da versão em papel, oferece recursos adicionais, como, por exemplo, a possibilidade de validar automaticamente os campos de entrada de informações

As realizações de seminários, capacitações e outros eventos, envolvem a inscrição prévia dos participantes; sua interação com os organizadores, facilitadores e outros participantes durante o evento; o feedback final; entre outros processos. Até o final do ano de 2018, durante os eventos organizados pela GGSUAS, todos esses processos eram realizados de forma manual, com o uso de instrumentais impressos em papel.

As fichas de inscrições eram enviadas por e-mail às devidas Gerências e/ou unidades participantes, que deveriam imprimir, preencher de acordo com a disponibilidade de vagas e devolver à GGSUAS dentro do prazo estipulado. Esse processo, além do uso do papel, envolvia gastos de suprimentos para impressão, combustível, quando as fichas não eram devolvidas por e-mail, e tempo, além de outros recursos. De forma semelhante, o feedback ao final do evento era realizado através do uso de formulários, que deveriam ser preenchidos pelos participantes e devolvidos à organização antes do encerramento. Além dos recursos envolvidos na produção e distribuição dessas fichas, muitas eram desperdiçadas devido às abstenções, transformando-se em lixo ou papéis para rascunho.

Visando a economicidade e o uso eficiente dos recursos materiais e de tempo, durante a preparação para o Seminário de Avaliação das Ações da SEMCASPI 2018, a GGSUAS decidiu usar o formulário eletrônico para a realização das inscrições e feedback do evento. O formulário foi enviado por meio de um link àqueles que deveriam fazer sua inscrição e as respostas foram automaticamente registradas na base dados, podendo ser extraídas em formato de planilha. Como resultado, 83,18% das inscrições foram realizadas através do formulário eletrônico, e 16,82% foram realizadas presencialmente durante o credenciamento.

No Seminário de Avaliação do ano de 2019, 90,58% das inscrições foram realizadas online, enquanto 9,42% foram realizadas no ato no credenciamento. Houve, portanto, um aumento no número de acessos ao formulário eletrônico.

Quanto às avaliações, no ano de 2018, dos 214 participantes,

apenas 42 preencheram o formulário, correspondendo a 19,9% do total. Destes, uma pessoa avaliou o processo de inscrição como “muito ruim”; vinte e duas pessoas consideraram “bom”; e dezenove, “muito bom”. Em 2019, foram 46 respostas ao formulário de feedback do evento, das quais, duas se manifestaram como “indiferentes” ao processo de inscrição, dezessete consideraram “bom”, e vinte e oito consideraram “muito bom”. Notou-se, portanto, uma melhoria em relação à opinião dos participantes sobre a inscrição por meios eletrônicos. Em ambos os eventos, as dificuldades relatadas pelos participantes em relação à inscrição online foram: dificuldades de envio do formulário devido à má qualidade da internet; falta ou pouca habilidade com recursos digitais; e não recebimento do link de acesso ao formulário.

Além dos benefícios já citados, o uso do formulário eletrônico sanou um conjunto de complicações que envolviam as inscrições em formulários de papel. Além do não retorno das fichas dentro do prazo estipulado, não raramente acontecia o extravio e consequente atraso na confecção das listas de credenciamento e frequência. Além disso, as listas que anteriormente precisavam ser digitadas, demandando bastante tempo, passaram a ser construídas de forma mais eficiente, apenas com o download das respostas do formulário no formato de planilha.

Assim, a utilização dessa nova tecnologia, qualificou positivamente o processo e passou a imprimir celeridade, tanto na realização da inscrição como na produção, tratamento e armazenamento das informações dos eventos realizados.

O sucesso no uso do primeiro formulário durante as inscrições do seminário de 2018, possibilitou que essa ferramenta também pudesse ser utilizada durante o processo de realização do Diagnóstico Socioterritorial Participativo de Teresina, trazendo relevante contribuição ao garantir mais celeridade. Um dos instrumentos de coleta de dados do Diagnóstico, foram os questionários, os quais foram disponibilizados no formato eletrônico. Embora boa parte tenha sido aplicada em suas versões impressas, devido às dificuldades de conexão com a internet existente em algumas das unidades socioassistenciais, todas as respostas foram inseridas no formato digital, inclusive aquelas dos questionários em papel. Com isso, o tratamento e análise dos dados foi facilitado na medida em que os dados coletados puderam ser extraídos no formato

csv, possibilitando a construção de gráficos e análises estatísticas.

Houve, portanto, avanço considerável no processo de trabalho da GGSUAS, envolvendo não apenas a CGID, mas também as demais coordenações, que puderam se beneficiar do uso de TIC, nomeadamente os formulários eletrônicos que, além de minimizar falhas humanas, contribuem para a redução de gastos públicos e para a celeridade de processos. Isso foi evidenciado pela aceitação positiva desta ferramenta entre os trabalhadores da SEMCASPI, que já demandam por sua expansão em outras atividades da Secretaria e em outros processos, como na interação dos participantes de eventos através de perguntas mediadas por aplicativos. Mas ainda é preciso avançar no que diz respeito à qualidade dos recursos tecnológicos necessários à sua utilização, principalmente o acesso à internet, que além de velocidade, precisa de estabilidade, para que não haja perda de dados durante o preenchimento dos formulários.

Considerações finais

Teresina tem sido vanguarda no que se refere a incorporação de novas tecnologias na gestão e no monitoramento de políticas públicas, fato que foi institucionalizado pelo Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável “Teresina Sustentável”, no item intitulado modernização da gestão municipal. Na gestão local do SUAS, dentro deste contexto macro de Teresina, vem gradativamente sendo consolidada a associação entre a gestão estratégica da política e as TIC, de forma a produzir subsídios relevantes para a governança eletrônica, garantindo mais celeridade nos procedimentos e nos fluxos, facilitando, desta forma, a tomada de decisões e o controle dos processos que envolvem a operacionalização desta política pública.

Entende-se, portanto, que o meio e o fim desses processos (informação e conhecimento) promovem alterações significativas nos modelos institucionais de gestão vigentes e, sobretudo, no alcance de seus objetivos orientados pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e alterações (Lei nº 12.435/2011). Nesta acepção, inserem-se o Blog SUAS Teresina, o Sistema de Gestão dos Benefícios Eventuais elaborados e implantados pela SEMCASPI enquanto estratégia de responder às demandas apresentadas quanto ao correto registro e análise dos

dados produzidos na execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais e sua consequente transformação em conhecimento capaz de definir o conteúdo dessa política pública em nível local. Na mesma direção, o uso de formulários eletrônicos em substituição às versões em papel tem contribuído para maior celeridade, eficiência e redução de erros humanos na coleta de informações.

Equivale dizer que a informação e sua gestão, por meio de ferramentas tecnológicas, são concebidas como uma mediação lógica e indispensável na ação decisória e, portanto, estratégica no contexto da política. Conforme Tapajós (2007, p. 72), “Reconhece-se, assim, as novas e amplas possibilidades de conjugação da Tecnologia da Informação com o campo da gestão pública o que aponta, decididamente, para a implantação do direito social e do seu reconhecimento como dever do Estado”.

Por outro lado, é necessário ressaltar que, apesar do avanço obtido com a elaboração e implantação destas novas ferramentas tecnológicas para o êxito em seu manuseio alcance, o objetivo planejado para tal, torna-se necessária a modernização da gestão local da política de assistência social, ou seja, que tanto os equipamentos sejam modernos o suficiente para processá-los quanto que quem os utilize tenham as habilidades necessárias para o seu manejo. Significa dizer que é de extrema importância a renovação dos equipamentos de forma contínua; bem como o amplo acesso à Internet banda larga, além da presença de mão de obra especializada para manutenção e operacionalização das redes; o que demanda investimento contínuo por parte dos gestores.

Muito embora reconheçamos os desafios apontados acima quanto à utilização de TIC, por outro lado, não podemos reduzir a importância destas ações implantadas pelas SEMCASPI no processo de gestão local do SUAS pois, mesmo tímida, representa a democratização do acesso a informações junto àqueles que de fato operacionalizam os serviços, programas e projetos socioassistenciais, ultrapassando o contexto endógeno de produção de conhecimento limitado a poucas pessoas, notadamente aquelas responsáveis pela gestão das ações; e, o mais importante, este movimento empreendido é terreno sólido sobre o qual se avança e se fortalece o sistema de proteção social em Teresina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>.

DRUCKER, P. **The coming of the new organization**. Harvard Business Review, p. 4–12, 2000.

FERRAREZI, E.; JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. Trajetória e Desenvolvimento Institucional da SAGI/MDS (2004-2015). FERRAREZI, Elisabete (org.). **SAGI: Informação e Conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social**. p.18–53. Brasília: SAGI/ MDS, 2016.

GOMES, A. L. Apresentação. TAPAJÓS, Luziele, RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva (org.). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. p.8–9. Brasília: SNAS, 2007.

GONÇALVES, A. **O conceito de governança**. XIV Encontro do Conpedi, 2005. Disponível em: <<http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. .

MEDEIROS, P. H. R. **Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

NAKASHIMA, C. Desafios da Gestão da Informação. FERRAREZI, Elisabete (org.). **SAGI: Informação e Conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social**. p.57–69. Brasília: SAGI/MDS, 2016.

SEMCASPI. **Minuta de Regimento Interno da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**. Teresina, s/d

TAPAJÓS, L. A Gestão da Informação em Assistência Social. TAPAJÓS, Luziele, RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva (orgs.). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. p. 70–87. Brasília: SNAS, 2007.

TERESINA. Lei Municipal nº4916, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre a concessão e Benefícios Eventuais, no âmbito do Município de Teresina. **Diário Oficial do Município de Teresina**, 13 mar. 2017.

ZANINI, M. **Formulários eletrônicos**. Monografia (Bacharelado em Ciências da Computação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

6 Trabalho infantil na perspectiva do SUAS: a experiência de enfrentamento vivenciada no município de Teresina

Franciana Beleense de Sales
Layla Carolina da Costa Lima Paiva

Introdução

O trabalho infantil é uma realidade de milhões de crianças em todo o mundo, no Brasil, a realidade não poderia ser diferente, visto que se trata de um país onde a pobreza e a desigualdade estão presentes no cotidiano da maioria da população. Esse trabalho objetiva descrever o histórico do trabalho infantil e os mitos criados para permanência dessa

prática ao longo dos anos.

Pretende-se apresentar o conceito de trabalho infantil, resgatar suas consequências no desenvolvimento de crianças e adolescentes expostos ao trabalho precoce, apresentar os seus tipos, bem como expor algumas legislações brasileiras de enfrentamento ao trabalho infantil.

Nesse sentido, vale destacar que a Constituição Federal de 1988, seguida do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 8069/1990), ao lado das orientações técnicas elaboradas pelo governo federal sobre a gestão do programa de erradicação do trabalho infantil no SUAS, são instrumentos de grande avanço na regulamentação dos direitos das crianças e adolescentes.

Por fim, objetiva-se expor os avanços e desafios no enfrentamento ao trabalho infantil no município de Teresina através de ações de articulação entre as políticas públicas no âmbito da assistência social e na garantia dos direitos das crianças e adolescentes de estarem livres do trabalho infantil.

1 O trabalho infantil e suas configurações

Em várias civilizações orientais e ocidentais aparecem registros sobre trabalho infantil. Segundo Pereira (2019), entre os egípcios, registros históricos mostram que os filhos aprendiam o ofício com os pais. No período Romano, o contrato de aprendizagem era firmado de três modos: o mestre obtinha a remuneração pelo ensino ministrado, poderia pagar os serviços do menor ou ser compensado pelo ensino com os serviços.

Oliva (2006) afirma que para os Gregos e os Romanos, os escravos não eram reconhecidos como pessoas e sim como coisas, eram de propriedade dos seus senhores. Portanto, todos os filhos de escravos passavam a ser propriedade dos possuidores de seus pais e eram obrigados a trabalhar para os seus donos ou para terceiros em benefícios de seus dominadores.

No Brasil, a história foi marcada pela escravidão que imperou durante 388 anos, terminando com o decreto da Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Vale destacar que a escravidão se estendia às crianças,

não sendo determinada apenas aos adultos. Essas, já nasciam na condição de escravos, e, ainda na primeira infância, eram submetidos à trabalhos forçados, sendo então, privados da educação e das brincadeiras de criança, primordiais ao desenvolvimento de qualquer ser humano (NOGUEIRA, 2012).

Diante da prática do trabalho infantil e no intuito de enfrentá-las, a OIT, em 17 de junho de 1999, promoveu a convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil. Por ocasião dessas discussões, foi instituído o Decreto nº 6.481/2008 que trata sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Nela contém disposições como idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, a importância da educação fundamental e gratuita, a retirada da criança de todo trabalho que seja nocivo a sua formação e a promoção de uma reabilitação social, atendendo, ao mesmo tempo, as necessidades de sua família. (NOGUEIRA, 2012)

De acordo com essa convenção, as piores formas de trabalho infantil são:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda ou tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição – no Brasil, denominada exploração sexual comercial – , a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes;
- d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças (BRASIL, 2010, p. 33)

No Brasil, a naturalização do trabalho por crianças e adolescentes foi fortemente questionada a partir da década de 1980, com ampla mobilização social que ganhou força com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 que trouxe a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. (BRASIL, 2010)

Posteriormente em 1990, com a assinatura da Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente veio garantir à criança e ao adolescente a proteção integral, permitindo-os gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, conforme descrito no artigo 4º: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990)

Esse artigo 4º do ECA reforça a prioridade do atendimento e da garantia da proteção da criança e do adolescente, colocando em primeiro lugar a família, seguida da comunidade onde essa criança vive, da sociedade, que não pode fechar os olhos para essa responsabilidade, e, por fim, ao Estado, que vem assumindo essa responsabilidade ao criar políticas públicas de atendimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

No Brasil, o trabalho infantil vem acompanhado dos mais variados motivos, existindo três causas essenciais que predominam no processo de desenvolvimento no mundo do trabalho: a necessidade econômica de manutenção da família; a reprodução cultural dos mitos sobre trabalho infantil; e a falta de universalização das políticas públicas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias. (BRASIL, 2010)

Além das necessidades econômicas da família, ainda existem os mitos culturais reproduzidos ao longo dos anos, que acabaram legitimando a exploração da mão de obra infantil. Esses mitos culturais são os mais variados possíveis, citando os mais comuns segundo o Caderno de Orientações Técnicas sobre a gestão do PETI, tem-se:

O trabalho da criança/adolescente ajuda a família! É melhor trabalhar do que ficar nas ruas!

É melhor trabalhar do que roubar!

A criança/ adolescente que trabalha fica mais esperto!

Quem começa a trabalhar cedo garante o futuro! (BRASIL, 2010, p. 22)

Porém, os dados oficiais comprovam que 48% das crianças e adolescentes não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados e as demais crianças e adolescentes recebem valores insuficientes para alterar sua própria condição de vida, quicá a de sua família.

A reflexão que se faz sobre esse fato é que, se a família está sem condições de suprir suas necessidades básicas, então esta deve procurar acesso às políticas públicas, aos direitos sociais de cidadania, aos benefícios do CadÚnico, e não à inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho. (BRASIL, 2010)

Essas afirmações reforçam o que é descrito nas orientações técnicas, quando se traz uma reflexão acerca de que a criança quando trabalha fica mais esperta e que esse trabalho precoce vai garantir o seu futuro:

- a) o trabalho infantil não antecipa as etapas de desenvolvimento da criança e do adolescente, ele subtrai seus direitos fundamentais;
 - b) a responsabilidade precoce com o trabalho impede as possibilidades de desenvolvimento integral;
 - c) o trabalho infantil nunca foi sinônimo de uma vida bem sucedida. Se assim fosse, as crianças e adolescentes das elites optariam pelo trabalho infantil em detrimento da educação, do acesso à cultura, à arte e ao esporte;
 - d) o trabalho infantil é uma das principais causas de violação dos direitos a criança e do adolescente, restringindo a possibilidade de uma integração digna no mundo do trabalho na fase adulta.
- (BRASIL, 2010, p. 26)

Superar esses mitos legitimados ao longo da construção histórica do mundo e do Brasil é um processo difícil e um desafio permanente, por isso, o diálogo e a construção reflexiva deve acontecer diariamente em todos os espaços, estando junto crianças, adolescentes, suas famílias e a sociedade civil para superar e enfrentar essa cultura de naturalização do trabalho infantil.

Como reflexo desse trabalho precoce, o trabalho infantil tem efeitos complexos, principalmente nas condições econômicas, sociais, educacionais, bem como no desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo de crianças e adolescentes. Os principais efeitos envolvem: precari-

zação e exploração do trabalho, com remuneração inferior, redução das oportunidades de emprego com aumento da informalidade; defasagem e abandono escolar de crianças e adolescentes, influenciados pelo trabalho infantil, uma vez que ele impede a educação e reforça a exclusão social; a exposição à insalubridade, à periculosidade e à doenças, afetando a saúde, violando e retardando o desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo, por terem capacidade de resistência limitada, sujeitando-se à fadiga, ao envelhecimento precoce, ao cansaço e a ocorrência de inúmeras doenças. (BRASIL, 2010)

O trabalho infantil também provoca consequências psicológicas muito graves, pois se exige dessas crianças e adolescentes comportamentos próprios de adultos, o que acarreta em um amadurecimento precoce, na perda da capacidade lúdica, podendo gerar desequilíbrios na fase adulta, na limitação do direito de brincar e da manifestação do lúdico em um momento tão importante para o desenvolvimento do afeto e da afetividade (BRASIL, 2010).

Como já expressei, a Convenção nº 138 da OIT juntamente com o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, quando define a lista das piores formas de trabalho infantil, são importantes instrumentos internacionais de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Por esse motivo, é imprescindível o conhecimento de alguns tipos de exploração do trabalho infantil, tais como: aqueles realizados nas ruas, os domésticos, em atividades esportivas, em atividades artísticas e culturais, em atividades ilícitas, na informalidade, eventuais, noturnos, perigosos, insalubres, prejudiciais à moralidade, bem como para a jornada de trabalho.

A realização de trabalho nas ruas antes dos 18 anos é proibida desde a edição da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, visto que esse trabalho expõe uma série de riscos que poderão ter consequências irreversíveis ao seu desenvolvimento. (BRASIL, 2010)

O trabalho infantil doméstico, classificado como a pior forma de trabalho infantil, é caracterizado quando a criança ou adolescente assume as responsabilidades que são dos adultos, incompatíveis com seu processo de desenvolvimento, “tais como: cuidar continuamente dos irmãos para que os pais possam trabalhar, assumir integralmente a preparação da alimentação da família, fica responsável por toda organização de casa, etc.” (BRASIL, 2010, p. 34)

Já o trabalho em atividades ilícitas é aquele associado ao tráfico de drogas, quando as crianças ou adolescentes são usados em relações de subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade, tendo o seu direito de ir e vir monitorado, restringido, vivendo em situação de rua, temendo entre a vida e a morte. (BRASIL, 2010)

Assim, em 1996, foi implementado no Brasil o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, principalmente por causa dos diversos casos de trabalho infantil, em decorrência das carvoarias encontradas no Estado de Mato Grosso do Sul. O desenvolvimento desse programa ocorreu a partir da identificação dos casos onde a criança ou o adolescente era levado para fazer reforço escolar no contraturno da escola formal e a mãe recebia um auxílio financeiro. (BRASIL, 2010)

A partir de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, atual Ministério da Cidadania, realizou o reordenamento das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, onde a orientação é de realizar ações de enfrentamento de forma articulada com todas as demais políticas públicas, por meio de 5 eixos: sensibilização, identificação, proteção social, responsabilização e monitoramento. (BRASIL, 2010)

A Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005, efetivou a integração do PETI com o Programa Bolsa Família e essa integração ao se apresentar de forma concreta, permitiu a garantia da universalização do PETI e uma maior interlocução com o Programa Bolsa Família, onde todos os municípios que identificarem situação de trabalho infantil, podem acessar o PETI através do cadastro no CadÚnico (BRASIL, 2010).

Em consonância com todas as legislações anteriores e também cumprindo um dos objetivos do SUAS, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, no seu art. 24, inclui o PETI na Política Nacional de Assistência Social, reconhecendo este em âmbito nacional como estratégia de enfrentamento e combate ao trabalho infantil. Com isso, institui-se a oferta do programa de forma articulada e intersetorial, garantindo transferência de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

Para dar vida a esses eixos, o município de Teresina vem desenvolvendo desde 2015 ações que interferem diretamente na realidade do

enfrentamento ao trabalho infantil na capital.

2 Enfrentamento do trabalho infantil no município de Teresina: avanços e desafios

Em Teresina, as ações estratégicas do Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil – AEPETI, se localizam no organograma gerencial da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI. Tais ações estratégicas são realizadas com o intuito de atender a cinco eixos, sendo eles o eixo da informação, da identificação, da proteção social, da responsabilização e do monitoramento de ações de enfrentamento do trabalho infantil.

Iamamoto (2007), por sua vez, traz uma reflexão sobre questões estruturais, especialmente a que dizem respeito ao desemprego, pontuando que tal condição reforça ainda mais a entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, conforme o trecho abaixo

Uma das formas de redução do custo da força de trabalho é o contrato da mão-de- obra infantil. Quando 30% da população economicamente ativa do mundo está desempregada, cresce o desemprego dos adultos e aumenta, contraditoriamente, o emprego infantil. (IAMAMOTO, 2007, p. 39)

Nesse sentido, o desemprego dos adultos termina por influenciar a utilização da mão de obra infantil. Dessa forma, essa exploração traz um peso social e financeiro ao público infantil, visto que, estes não devem carregar a responsabilidade da manutenção da casa e da família. É exatamente nesse contexto, entre viver a infância e a adolescência com atitudes próprias da idade e seus aprendizados e ter essa vivência subtraída em nome da sobrevivência, que há uma perpetuação de inúmeras situações que desencadeiam em doenças, havendo também uma manutenção na formação de adultos que acabam por submeter às gerações seguintes as mesmas condições em que foram criados.

Considerando, portanto, a necessidade de atenuar as condições de trabalho infantil no município de Teresina, a partir das diretrizes discutidas e encaminhadas em âmbito nacional, vem-se desenvolvendo,

desde 2015, ações de enfrentamento ao trabalho infantil na capital.

De acordo com os dados do IBGE - Censo 2010, Teresina possui 3.710 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos ocupados. Isso corresponde a 4,4% da população nessa mesma faixa etária, em relação à taxa de ocupação. Um outro dado crítico para o desenvolvimento do trabalho da SEMCASPI é o número de 1.142 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos exercendo o trabalho doméstico, função esta que se configura como uma das piores formas de trabalho infantil, já que se mostra como uma função análoga ao trabalho escravo.

Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109 de 11 de novembro de 2009), o PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, executado dentro do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, tendo como usuários, famílias e indivíduos em situação de trabalho infantil.

Além do PAEFI, existe no município o SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social, também executado no CREAS e no Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que apresenta como finalidade, o asseguramento do trabalho de abordagem social e busca ativa, através dos Agentes de Proteção Social Especial- APS, que, por sua vez, devem identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações.

Através de um trabalho articulado entre os Serviços, foi elaborado o Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que tem por objetivo estabelecer responsabilidades nas diversas políticas públicas envolvendo a sociedade civil organizada. Tal Plano tem vigência de 4 anos, sendo avaliado anualmente através de reuniões com a participação da Comissão do PETI, da rede socioassistencial e das demais políticas (SEMCASPI, 2018).

A partir disso, foi possível desenvolver ações com estudos e capacitações envolvendo os trabalhadores, especialmente da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Dentre as atividades desenvolvidas entre o período de 2015 a 2019, foram contempladas atividades

que também possibilitavam o exercício do protagonismo infanto juvenil.

Em 2017 foram realizados concursos literários de redação, desenho e poesia, tendo como resultado final a publicação de um livro contendo 130 redações, que passaram por um processo de seleção e análise pela Comissão do PETI, envolvendo crianças e adolescentes atendidas nos quatro territórios de Teresina. Na oportunidade, foram escolhidos 30 desenhos que foram publicados no livro.

Em 2018, conforme estabelecido como meta no Plano Municipal, foi realizada uma atividade ao ar livre, um piquenique que ocorreu no Parque da Cidadania, com a participação de 200 crianças e adolescentes atendidos nos Serviços de Proteção Social Básica e Especial, ofertados pela SEMCASPI, por ocasião do dia 12 de junho de 2018¹ com representações de todos os territórios de Teresina. Como resultado dessa ação, foi produzido um vídeo institucional veiculado na TV falando sobre a campanha “Crianças e adolescentes livres do trabalho infantil”.

Para a campanha de enfrentamento ao trabalho infantil de 2019, nacionalmente, o tema escolhido foi “Criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”, onde um grupo de adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV “Novos Meninos”² compuseram a letra e melodia de um jingle sobre o tema da Campanha, sendo possibilitado a gravação do mesmo, com o auxílio de educadores musicais, num Studio musical profissional, conforme planejado no Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (SEMCASPI, 2018).

Ainda como meta de enfrentamento do trabalho infantil, a partir da publicação do serviço, foram desenvolvidos e confeccionados

¹ O dia 12 de junho é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Esta data foi criada por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho-OIT, uma agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002.

² Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). E foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Está organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

materiais informativos que são distribuídos em ações nos territórios. Exemplo disso é projeto “Teresina em Ação”, resultado de uma parceria entre a TV Clube e a Prefeitura de Teresina, oferecendo atendimentos por meio de serviços gratuitos, nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, beleza, cidadania, dentre outros. Nesse projeto, que acontece uma vez por mês, em bairros e zonas diferentes da cidade, os materiais são entregues pelos Agentes de Proteção Social - APS³ e atividades lúdicas são desenvolvidas com Bonecos humanos interativos que sensibilizam pais, responsáveis, crianças, adolescentes e toda sociedade sobre a importância de respeitar os direitos de crianças e adolescentes para que estejam livres da exploração do trabalho infantil.

Para ampliar as estratégias de informação e sensibilização, também foi criada, pela Comissão Municipal do PETI, a ação “Parada Acordear”, uma atividade socioassistencial integrativa, realizada mensalmente, nos quatro territórios de Teresina, sendo coordenada pelos CREAS, com participação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Conselhos Tutelares. Essa ação acontece mensalmente, onde os técnicos percorrem as principais ruas, praças, avenidas e outros locais públicos no território, nos quais a população é sensibilizada a denunciar casos de trabalho infantil e é informada sobre os serviços de assistência social oferecidos pela SEMCASPI em Teresina.

A rede socioassistencial é extremamente necessária para que o processo de trabalho realizado para enfrentar o trabalho infantil ocorra a contento, afinal, muitos casos não são identificados pelas equipes no espaço da rua, ou mesmo através de denúncias oriundas do Disque 100, uma vez que, ao chegar nos espaços, a situação não é identificada. O que é comprovado através dos RMA – Registro Mensal de Atendimento, instrumental utilizado pelo Ministério da Cidadania para identificar os atendimentos e o acompanhamento realizados pelos serviços ofertados a nível de Proteção Social Básica e Especial, nos CRAS e CREAS. Os RMAs sempre aparecem com o campo de identificação de trabalho in-

³ Os Agentes de Proteção Social Especial-APS, são atores da Proteção Social Especial que realizam o Serviço Especializado em Abordagem Social-SEAS, desenvolvendo ações educativas e preventivas de violações de direitos identificadas no espaço da rua, sendo o trabalho infantil uma delas. Os APS tem como espaço de trabalho os CREAS nos territórios e o Centro POP.

fantil zerados, ou quando são identificados, não chegam para acompanhamento pelo PAEFI por falta de informações mais concretas sobre a situação de trabalho infantil.

Ainda em 2018, iniciaram debates através das equipes do SEAS nos CREAS acerca da necessidade de estabelecer o fluxo de atendimento de situações de trabalho infantil identificadas no espaço da rua. Diante dessa realidade, foi realizado, juntamente com o Ministério Público e vários representantes da rede sociassistencial tanto de Teresina como da cidade de Timon (MA), a construção do fluxo de atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. A Participação da cidade de Timon foi necessária, porque dentre os casos identificados de trabalho infantil em Teresina, 80% são crianças e adolescentes oriunda de Timon-MA (AEPETI, 2018).

Enquanto representante do Sistema de Garantia de Direitos, a 45ª Promotoria da Infância e da Adolescência, do Ministério Público do Piauí, tem realizado momentos de apresentação e discussão do fluxo, em cada território de Teresina, contando com a participação de Conselheiros Tutelares, trabalhadores do Centro POP, CRAS e CREAS, Coordenação das Ações Estratégicas do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil-AEPETI, dentre outros atores.

A Coordenação do AEPETI continua planejando e buscando melhorar a cobertura e qualificação da rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mantendo uma agenda interseccional, envolvendo técnicos dos CRAS, CREAS, Centro Pop, conselheiros tutelares, agentes de saúde, professores e outros profissionais da rede de proteção das crianças e dos adolescentes. A coordenação também tem assento no Comitê do PETI, desenvolvendo ações e fiscalizando a execução do Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Considerações finais

O trabalho infantil possui causas e consequências complexas já apresentadas até aqui, e, embora a prevenção e o enfrentamento das situações de trabalho infantil possam existir, muitas ações são desenvolvidas e devem ter continuidade no âmbito da Proteção Social, seja ela Básica ou Especial.

A Proteção Social Básica deve ser fortalecida, considerando que o PAIF tem um papel fundamental na prevenção dos riscos e da reincidência do trabalho infantil e através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV deve acolher, com prioridade, crianças e adolescentes oriundos de trabalho infantil.

A Proteção Social Especial de média complexidade, através do PAEFI e SEAS, continuará com a prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e pessoas em situação de risco pessoal e aquelas com os direitos já violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para identificar as situações de trabalho infantil, e, mais do que a identificação, terá como desafio, realizar o acompanhamento dessa família para a retirada dessa criança ou adolescente do trabalho infantil, mas oportunizando um atendimento de qualidade com os encaminhamentos necessários para profissionalização e para o mercado de trabalho, respeitando as limitações em relação a idade de inserção dos mesmos.

As crianças e adolescentes são público prioritário dos serviços socioassistenciais ofertados pela SEMCASPI, o que reforça a necessidade de articulação e integração, de referência e contrarreferência entre PSB e PSE, para que as crianças e adolescentes e as suas famílias possam ser atendidos, prevalecendo a qualidade do atendimento e a garantia dos direitos dessa família.

O desafio é, portanto, continuar a defesa dos direitos das crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil, fazendo com que ocorra, principalmente, a inclusão das famílias no mercado de trabalho, pois, mesmo sendo interessante que a partir dos 14 anos de idade esses jovens possam ter a oportunidade do Programa de Aprendizagem, é dever da família garantir o sustento, logo, a possibilidade da aprendizagem é um recurso a mais para que esse futuro adulto tenha mais preparo para enfrentar o mundo do trabalho.

Para tanto, se faz necessário ainda a sensibilização de empresas e entidades formadoras, para que assumam essa responsabilidade social no cumprimento das cotas destinadas a esse público-alvo, ainda tão discriminados e pouco vistos como um público que de fato necessita dessa oportunidade.

As ações de enfrentamento ao trabalho infantil continuarão

acontecendo no planejamento das ações da Proteção Social e, especialmente, sob coordenação das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil.

As ações devem se concentrar na retirada da criança ou adolescente da prática do trabalho, com reinserção deste na escola, de forma a garantir sua permanência, apoiando a família para que reestabeleça e fortaleça a função protetiva, tendo acesso aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, sendo encaminhada para outras políticas públicas quando necessário.

O Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil permanece em constante avaliação das metas e ações propostas através da participação de diversos atores, inclusive dos integrantes do Comitê Municipal do Trabalho Infantil, no qual, outras políticas setoriais se reúnem com a sociedade civil, para pensar em estratégias e oportunizar que o que foi planejado, executando-o.

Os desafios não cessam, mas o compromisso com o enfrentamento do trabalho infantil continuará sendo atividade prioritária na garantia dos direitos de crianças e adolescentes que deverão estar livres do trabalho infantil no município de Teresina (PI).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador/ Comissão nacional de Erradicação do Trabalho Infantil**. 2 ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

_____, **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**, Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2018.

_____, **Orientações técnicas: gestão do programa de erradicação do trabalho infantil no SUAS**, Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

_____, **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS).Brasília: MDS\SNAS, 2004.

_____, **IBGE**. Amostra - Trabalho infantil / Pessoas de 10 a 17 anos de idade / Grupo de idade / 10 a 13 anos de idade, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/pesquisa/23/23226?-detalhes=true&tipo=ranking&localidade1=0&localidade2=22&ano=2010&indicador=23242>>. Acesso em: 20.mar.2019
< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acesso em: 20 mar.2019.

_____, Portaria CNAS nº 109/2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. SNAS. Brasília, 2009.

PEREIRA.G de J. **Breve histórico da exploração do trabalho infantil**. Disponível em http://www.lex.com.br/doutrina_27284325_BREVE_HISTORICO_DA_EXPLORACAO_D_O_TRABALHO_INFANTO_JUVENIL.aspx (acesso em 24.09.2019)

IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em:< <https://censo2010.ibge.gov.br/>>.Acesso em: 23.mar.2019.

NOGUEIRA.T. P. **Análise da Exploração do Trabalho Infantil na História**. <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/analise/47307#ixzz2dYXsxSrW> (acesso em 10/10/2019).

OLIVA, Roberto Dantas. **O Princípio da Proteção Integral e o Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil**: com as alterações promovidas pela Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005, que ampliou o limite da

idade nos contratos de aprendizagem para 24 anos. São Paulo. LTr, 2006.

ONU. Organização Internacional do Trabalho, Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC – Brasília: OIT, 2001.: il.

SEMCASPI. Diagnóstico Intersetorial Municipal. Desenvolvimento da Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI. Organização Internacional do Trabalho. Teresina, 2015.

SEMCASPI. Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil-PETI. Ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil. Teresina, 2018.

BOAS PRÁTICAS DO SUAS

PARTE II

7 A Mesa Municipal de Negociação e gestão do trabalho do SUAS: a organização ético-política dos/as trabalhadores/as em Teresina

Dannylo Cavalcante Alves

Anderson Oliveira Sousa

Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior

Introdução

No Brasil a caridade e a desprofissionalização caracterizaram, por muito tempo, as ofertas para o público socialmente vulnerável. As mudanças vieram a ocorrer na primeira década do século XXI, com o estabelecimento de regulações e parâmetros que balizam o financiamento

e a operacionalização da Assistência Social, agora com status de Política Pública.

O capital humano é a principal matéria prima do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, constituindo uma diversidade e complexidade de atores, por nível de escolaridade, formação profissional, área de atuação, entre outros aspectos.

O Sistema Único de Assistência Social de Teresina/PI é composto por uma gama de profissionais de nível superior, médio e fundamental. Tais profissionais atuam em diferentes órgãos que materializam os níveis de Proteção Social, Básica e Especial, da Política de Assistência Social (BRASIL, 2005), e enfrentam diferentes desafios na implementação dos seus serviços.

Além da operacionalização de uma política recentemente organizada, os trabalhadores lidam com questões, que permeiam o cotidiano dos trabalhadores do SUAS Teresina, relativas à falta de estrutura física e material para a execução de serviços, à quantidade de profissionais abaixo do mínimo determinado para o atendimento da quantidade de famílias em uma metrópole no PAIF e PAEFI e às demandas inadequadas ao atendimento pela Política de Assistência Social

Desta forma, aqueles que trabalham no SUAS, precisam lidar com demandas que superam o cumprimento de objetivos da política e metas estabelecidas pelo Ministério. A maior parte da equipe de nível superior do SUAS de Teresina é composta por profissionais do Serviço Social e da Psicologia, orientados pela necessidade de compreender o contexto da vulnerabilidade social de forma crítica para a construção de propostas que superem a fragmentação do usuário (CFP & CFESS, 2007). Neste sentido, tal compreensão também deve ser utilizada para a organização coletiva dos/as trabalhadores/as, de forma a ressignificar o sentido que atribuem à política de Assistência Social.

A Gestão do Trabalho é uma necessidade e aposta da Política de Assistência Social. A mesma prevê a democratização através da criação da Mesa de Negociação do Trabalho no SUAS. Em Teresina, a referida instância de pactuação está diretamente relacionada ao Movimento dos/as Trabalhadores/as do SUAS de Teresina e à relação destes/as com a gestão no município.

1 A Mesa Municipal de Negociação e gestão do trabalho do SUAS Teresina

A Política de Assistência Social percorreu um longo e tortuoso percurso até constituir-se enquanto política pública de direito. Nesse trajeto, um dos principais desafios é a qualificação da força de trabalho. Anterior ao status de política pública, a Assistência Social configurava-se por ações descontínuas, pontuais, sobrepostas, sem definição dos critérios de seleção e, em especial, pela não profissionalização das ações. (RAICHELIS, 2010, p. 760)

A contratação da mão de obra alinhava-se ao desenho da política, carecendo de um corpo técnico especializado, com vínculos precários e temporários. Com o redesenho da Política de Assistência Social, iniciado em 2004, um dos focos de atenção passou a ser a força de trabalho. Nesse sentido, estrutura-se a Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social.

A Norma Operacional Básica do SUAS justifica a Gestão do Trabalho como estruturante da Política de Assistência Social, na medida em que se configura como “eixo delimitador e imprescindível à qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial”. (FERREIRA, 2011, p. 15).

Depreendem-se da Gestão do Trabalho, dois movimentos envolvendo a força de trabalho: um que parte da gestão pública e outro dos/as trabalhadores/as. Se de fato, a investidura na qualificação da mão de obra deve ser uma prioridade do Estado, igualmente deve ser um compromisso dos/as trabalhadores/as inseridos/as na política pública.

Organizar trabalhadores do SUAS é uma questão premente e um desafio constante. Em Teresina, a organização política dos/as trabalhadores/as do SUAS pode ser dividida em dois momentos: antes e depois de 2015. Esse período marcou o primeiro movimento paredista da história da assistência social no município de Teresina, representando um acúmulo na organização e unidade política dos/as trabalhadores/as.

Um ponto interessante é que, anteriormente a esse período, os trabalhadores, enquanto corpo político que estrutura a política de assistência social, não apresentavam unidade política e/ou organizacional. Havia um distanciamento entre técnicos das proteções básicas e especial,

bem como um certo “desconforto silencioso” entre as duas principais profissões da política pública em Teresina, Assistentes Sociais e Psicólogos.

Notava-se também a ausência de instrumentos de participação, de maneira democrática, contínua e direta, dos trabalhadores na gestão do trabalho do SUAS em Teresina. Além disso, a organização política dos trabalhadores era incipiente. Havia dificuldade de articulação, pactuação e organização entre trabalhadores/as de forma a ressignificar as demandas e trabalhar as fragilidades do processo de trabalho.

Um dos fatores que favoreceu esse processo de organização foi a qualificação da mão de obra municipal, composta por um conjunto de profissionais efetivos, especificamente de nível superior. O movimento paredista de 2015 foi motivado pela demanda de condições de trabalho e pela oferta de serviços socioassistenciais com qualidade para população usuária do SUAS.

Em essência, a Política de Assistência Social propõe, incentiva e promove a participação de trabalhadores e usuários, em vários momentos, na sua construção e execução. Na NOB RH existe uma previsão da instituição de Mesa de Negociação entre trabalhadores e gestores, com o objetivo de discutir e deliberar questões que dizem respeito aos processos de trabalho no SUAS (FERREIRA, 2011). Nesse contexto, foi proposto a criação da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS Teresina. Carmo e Ferreira afirmam:

A Mesa de Negociação se constitui, portanto, num espaço fundamental para a democratização das relações de trabalho na assistência social e, ao funcionar como estratégia de tratamento dos conflitos, reafirma e reforça uma característica essencial do SUAS: a lógica da negociação e pactuação entre os diversos atores que atuam no sistema. (2011, p. 174-175)

De 2015 a 2016, a referida Mesa Municipal de Negociação se reuniu regularmente, tendo, como pautas prioritárias, a criação da Lei Municipal do SUAS, a defesa da realização de concurso público e a convocação de profissionais. À época foi constituída a primeira formação do coletivo, com representantes da secretaria e dos trabalhadores dos

CRAS das quatro zonas de Teresina e da Proteção Especial de Média Complexidade. Em 2017, o instrumento de negociação não funcionou regularmente.

Em 2018, a Câmara Técnica Sudeste, organização técnico-política dos trabalhadores das equipes de referência dos CRAS e CREAS do macroterritório Sudeste de Teresina, requereu formalmente a reativação da Mesa. Em 2019, foram dados os encaminhamentos, entre os quais a recomposição dos integrantes da gestão e o provimento, finalização e publicação da Portaria Nº 2, de 23 de setembro de 2019, que institui a Mesa Municipal de Negociação; e a finalização do Regimento Interno, tarefa inicial dos componentes da mesma (CARMO & FERREIRA, 2011). Observa-se que, apesar do surgimento anos atrás, só a partir deste período é que se instauram as bases formais que fundamentam o funcionamento da Mesa de Negociação.

O ano de 2019 tem sido marcado pelo pleno funcionamento da Mesa de Negociação, tendo sido cumprido o calendário de reuniões ordinárias, bem como garantida a execução das deliberações encaminhadas pelo plano. Um destaque que se deve dar é a diversidade de composição atingida na atual formação da Mesa. De acordo com Ferreira (2011), a composição da Mesa de Negociação deve ser paritária, com representantes da gestão e trabalhadores da Assistência Social. Em Teresina, a indicação dos membros da gestão respeitou a estrutura administrativa da Assistência Social na SEMCASPI, sendo constituída pelas diferentes gerências do SUAS Teresina. Com relação aos trabalhadores, foi respeitada a indicação por territórios, níveis de proteção, com destaque para a proteção social especial, que se inseriu mais nesse processo.

Outro destaque foi a participação efetiva de assistentes sociais e psicólogos na composição da Mesa. Vale situar também a maior aproximação de psicólogos na instância de pactuação supracitada. Nesse sentido, afirma-se que a participação de assistentes sociais na mesa de negociação coaduna com o Projeto Ético Político do Serviço Social em alinhamento ao Projeto de Assistência Social (BRAGA, 2018), bem como está consonante com a visão da Psicologia como uma ciência que busca mudanças sociais (YAMAMOTO, 2012).

De acordo com a Portaria que institui a Mesa de Gestão e Negociação em Teresina, suas competências são:

- I – acompanhar a implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, estabelecendo-se espaço para o diálogo e a negociação de pautas de reivindicações, conforme diretrizes da política nacional de assistência social e regulação local em vigor;
- II – apreciar propostas relativas a melhorias das condições de trabalho e de desempenho dos(as) servidores(as), visando a viabilidade do cumprimento de metas e a qualificação dos serviços públicos municipais do SUAS;
- III – Acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS – PMEP SUAS em articulação com o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS - NEP e os usuários, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, instituída pela Resolução nº 4, de 13 março de 2013, do CNAS;
- IV – promover o debate e acompanhar a execução das ações voltadas à gestão do trabalho no âmbito do SUAS;
- V - propor a criação de Comissões Temáticas Temporárias, com o objetivo de orientar e aprofundar temas específicos, mediante a participação de convidados e assessorias técnicas. (TERESINA, 2019, p. 18)

Observa-se, através dos objetivos supracitados, que a Mesa mira demandas para além das questões salariais ou de vínculos trabalhistas. Embora essas não sejam esquecidas, a Mesa também inclui matérias de gestão do trabalho que são transversais, discutidas ou reposicionadas de acordo com a competência de cada instância responsável pelas mesmas (SILVEIRA, 2011).

O pleno funcionamento da Mesa de Negociação demonstra o amadurecimento ético-político e técnico-operativo da relação entre a gestão e o provimento dos serviços. Ao mesmo tempo em que representa o reconhecimento do órgão gestor em assumir a pactuação e negociação como exigência para a democratização da política de Assistência Social, significa o compromisso dos/as trabalhadores/as em participar das decisões sobre os rumos do SUAS, deixando de serem meros executores e passando a interferir na gestão da política pública.

A Gestão do Trabalho é um dos pilares da política de Assistência Social na medida em que, de acordo com Silveira (2011), organiza referências de atuação, regulamenta aspectos específicos do trabalho social, promove a formação permanente e controla os processos de informação e capacitação, podendo os trabalhadores passarem a ser considerados como a “espinha dorsal” do Sistema Único de Assistência Social (TERESINA, 2017).

O aprimoramento do SUAS está diretamente vinculado a gestão do trabalho e as respostas dadas a ela. Nesse sentido, é salutar acompanhar a dinâmica estabelecida no trato das expressões manifestas (ou não) pelo trabalho. A Mesa de Negociação pode ser considerada uma aposta para responder à necessária relação entre gestão e provimento dos serviços. Isso posto, investir na gestão do trabalho é mais do que o cumprimento previsto na norma legal, constituindo condição salutar para a defesa e aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social.

2 Êxitos e desafios da Mesa de Gestão e Negociação: a organização ético-política dos/as trabalhadores/as em Teresina.

Apesar da irregularidade do funcionamento da Mesa durante certo período de sua breve existência, houveram avanços significativos para a Assistência Social do município, derivados do trabalho da mesma.

Dentre as experiências exitosas ao longo deste funcionamento, é possível citar a construção e discussão democrática da Lei Municipal do SUAS, a criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS Teresina, a defesa das prerrogativas dos trabalhadores do SUAS frente às mudanças no fluxo do BPC, dentre outros.

Um dos principais impactos alcançados pela Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS foi o estabelecimento da Lei Municipal do SUAS Teresina para adequação a Lei 12435, de 6 de julho de 2011. Para tanto, ocorreu um processo democrático e participativo de discussão e pactuação da proposta que culminou com a Lei Municipal do SUAS Teresina, Lei 5050, de 18 de julho de 2017. A minuta da referida foi analisada e discutida pelos/as integrantes da instância de pactuação à época e o texto consensuado foi apresentado e discutido amplamente entre o conjunto de trabalhadores/as, usuárias/os, entidades e gestores

da Assistência Social.

A criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS foi uma resposta à necessidade de qualificação da política pública em Teresina. Nesse sentido, o processo de criação também ocorreu de forma democrática e participativa. O coletivo foi constituído por representantes do órgão gestor e por representantes dos/as trabalhadores/as das proteções básicas e especial. A minuta da política municipal de educação, permanente do SUAS Teresina, foi discutida pelos representantes do Núcleo e apresentada para o conjunto dos/as trabalhadores/as, entidades, usuários e gestores, tendo sido acolhidas as propostas de alteração do texto. O plano foi aprovado pela Resolução 56, de 25 de julho de 2018 do Conselho Municipal de Assistência Social de Teresina.

O Benefício Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social, integra o Sistema Único de Assistência Social, entretanto, é operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social-INSS. Com o advento do INSS Digital e com as mudanças no fluxo de acesso ao BPC, advindos do Ofício-Circular Conjunto Nº 7 /DIRAT/DIRBEN/INSS de 12 de Junho de 2019, os processos de trabalhos dos profissionais dos CRAS foram significativamente afetados.

O BPC está inscrito na Proteção Social Básica, cabendo aos profissionais dos CRAS a inscrição e/ou atualização no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o atendimento e/ou acompanhamento através do Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF). O Artigo Nº 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº8742) afirma que “são requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal “ (BRASIL, 1993).

A mudança no fluxo do BPC dificultou o acesso a um direito constitucional, significando também uma violação de direitos institucionais, uma vez que o tempo para obtenção tem aumentado significativamente, os canais presenciais reduziram drasticamente, os canais remotos não dão conta da realidade em que vivem os usuários do SUAS e há uma intensificação dos atravessadores.

Além dos impactos para a população, a mudança no fluxo de acesso ao BPC, tem acarretado sobrecarga de trabalho para os trabalha-

dores do CRAS, constituindo desvio de função para realização do trabalho técnico no INSS.

Nesse sentido, a Mesa de Negociação discutiu os assuntos e tomou os devidos encaminhamentos para enfrentamento da realidade vivenciada pelas equipes dos CRAS e pela população usuária do SUAS. Entre as deliberações pode-se destacar: a realização de uma audiência conjunta com o INSS, o encaminhamento da situação para a Defensoria Pública da União - DPU e a reafirmação das competências e atribuições das equipes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

Considerando que as mudanças no fluxo são uma realidade nacional, a mesa pretende provocar a Defensoria Pública da União com vistas ao retorno do atendimento presencial às famílias usuárias do SUAS, de forma a garantir um acesso ao direito socioassistencial, BPC, por meios minimamente humanizados. Além disso, registra-se a defesa das prerrogativas dos trabalhadores do SUAS reafirmada pela mesa de negociação e traduzida pelo órgão gestor nos encaminhamentos realizados até o momento.

A motivação inicial dos trabalhadores que culminou na criação da mesa municipal de negociação, foi a defesa de condições de trabalho como exigência precípua para a qualidade dos serviços ofertados no SUAS. Reiterando o valor do capital humano na política de Assistência Social, o movimento de trabalhadores/as, desde o princípio de sua organização em 2015, tem pautado a defesa da realização de concursos públicos, com vistas ao aprimoramento da gestão pública em Teresina. Essa realidade tem sido refletida na postura do gestor público municipal, considerando a convocação de técnicos para atuar no provimento e na gestão da SEMCASPI. Vide quadro I e II.

QUADRO 1 - Escolaridade

LOTAÇÃO	ESCOLARIDADE			TOTAL
	ENS. FUNDAMENTAL	ENS. MÉDIO	ENS. SUPERIOR	
GPSB	112	217	156	485
GPSE	40	143	102	285
SEDE	06	53	60	119
TOTAL GERAL	158	413	318	889

Fonte: BRASIL apud TERESINA, 2018.

QUADRO 2 – Tipo de vínculo

TIPO DE VÍNCULO	SEMCASPI			TOTAL
	ENS. FUND.	ENS. MÉDIO	ENS. SUPERIOR	
ESTATUTÁRIO	59	40	124	223
COMISSIONADO	04	40	82	126
CELETISTA	19	76	27	122
OUTROS*	76	257	85	418
TOTAL	158	413	318	889

* Nesta discriminação encontram-se os trabalhadores temporários ou contratados mediante parceria entre organizações da sociedade civil e o órgão gestor municipal.

Fonte: BRASIL apud TERESINA, 2018.

Um dos desafios para consolidação da Mesa de Negociação é o funcionamento regular da mesma, considerando que a referida instância de pactuação se encontrou desativada durante um certo período desde sua criação. Além da garantia do calendário de reuniões, faz-se necessário que seja assegurada a participação efetiva dos membros, titulares ou suplentes, de modo que as questões afetas à gestão do trabalho possam ser problematizadas e consensuadas, fomentando encaminhamentos rumo à qualificação e defesa do Trabalho, condição necessária para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social e, em consequência,

ência, a otimização da oferta para população usuária, razão de ser e existir da Política de Assistência Social.

Considerações finais

O mundo do trabalho tem passado por significativas transformações no século XXI. Teresina possui a peculiaridade no que toca a força de trabalho que integra a Prefeitura Municipal de Teresina. O investimento na qualificação da mão de obra através da investidura por meio de concurso público é um indicador dessa realidade.

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina, possui um capital humano considerável, sendo um desafio constante a qualificação e a capacitação continuada. Nesse sentido, dois avanços consideráveis vão ao encontro dessa necessidade imperiosa para o aprimoramento do SUAS: a realização de concurso público, com a progressiva convocação de Assistentes Sociais e Psicólogos/as e a criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS.

Tais avanços traduzem o canal de comunicação estreitado entre gestão e trabalhadores/as do SUAS, reflexo do amadurecimento entre o órgão gestor e os operacionalizadores da política pública. Isto posto, deve-se considerar o acúmulo do movimento de trabalhadores/as do SUAS, tendo como protagonistas Assistentes Sociais e Psicólogos/as.

Através do que foi exposto, fica evidente a evolução da participação política dos trabalhadores/as da Assistência Social, em termos de equipamentos e possibilidades. O contexto que permitiu tal avanço pode ser caracterizado pela estabilização e organização regulamentar da Política de Assistência Social a nível federal, investimento de recursos próprios do município nesta, aumento considerável de profissionais com vínculo estável nas unidades de oferta da ponta e pela organização destes(as) no debate das situações que interferem diretamente na operacionalização do seu trabalho.

Ultrapassando a mera execução de serviços, os trabalhadores/as se inserem na gestão, planejamento e avaliação da Política de Assistência Social. A Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS Teresina se mostra de suma importância para afirmação dos pressupostos anteriormente expostos.

A democratização da Assistência Social é o fenômeno chave para o avanço da Política de Assistência Social, bem como para manutenção das conquistas históricas do SUAS em Teresina, e ainda, para evitar retrocessos no campo dos direitos sociais. Destarte, além dos desafios inerentes ao pleno funcionamento da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho do SUAS Teresina, faz-se necessário que os inegáveis avanços na comunicação entre órgão gestor e trabalhadores/as ultrapassem a endogenia técnica.

Para isso, é fundamental que o Movimento de Trabalhadores/as do SUAS não perca de vista a imperiosa necessidade de fortalecimento da participação e controle social pelos/as seus usuários. Nesse sentido, a Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS é um instrumento fértil para o aprimoramento da Política de Assistência Social, mas, sobretudo, para afirmação da democracia real, para além da mera legalidade formal.

REFERÊNCIAS

BRAGA. Iracilda Alves. **O trabalho do Assistente Social no SUAS: Reflexões sobre a relativa autonomia no exercício profissional dos assistentes sociais de CRAS e CREAS no município de Teresina- PI**, Tese de Doutorado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2005.

. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

CARMO, Eliana Teles do; FERREIRA, Rosário de Maria da Costa. Mesa de Negociação: Instrumento de Gestão no SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária**. Brasília: MDS, 2011.

Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na**

Política de Assistência Social. Brasília, CFP/CFESS, 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada.** Brasília: MDS, 2001.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS.** Serviço Social e Sociedade, v. 104. São Paulo, out. dez., 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária.** Brasília: MDS, 2011.

TERESINA. Portaria Nº 02 de 23 de setembro de 2019. **Diário Oficial do Município de Teresina.** Poder Executivo, Teresina, PI, 27 set. 2019. Nº 2.616. p. 18-19.

TERESINA. Lei 5.050, de 18 de julho de 2017. **Diário Oficial do Município de Teresina.** Poder Executivo, Teresina, PI, 27 08 ago. 2017. Nº 2.098. p. 01-09.

TERESINA. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Plano de Qualificação e Educação Permanente do SUAS. Teresina: SEMCASPI, 2018.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime: 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. esp. p. 06-17, 2012.

8 **Câmara Técnica Sudeste: trabalho em rede e gestão do território dos CRAS e CREAS**

Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior
Dannylo Cavalcante Alves
Anderson Oliveira Sousa

Introdução

A Política de Assistência Social, no enfrentamento às desigualdades sociais e territoriais, tem como objetivos a universalização dos direitos sociais, o provimento de serviços para atendimento de necessidades e a garantia de mínimos sociais. Para tanto, é prevista a oferta e a realização de serviços de forma integrada a outras políticas públicas. Dada a complexidade destes objetivos, entende-se a incompletude como uma característica intrínseca à Política de Assistência Social, a mesma

política da resistência e do inconformismo (BOSCHETTI, 2011).

O perfil do público do Sistema Único de Assistência Social, em situação de vulnerabilidade, impõe desafios na execução do trabalho social com famílias, considerando que as necessidades das mesmas não se encerram nas possibilidades de ofertas socioassistenciais. Isto posto, observa-se que o fazer cotidiano dos trabalhadores/as da Assistência Social deve possuir ações de articulação setorial e intersetorial entre os atores envolvidos, visando o atendimento integral às necessidades dos usuários do SUAS.

Carneiro aponta o trabalho em rede como “uma das estratégias que propicia a construção de novos paradigmas, possibilitando uma gestão pública que articule descentralização e intersetorialidade” (2009, p. 145). A palavra “articular” remete, dentre outras acepções, a “unir(-se) por uma ou mais articulações, juntas ou encaixes; tornar(-se) ligado; juntar(-se), ligar(-se), relacionar(-se), unir(-se)” (MICHAELIS, 2019). No sentido abordado neste trabalho, a ação de articular significa a união entre pessoas, trabalhadores/as, órgãos e políticas públicas diferentes, para a troca de experiências, firmamento de acordos, definição de fluxos, planejamento e execução de ações.

No Brasil, o percurso da Política de Assistência Social entre a instituição do direito na Constituição Federal e a sua implementação prática foi longo e cheio de nuances. A partir de 2004, em todo o país, equipamentos de Proteção Social Básica e Especial foram implementados, observando-se o compromisso do poder público com o financiamento da supracitada política.

Segundo o Censo SUAS de 2017, todos os municípios do país contam com pelo menos um equipamento de Assistência Social (BRASIL, 2018). Em Teresina, o Sistema Único de Assistência Social, encontra-se formado por uma gama de serviços e atores: possui 19 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 04 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além dos centros de convivência, casas de acolhimento, albergues, entre outros serviços. Considerando a oferta das políticas públicas e a estruturação do município, existe uma organização por meio da divisão em macroterritórios, a saber: zonas Sul, Leste, Norte e Sudeste.

O SUAS demanda uma divisão específica de territórios, pois

a oferta dos serviços de Proteção Social Básica deve capilarizada. Na mesma direção, a Zona Sudeste de Teresina possui quatro CRAS e um CREAS, de acordo com o número de famílias que devem ser referenciadas por esses equipamentos, segundo a NOB-SUAS (BRASIL, 2012b). As equipes de referências, previstas na NOB-RH-SUAS, são compostas por Assistentes Sociais e Psicólogos/as, que executam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, ofertado no CRAS, e o Serviço Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI, ofertado no CREAS (FERREIRA, 2011). A execução do trabalho social com famílias requer expertise no trato das demandas postas, constituindo desafio constante para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

O público alvo dos serviços socioassistenciais são pessoas e/ou famílias que vivam situações de vulnerabilidades e/ou riscos sociais: perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, sociabilidade e pertencimento; ciclo de vida com fragilidades específicas (infância, adolescência, velhice); identidades estigmatizadas; ser ou ter na família pessoa com deficiência; exclusão pela pobreza e pelo acesso precário às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; violências geradas no núcleo familiar ou comunitário; desemprego ou emprego informal; estratégias diferenciadas de sobrevivência que possam representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005). Somadas tais situações às singularidades do Território Sudeste do SUAS Teresina, ficam evidentes a complexidade das demandas e a necessária articulação em rede.

Frente a essas fragilidades, cotidianas daqueles que trabalham na Assistência Social, surgiu, no macroterritório sudeste, uma proposta de criação de um espaço coletivo, entre os técnicos(as) de CRAS e CREAS, para discussão e construção de possibilidades de enfrentamento, com vistas à otimização da realização do trabalho social com famílias.

1 Trilhando cidadania em rede: A Câmara Técnica Sudeste

O trabalho social com famílias, enquanto prática profissional, objetiva a proteção e o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, dado que cabe ao Estado o provimento de condições de vida aos mais vulneráveis (BRASIL, 2012a). Porém, os desafios que tal prática profis-

sional suscita surgem das mais variadas formas. O trabalho não se realiza sem adesão da família, uma vez que se considera proteger o direito da mesma. Para tal, faz-se necessário que a oferta dos serviços dialogue com as necessidades das famílias e indivíduos, de modo que usuários não sejam meros receptáculos da ação profissional.

As necessidades apresentadas pelas famílias extrapolam as possibilidades das ofertas socioassistenciais, outras vezes, se encontram nessas possibilidades, mas não há condições materiais de ocorrer oferta de qualidade, uma vez que há surgimento de novas demandas, que exigem dos trabalhadores novos conhecimentos, manejo de novos instrumentos, para o enfrentamento da nova realidade e ausência de equipamentos públicos no território, para o provimento de serviços à população.

Observando as sugestões advindas do seminário de avaliação no ano de 2014, das ações da então Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), atual Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), os/as trabalhadores/as do macroterritório Sudeste propuseram, durante o seminário de planejamento de ações 2015, a formação de um coletivo entre os técnicos(as) de referência dos CRAS e CREAS, considerando que a reunião de técnicos/as proporciona a criação de ações de enfrentamento a situações de vulnerabilidade nos territórios (CFP & CFESS, 2007), que afetam tanto usuários como trabalhadores.

O objetivo, a princípio, era discutir e alinhar processos de trabalho, potencializando o trabalho da rede socioassistencial, respeitando as diferenças e as particularidades dos territórios de abrangência das unidades de CRAS e do CREAS.

Assim, nasce a Câmara Técnica Sudeste, experiência piloto no âmbito da Política de Assistência Social de Teresina, enquanto espaço de formação e discussão entre os técnicos de referência de CRAS e CREAS Sudeste. O primeiro encontro ocorreu no CRAS Sudeste III, no qual foi realizado o planejamento das atividades propostas para 2015, considerando-se temas impactantes no trabalho social com famílias e no trabalho em rede.

Nesse sentido, o espaço criado se constituiu, enquanto lócus de formação técnica, com os seguintes objetivos: 1) Socializar e discutir experiências relativas ao trabalho social; 2) Construir ou realinhar fluxos

de Referência e Contrarreferência; 3) Realizar estudos técnicos; 4) Debater acerca de processos de trabalho e; 5) Propor e aprimorar ações de Impacto Territorial.

De 2015 a 2017, a coordenação da Câmara Técnica ficou a cargo da Equipe Técnica do CRAS Sudeste III. As reuniões eram realizadas no turno da manhã, alternando os locais de ocorrência entre as unidades sedes, com frequência mensal. Extraordinariamente, as reuniões quinzenais eram marcadas de acordo com a necessidade. Já nessa época, os encontros possibilitaram uma melhoria na articulação entre CRAS e CREAS, aprimorando os processos de referência e de contrarreferência entre os níveis de proteção social.

Em 2018, o funcionamento passa a ocorrer em turnos alternados, permanecendo a liderança com o CRAS Sudeste III. Na primeira reunião, o coletivo de trabalhadores/as deliberou pela eleição de uma “presidência” e “vice-presidência”, para a realização das seguintes funções: organização das pautas, facilitação dos encontros, redação de relatoria e convocações. Durante o ano, os encontros mantiveram a alternância das sedes e passaram a ocorrer nos turnos manhã e tarde.

Nos primeiros encontros de 2019, foi problematizado a concentração de atribuições da Câmara em alguns técnicos/unidades, e a deliberação de funcionamento dos encontros da Câmara Técnica se voltou para uma definição de “funções” básicas do coletivo, a serem desempenhadas alternadamente entre os(as) técnicos(as), de acordo com a unidade sede da respectiva reunião. Desta forma, a execução das funções da Câmara Técnica foram distribuídas entre todos os/as trabalhadores/as do macroterritório Sudeste de maneira mais equânime. Encontra-se em discussão minuta do Regimento Interno com o propósito de regular o funcionamento da organização.

A Câmara Técnica fortalece a relação entre as unidades do macroterritório sudeste e por conseguinte impacta nas ações das unidades de referência da Assistência Social no território. Dessa forma passa a integrar o rol de ações desenvolvidas pelo território sudeste, inclusive integrando o calendário de atividades, alimentando e retroalimentando a oferta dos serviços de proteção social básica e especial.

No que tange ao fortalecimento dos processos de referência e contrarreferência, proporcionados no espaço da Câmara Técnica, há um

enfrentamento à fragmentação das ações e um incentivo a práticas coerentemente articuladas, como propõe a NOB-RH/SUAS (FERREIRA, 2011). Equipes de referência discutem ações e encaminhamentos possíveis em situações reais; definem, dessa forma, padrões de ação que são pactuados, caso logrem êxito em seus objetivos, o que se pode considerar um aperfeiçoamento de processos de trabalhos, materializando a articulação da rede socioassistencial do território (BRASIL, 2009).

Ainda segundo Carneiro, o trabalho em rede, e por conseguinte, o trabalho desenvolvido na Câmara Técnica, constitui uma estratégia de gestão “essencial para ultrapassar o traço histórico de ações fragmentadas, sobrepostas e, principalmente, que não articulam as dimensões e os sujeitos, locais, regionais e globais” (2009, p. 146). A gestão de território passa a ser fortalecida e incrementada pela participação ativa dos(as) técnicos(as) de referência junto às gerências e divisões técnicas. Seja no planejamento, seja na execução, a Câmara Técnica adquire centralidade na articulação territorial, definindo os rumos da gestão territorial alinhado ao trabalho social com famílias.

As deliberações da Câmara Técnica servem de fundamento para a realização de ações socioassistenciais, sendo encaminhadas ao coletivo de gerentes e divisões técnicas do mesmo território, denominado Comissão de Articulação Territorial do Território Sudeste, para as providências logísticas e operacionais. Isso vai ao encontro da operacionalização da Política de maneira técnica, com ações de impacto territorial apoiadas no PAIF (BRASIL, 2012a) e no PAEFI.

Dada a consolidação da Câmara Técnica, a mesma adquire destaque para além da abrangência do território sudeste e seu lastro de atuação passa a ser reconhecido pelo órgão gestor da política de assistência social em Teresina. Esse reconhecimento é perceptível no acolhimento de demandas provocadas pelo território junto à secretaria, bem como pela legitimidade alcançada pelo protagonismo do coletivo.

Tal fato é explicitado pela saudação realizada em diversos eventos da secretaria, assim como, pela iniciativa de multiplicação da Câmara Técnica para outros territórios de Teresina, entre os quais Leste e Sul. Disso, pode-se evidenciar as principais potencialidades da organização: aprimoramento do processo de trabalho das equipes de referência de CRAS e CREAS, bem como dos processos de referência e contrarrefe-

rência; gestão do território; planejamento e avaliação da Política de Assistência Social; e ordenamento e reordenamento da rede, através da discussão e alinhamento de fluxos.

2 Ações propostas e resultados obtidos

A Câmara Técnica possui quatro anos de existência, em que podem ser destacadas algumas ações de impacto no território sudeste, na SEMCASPI e na relação com outras políticas públicas. Uma vez que as demandas que chegam aos CRAS/CREAS por vezes extrapolam as possibilidades de oferta da Política de Assistência Social, as(os) técnicas(os) destas unidades procuram estruturar caminhos para a intersectorialidade, que segundo Teixeira (2017, p.106) “vem em oposição à fragmentação dos setores ou políticas sociais, que historicamente despolitizaram as atenções às expressões da questão social [...]”.

A primeira ação de articulação realizada no início do seu funcionamento foi o I Encontro Técnico Operativo com a Habitação, em 2015, envolvendo a Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDU Sudeste, Superintendência de Desenvolvimento Rural - SDR e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH. Problemáticas na relação entre a política de assistência social e a habitação foram trabalhadas. A partir dos atendimentos realizados nos CRAS, orientações e encaminhamentos, vislumbrava-se uma demanda habitacional reprimida, seja pela ausência, seja pela oferta precária de unidades habitacionais à população. Compromissos sobre a melhoria no atendimento à população e sobre o aperfeiçoamento na relação entre a Assistência Social e a Política de Habitação foram firmados, reconhecendo as atribuições e as competências de cada uma das instituições públicas.

Posteriormente, foi realizado o II Encontro com a Habitação, com o objetivo de dar resolutividade aos acompanhamentos às famílias inseridas no Programa Cidade Solidária. O programa atende famílias atingidas por enchentes, alagamentos ou incêndios e que tiveram suas residências comprometidas estruturalmente. Cabia à política de assistência social o acompanhamento das famílias, entretanto, o desligamento do programa tardava ou não ocorria, posto que algumas ações de competência da política de habitação eram frágeis, por exemplo: em

alguns casos, o material para construção das casas, quando fornecido, era insuficiente para a realização da obra. No encontro foram apontados caminhos para minimizar a problemática vivenciada pelas políticas, de forma a não violar os direitos das famílias atendidas.

Ainda sobre os Encontros Técnico-Operativos, fica o destaque para o “Encontro Intersetorial Sudeste: combatendo o abuso e à exploração sexual infantil”, que ocorreu em maio de 2019. Com o objetivo de reunir as unidades de atendimento à população do macroterritório sudeste: escolas, postos de saúde e outros, para este evento, foram convidados outros atores envolvidos na proteção da criança e do adolescente: Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente, 1ª Vara da Infância e outros, para a discussão de conceitos básicos que envolvem o fenômeno e (re)afirmação, ou (re)construção, de fluxos de atendimento às vítimas.

No que tange à Política de Segurança Pública, nos quatro anos de existência, a Câmara Técnica participou ativamente da convocação e da realização de três Encontros Técnicos. Objetivou-se a aproximação com essa política e a solicitação de respostas da Segurança Pública em relação a assaltos, furtos e arrombamentos que atingiram as unidades da Assistência Social. Os encaminhamentos foram feitos e os processos de implementação das medidas discutidas ainda estão em desenvolvimento, dada a complexidade das demandas apresentadas.

Foram realizados outros Encontros Técnicos Operativos, entre os quais se mostra a Educação e Políticas Públicas para Mulheres. Nesse sentido, a Câmara Técnica se consolida enquanto importante instrumento catalisador do trabalho em rede, em especial da rede socioassistencial, contribuindo também para as ações de gestão, vigilância, avaliação e planejamento da Política de Assistência Social, em especial à nível de zona sudeste.

Sobre os processos de trabalho, a Câmara Técnica problematizou questões cotidianas que os(as) técnicos(as) costumam enfrentar. Dentre elas, as dificuldades do “Programa” BPC na Escola foram debatidas, e ocorreu capacitação, a nível de território, na Câmara, sobre o sistema. A referida capacitação foi estendida em dois momentos posteriores aos técnicos da secretaria, a pedido da Gerência de Proteção Social Básica. Da mesma maneira, ocorreu com o Prontuário SUAS Eletrônico: debate

de dificuldades e capacitação territorial. As capacitações foram facilitadas por técnicas(os) do território com expertise nas pautas propostas pelo coletivo de trabalhadores/as.

A Zona Sudeste, enquanto macroterritório de ação da Política de Assistência Social, procurou se antecipar ao planejamento da Secretaria, realizando Seminários semestrais de avaliação, de forma a fazer a manutenção do processo avaliativo, prestar contas com a comunidade sobre a oferta de serviços no território e se preparar para a avaliação anual da Secretaria Municipal. À Câmara Técnica coube o planejamento da Avaliação em si: eleger os dados a serem utilizados, os indicadores, definir o cronograma de apresentação, criar o instrumental a ser utilizado, entre outros aspectos técnicos. À Comissão de Articulação Territorial coube as providências logísticas para realização dos Seminários de Avaliação, com destaque para o ano de 2019, em que houve participação da Gerência de Proteção Social Básica, Gerência de Gestão do Trabalho no SUAS e Assessoria Técnica do SUAS.

No trato com o órgão gestor da Política de Assistência Social de Teresina, a Câmara Técnica Sudeste estabeleceu canais de comunicação proveitosos. Em 2018, foi solicitado a Reativação da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS Teresina, uma vez que a mesma encontrava-se desativada há aproximadamente um ano. O requerimento foi realizado formalmente e, em 2019, foram tomadas as providências para reativação da Mesa de Negociação. Ainda sobre a mesma, a Câmara de Negociação constitui o espaço por excelência de articulação entre os representantes do território sudeste¹ no referido canal de negociação e demais atores do território.

Outra demanda levantada pelo Território Sudeste, foi em relação ao passe livre interestadual do idoso. A secretaria realizava a emissão do passe livre apenas para idosos sem renda comprovada e com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais. O Território Sudeste realizou contato com o Ministério da Cidadania, responsável pela expedição do Passe Livre Federal do Idoso, e constatou que não havia impedimentos à emissão, ficando a cargo do município a definição dos critérios.

¹ Os representantes, titular e suplente, do Território Sudeste na Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho do SUAS são o Assistente Social Dannylo Cavalcante Alves e o Psicólogo Anderson Oliveira Sousa, autores do presente ensaio.

A Câmara Técnica requisitou providências para emissão do passe livre federal do idoso, independente de comprovação de renda. Após isso, ocorreu uma reunião entre representantes do território e o órgão gestor. Após o trâmite, alterou-se o fluxo de operacionalização do passe livre federal da pessoa idosa, passando a emissão a ocorrer para idosos com renda de até dois salários mínimos, com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, independente de comprovação de renda.

Considerações finais

O Sistema Único de Assistência Social de Teresina trilha o caminho para consolidação uma vez que apresenta várias experiências em ação. O Território Sudeste tem produzido iniciativas exitosas no que toca o trabalho em rede e a gestão de território. A Câmara Técnica Sudeste é um coletivo constituído pelas equipes técnicas de CRAS e CREAS, assistentes sociais e psicólogas/os.

A Câmara Técnica reflete o compromisso ético-político em ofertar serviços de qualidade para fortalecimento dos laços familiares e sociais, promoção do acesso à informação e defesa intransigente dos direitos socioassistenciais (FERREIRA, 2011). Tal comprometimento é traduzido de forma técnica e operativa através do canal coletivo pactuado entre as unidades da Proteção Social Básica e Especial do território.

A existência da mesma se justifica pela necessidade de dar corpo à Política de Assistência Social, e, ao mesmo, tempo garantir um patamar mínimo de excelência do trabalho social com famílias entre as unidades do território. Na mesma direção, Carneiro e Costa (2011) apontam a necessidade de otimizar a oferta dos serviços disponíveis no território, bem como de trocar experiências para superação de dificuldades individualmente enfrentadas no cotidiano do trabalho social com famílias.

Isso ocorre em razão da história relativamente recente do SUAS enquanto política de direito, bem como da necessidade de instrumentalizar a força de trabalho com um espaço coletivo para discussões, objetivando aprimoramento técnico, ao mesmo tempo que contribui para a organização política dos/as trabalhadores/as do SUAS. É peculiar, ao trabalho social com famílias, a falta de modelos para a realização das

ações, dada a natureza do trabalho, bem como as singularidades advindas das demandas provenientes das famílias e indivíduos usuários/as do SUAS. Demandas aquelas que apresentam necessidade de integração e alinhamento entre serviços, inclusive a nível de município e territórios, em se tratando de um Sistema Único de Assistência Social.

Entre os indicadores que traduzem os impactos positivos da Câmara Técnica Sudeste estão as ações realizadas a nível de território e de secretaria, provocadas pelo coletivo, ou ainda produzidas pela Câmara, demonstradas no decorrer do artigo, com destaque para os seminários de avaliação e planejamento; a reativação da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS; a proposta de alteração do fluxo do passe livre federal da pessoa idosa e as discussões e aprimoramentos de fluxos da rede e processos de trabalhos.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. S. O trabalho do assistente social no SUAS. In.: CFESS. **O trabalho do assistente social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo/SUAS 2017**. Brasília, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas sobre o PAIF Vol 2: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. 1 ed. Brasília, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional

Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.

CARNEIRO, Mauricéia L. N. da C. **A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS Teresina-PI: uma experiência em movimento.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2009.

CARNEIRO, M. L. N. da C.; COSTA, T. C. da. **A Perspectiva do Trabalho Social em Rede nos CRAS de Teresina-PI: o olhar dos assistentes sociais.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social.** Brasília, CFP/CFESS, 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada.** Brasília: MDS, 2011.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 04 out. 2019.

9 **Condicionalidades do Programa Bolsa Família em Teresina-PI e o fortalecimento interpolíticas de assistência social, educação e saúde**

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues

Introdução

A conjuntura de crise instalada no país, notadamente nos estados e municípios da região Nordeste, favorece a situação de precarização das formas de sobrevivência e o recrudescimento do quadro das desigualdades, repercutindo, sobretudo, no acesso às condições básicas de vida, tais como: alimentação, renda, moradia, assim como as ações e serviços de saúde, de educação e de outras áreas, favorecendo, dessa

forma, ao crescimento das expressões da questão social. Não obstante sejam aspectos que integram o contexto das garantias constitucionais da ordem dos direitos de cidadania.

O problema da pobreza e da desigualdade tem se acentuado de forma contínua e gradativa na realidade brasileira, em face do contexto socioeconômico e político do país, cada vez mais comprometido com as políticas econômicas globalizadas de Estado mínimo e de ajustes financeiros. Essa situação vem convergindo e fortalecendo ainda mais as orientações da política neoliberal implementada no país na década de 1990, paradoxalmente à proposta distributiva e redistributiva no âmbito dos direitos sociais instituídos na Constituição de 1988 (SPOSATI, 2018).

Foi no marco histórico referente à ampliação e universalização dos direitos sociais, no campo da proteção social, que os programas de transferência de renda se inseriram no debate da agenda pública, por meio do Projeto de Lei nº 80/1991, de autoria do senador Eduardo Suplicy, que visava ao alcance de todos os brasileiros residentes no país, cuja renda tivesse o valor de 2,25 salários mínimos. E, assim, iniciaram-se as proposições por programas de Renda Mínima/Bolsa Escola que foram unificados após a criação de vários modelos instituídos ao longo dos Estados e municípios do país (SILVA, 2007).

A esse respeito, Silva (2007) aponta que o pressuposto básico na época era de que as políticas sociais, aliadas às econômicas, constituíssem um mecanismo capaz de promover o enfrentamento à pobreza, desde que essa Política Econômica viesse dar respostas ao fomento da redistribuição da renda, à valorização do trabalhador, à valorização da renda do trabalho, à geração de emprego, à proteção social do trabalhador e à inclusão social de um modo geral.

Nessa linha de ação, o governo federal, observando a prioridade estabelecida no combate à fome e à pobreza, instituiu o Programa Fome Zero, constituindo-se o Programa Bolsa Família (PBF) na sua principal estratégia. Criado em outubro de 2003, o PBF corresponde a um dos benefícios ofertados pela política de transferência de renda que, segundo Silva (2007), veio com a missão de unificar todos os Programas Nacionais de Transferência de Renda, trazendo em seu arcabouço um volume maior de recursos destinados a atingir os mais pobres de forma gradual,

não obstante as críticas e restrições advindas de alguns setores internos do governo e da própria sociedade.

O sistema de proteção social se constitui em uma iniciativa do Estado, como resposta às mazelas sociais da contemporaneidade, destinado a promover a intervenção e regulação social, respondendo às necessidades dos cidadãos no tocante aos problemas de reprodução social dos trabalhadores e da população em geral, sob a perspectiva da cidadania e da justiça social (TEIXEIRA, 2013).

Como parte do escopo do sistema de proteção social, o Programa Bolsa Família se destaca no âmbito do combate à pobreza, no Brasil, através do acesso à renda, como alvo das políticas focalizadas que compreendem as transferências monetárias condicionadas ao acesso à educação e à saúde com o suporte da política de assistência social. Representa uma medida protetiva, voltada para a superação da situação de exclusão e de suas formas de reprodução na sociedade (BRASIL, 2014), muito embora a proteção social venha sendo conduzida de forma fragmentada, colocando em xeque seu compromisso em assegurar o aporte estabelecido constitucionalmente (SPOSATI, 2018).

A partir de uma realidade analítica e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica exploratória da dinâmica do PBF no município de Teresina, o artigo se divide nos seguintes segmentos: o programa Bolsa Família no município de Teresina; o acesso à saúde através das condicionalidades do PBF: o desafio do trabalho intersetorial; a gestão das condicionalidades no âmbito da educação, e as considerações finais.

1 Contextualizando o Programa Bolsa Família no município de Teresina

Resultante de um amplo processo de discussão e mobilização política das massas, a Constituição Federal de 1988, representou para o país um marco histórico-legal na legitimação da cidadania e na formação da rede de proteção social. Além disso, proporcionou a materialização dos direitos sociais, por meio das políticas públicas vigentes, entre elas, a política de transferência de renda, representada pelo Programa Bolsa Família.

De acordo com Esping-Andersen (1991), a legitimação dos di-

reitos de cidadania se materializa a partir da garantia dos padrões mínimos de sobrevivência ofertados pelo poder público nas formas de saúde, renda, alimentação, educação e habitação.

As intervenções públicas, tais quais as tratadas neste texto, visam, de um lado, a promover melhorias nas condições sociais das áreas de concentração de bolsões de pobreza e, de outro, reduzir a pobreza por meio da transferência de renda, condicionada pelo acesso aos serviços de saúde e de educação, contribuindo, respectivamente, com o controle e a redução de doenças e com a melhoria nas condições de saúde. Propiciando, desse modo, condições de crescimento e promoção da inserção no mercado de trabalho, com vistas à quebra do ciclo intergeracional da pobreza da população beneficiária dessas intervenções públicas.

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, por meio da Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e compreende um programa com condicionalidades que visa alcançar famílias pobres e extremamente-pobres, uma vez que se fundamenta nos conceitos de pobreza e extrema-pobreza e utiliza como critérios principais de inclusão a renda familiar *per capita* mensal.

Esse critério da renda, resultou no estabelecimento de padrões de acesso e no mecanismo da focalização, utilizados como forma de priorizar os desfavorecidos e garantir a inclusão desses nas políticas públicas (BRASIL, 2010). Contudo, para a permanência no programa é necessário o cumprimento de algumas condicionalidades que, de acordo com a Instrução Operacional Conjunta nº 19/2013 SENARC-SNAS, são compromissos assumidos pelo governo e pelas famílias visando à ampliação do acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social.

A importância da implementação do PBF se traduz por ter avançado na construção do sistema de garantia de direitos da rede¹ de proteção e promoção social, e no contexto da universalidade da saúde através da intensa ampliação, diversificação e capilarização da oferta de serviços

¹ O termo rede remete à concepção de Yasbec (2001), a qual consiste na articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços destinados a garantir atenção integral às parcelas mais vulneráveis da população.

(CUNHA, 2009). Com efeito, o poder público tem procurado garantir a infraestrutura desses serviços, uma vez que a presença desses mecanismos é indispensável para a implementação do programa nos municípios.

Dessa forma, o Bolsa Família (PBF), legitimou-se como um programa de transferência de renda, com condicionalidades, cuja operacionalização se caracteriza pela lógica de gestão integrativa e intersetorial² que, pelas vias da Política de Assistência Social e de sua interface com as políticas de saúde e de educação, promove o acesso às famílias beneficiárias, devendo imprimir atenção prioritária àquelas que se encontram em situação de descumprimento de condicionalidades (BRASIL, 2018).

Nesse município, o PBF é operacionalizado pela política de assistência social, inserido na dinâmica de trabalho dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e articulado às Políticas de Saúde e de Educação, em decorrência das condicionalidades instituídas pelas dimensões do programa.

De acordo com dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania, Teresina possui um total de 108.107 famílias inscritas no Cadastro Único³, em julho de 2019, distribuídas entre as seguintes faixas de renda: 59.041 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 11.338 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 21.433 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; 16.295 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo⁴.

Segundo Silva (2004), o PBF tem como pressuposto básico o fato de que a transferência monetária representa, para as famílias pobres, a complementação da renda; a possibilidade de acesso à alimentação; a retirada de crianças e adolescentes da rua e de trabalhos precoces e penosos, interrompendo o ciclo vicioso e intergeracional de reprodução da

² Segundo Yasbek (2001), a intersetorialidade consiste num fenômeno recente considerado como um novo modelo de atuação do Estado no tocante às ações conjuntas, que vem se firmando, no âmbito da política social, como um mecanismo norteador de ações integrativas destinado ao atendimento da população em rede.

³ Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, trata-se de um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, obrigatoriamente, destinado à seleção de beneficiários e inserção em programas sociais do Governo Federal (BRASIL, 2010).

⁴ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Visão Geral>. Acesso em: 29 set. 2019

pobreza.

Conforme Bronzo (2009), diferentes ideias de pobreza revelam diferentes formatos de identificação de pessoas ou famílias pobres, bem como diferentes respostas a serem desenvolvidas por parte das políticas públicas e suas estratégias de intervenção. E, entre as diversas situações de vulnerabilidades e de riscos pelos quais as famílias pobres estão submetidas, ressalta-se a ausência de renda, pois a destituição das formas de aquisições, de autonomia, e, por conseguinte, de cidadania, configuram as situações nas quais o PBF deve atuar, de forma efetiva, com vistas à redução das desigualdades, como resposta às demandas das famílias beneficiárias do PBF.

As ações de condicionalidades representam mecanismos capazes de reforçar o acesso dos mais pobres aos direitos sociais básicos, contribuindo para romper com o ciclo de continuidade da pobreza entre gerações, visto que seu monitoramento permite a identificação de riscos e vulnerabilidades que dificultam o acesso das famílias aos serviços sociais que lhes são de direito. Distante da intenção de aplicar sanção ou castigo às famílias, as condicionalidades do programa representam uma ferramenta de gestão que tensiona o cumprimento das obrigações pactuadas entre as famílias e o poder público e, ao mesmo tempo, induz a esfera pública a ampliar, promover e/ou viabilizar espaços públicos de acesso às famílias beneficiárias, uma vez que a demanda por ações e serviços é sempre superior à oferta (AGATE; ANTUNES, 2005).

Apesar da conjuntura contemporânea de crises, cujo rebatimento tem sido mais impactante no âmbito das políticas públicas, resvalando de forma mais expressiva nas ações focalizadas, pesquisas comprovam que o PBF, impulsionado pelas condicionalidades, tem repercutido na diminuição da pobreza e no aumento do consumo; na melhoria significativa da condição das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, apresentando efeito positivo na educação.

Bartholo *et al.* (2017) registram em suas pesquisas que o benefício financeiro advindo do PBF promoveu ampliação na autonomia de suas titulares residentes nas áreas urbanas; sobretudo, nas decisões que versam sobre aquisição de bens duráveis, de remédios para os filhos; além do impacto positivo no comparecimento dos filhos à escola e na

realização de planejamento familiar.

Outro destaque importante, se da em relação à situação de beneficiários/educandos desse município, cuja relação de permanência e distorções idade/série também sofreu impactos positivos, pois Silva e Passos (2018), demonstraram que a permanência, que era de 97,76% em 2001, passou para 99,69% em 2011; enquanto que a distorção idade/série reduziu a menos da metade, de 37,1% para 16%, e a taxa de aprovação, que era de 77%, passou para 90%.

Segundo as pesquisadoras, a situação comprova que os educandos ingressaram e permaneceram na escola, tornando efetivo o direito constitucional que lhes é assegurado. Contudo, consideram que a intersetorialidade se constitui numa ferramenta muito frágil no campo das políticas públicas, restringindo-se a canais ainda muito formais.

Portanto, importa assinalar que a operacionalização do PBF envolve uma lógica diferenciada de entendimento e de obrigações da esfera estatal na execução das ações de políticas públicas. Essas ações, integram a responsabilidade pública estatal assegurada pela CF de 1988, que inseriu na agenda política um elenco de necessidades relativas aos direitos humanos e sociais antes não reconhecidas como obrigações do Estado (SPOSATI, 2009).

2 O acesso à saúde via condicionalidades do PBF: o desafio do trabalho intersetorial

A saúde se constitui num direito social básico reconhecido pela Constituição de 1988 que, apesar de instituída como uma política pública universal, o acesso às suas ações e serviços, representa um desafio para as famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2019).

A Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004, institui as condicionalidades do Programa Bolsa Família na área da saúde. Esse documento dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas ao cumprimento das condicionalidades das famílias beneficiárias. Essas ações se efetivam através do acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento (crianças de 0 a 7 anos) e do pré-natal, no caso das gestantes, e da atenção às puérperas.

Os grupos mencionados acima, são assistidos pelas Estratégias de Saúde da Família ou pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dessa forma, as equipes de saúde são corresponsáveis pela atenção às famílias e deverão conscientizá-las sobre suas responsabilidades na melhoria de suas condições de saúde e nutrição (BRASIL, 2010).

A gestão das condicionalidades do PBF consiste em um trabalho intersetorial⁵ e compartilhado entre as três esferas de governo. Na área da saúde, o Ministério da Saúde é o órgão responsável pela coordenação e instituição das diretrizes, e, as secretarias estaduais e municipais de saúde ou fundações municipais, são os órgãos gestores das ações, respectivamente, no âmbito dos estados e municípios, que deverão atuar em sintonia com o controle social (BRASIL, 2004).

O reconhecimento das dificuldades existentes no âmbito do acesso aos serviços de saúde, por parte da própria esfera federal, concretiza-se ao implementar as ações de acompanhamento das condicionalidades do PBF na área da saúde como reforço do acesso a essa política destinada, sobretudo, às famílias que, historicamente, ficam à margem do acesso, seja pelas condições de exclusão social; de inadequação na oferta dos serviços ou ainda pela ausência da concepção do acesso pela via dos direitos de cidadania (BRASIL, 2018).

Apesar das orientações de que as ações de acompanhamento das condicionalidades devem ser realizadas de forma integrada e articulada com os vários segmentos de políticas, entre esses a saúde, dispostas nas normativas do programa, esse fato representa um dos principais desafios para a institucionalidade do PBF pelo seu formato de execução por meio da gestão compartilhada das ações através das três esferas de governo e dos diversos setores de políticas públicas, sobretudo, de saúde.

No bojo das ações intersetoriais voltadas para a institucionalidade do PBF, ressalta-se que a trajetória do programa, em Teresina, no âmbito das condicionalidades, foi marcada por expressivos desafios no tocante ao cumprimento das metas instituídas pela esfera federal, uma vez que havia uma cultura disseminada, entre os profissionais da atenção básica, de que, as ações destinadas ao PBF, deveriam fazer parte do

⁵ De acordo com Yasbek (2001, p. 98), “a intersectorialidade supõe articulação entre sujeitos de áreas que têm suas especificidades e diversidades e, portanto, experiências particulares, para enfrentar problemas complexos.”

rol de atribuições da assistência social e não da saúde, muito embora os interlocutores do PBF na saúde, como por exemplo a gestão da Fundação Municipal de Saúde, tenham se apresentado sempre de forma ética e receptiva, propiciando as condições e o apoio necessários para o desenvolvimento das atividades.

Diante disso, foi necessária a implementação de ações intensivas de cunho educativo e de sensibilização quanto às obrigações do programa e a lógica integrativa dos segmentos de políticas públicas responsáveis pelas condicionalidades, no sentido de imprimir também a compreensão de que a interseção entre saúde e assistência social é imprescindível, pois as famílias beneficiárias do PBF se constituem no mesmo público-alvo que demanda ações das UBS e das escolas.

Portanto, apesar do avanço das políticas públicas no âmbito da descentralização para atender ao propósito de universalização do acesso, evidencia-se a fragilidade na execução das ações, já que o programa depende, quase que integralmente, de ações intersetoriais, além da falta de clareza na definição e deliberação dessas estratégias. Tornando, assim, a concretude das ações dependente da iniciativa local, o que não é suficiente para promover o atendimento à demanda necessária (BRASIL, 2014).

É importante assinalar que o processo de monitoramento, relativo ao acompanhamento das condicionalidades, também representa um avanço, pois, na medida em que identifica possíveis descumprimentos, o acompanhamento familiar possibilita uma ação protetiva ao promover a interlocução de direitos através de encaminhamentos que buscam retirar a família da situação de descumprimento. Inclusive, de acordo com Silva (2007), estudos empíricos têm mostrado que o processo de implementação do Programa Bolsa Família vem sendo executado com base em uma perspectiva muito mais educativa e orientadora do que punitiva.

Integra às atribuições das equipes de saúde, sobretudo as da atenção básica, a promoção do contato permanente com as famílias, o desenvolvimento de ações educativas orientadas para a promoção da saúde, a prevenção das doenças e o acompanhamento das pessoas acometidas por problemas de saúde, bem como o acompanhamento das condicionalidades ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda

e enfrentamento de vulnerabilidades, visto que essas ações devem ser inseridas no planejamento da equipe (BRASIL, 2004).

Cite-se que, nessa proposta, insere-se a identificação das mulheres elegíveis ao Benefício Variável à Gestante (BVG), cujos profissionais de saúde da atenção básica deverão notificar, junto ao governo federal, pelas vias do Sistema de Gestão do PBF na Saúde. O BVG oportuniza a captação precoce das gestantes para a realização do pré-natal, considerando que quanto antes for informada a ocorrência da gestação no sistema, mais cedo a família receberá o benefício (BRASIL, 2016).

Contudo, o alcance das metas pactuadas no âmbito da saúde, por muito tempo representou um grande desafio, seja por parte das famílias beneficiárias que, culturalmente, resistiam em buscar os serviços de saúde na ausência de adoecimento; pela insuficiência da capacidade instalada das equipes de saúde da família ou pela resistência dessas equipes de saúde, por acreditarem que as ações do PBF são obrigações da assistência social, sendo essa última uma situação recorrente na realidade de outros municípios, conforme afirmam Monnerat e Nogueira (2014), ao citarem o exemplo da implantação do PBF no Rio de Janeiro. No entanto, a Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), por meio da articulação intersetorial, vem investindo intensivamente em ações de fortalecimento interpolíticas, compreendidas pela promoção de espaços de encontros territoriais; visitas institucionais; seminários; rodas de conversa; ciclos de debates e sensibilização entre as políticas de saúde e a assistência social; aproximação com a gestão da saúde; mudanças na dinâmica de atendimento; adesão das equipes por meio da compreensão da importância do programa, associados à inserção de instrumental de encaminhamento entre CRAS e UBS, e de registro para controle individual das famílias (cartão de acompanhamento), da mudança na plataforma de registro das informações; entre outros aspectos que repercutiram na integração intersetorial dessas políticas.

Importa assinalar, por fim, que o impacto das atividades instituídas, voltadas para o fortalecimento da parceria entre a saúde e a assistência social, possibilitou um alcance satisfatório de acompanhamento de condicionalidades referente à 1ª vigência de 2019, que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no processo de registro dos dados, devido

ao processo de adequação à plataforma do Sistema, modificada recentemente pelo Ministério da saúde, foi possível a conquista do primeiro lugar do Nordeste em acompanhamento na área da saúde.

3 A gestão das condicionalidades no âmbito da educação

O quadro das desigualdades sociais no município de Teresina não diverge da grande parte dos municípios do país, cujos reflexos são mais expressivos no cotidiano das famílias mais vulneráveis, e, o acesso, assim como a permanência na escola, representa um dos entraves enfrentados pelas famílias.

Apesar das constantes discussões e controvérsias em torno das condicionalidades do PBF, que ora se torna alvo de críticas por parte daqueles que percebem no cumprimento das condicionalidades uma moeda de troca pelos direitos sociais reconhecidos constitucionalmente, ora defendem as condicionalidades por representarem um mecanismo de pressão junto aos órgãos públicos para atendimento das demandas da população, representando, dessa forma, uma ferramenta capaz de promover a ampliação do acesso dos segmentos menos favorecidos (SILVA; PASSOS, 2018).

As condicionalidades do PBF – dispostas na Portaria nº 251, de dezembro de 2012, do MDS – traduzem-se não somente no reforço ao acesso direto das famílias aos serviços, pois, além da responsabilidade do poder público no atendimento e no monitoramento do cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, há, também, ações de identificação dos casos de não cumprimento, e o empenho no sentido da orientação para o respectivo acompanhamento das famílias, a fim de superarem a situação de vulnerabilidade que resultou no descumprimento (CUNHA, 2009).

A execução dessas ações na educação, em Teresina, é realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), órgão Gestor da educação no município e, por conseguinte, responsável pela gestão do Sistema de Frequência Escolar. É, através do fluxo de ações dessa secretaria com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cidadania, que são gerados os dados referentes à frequência escolar de crianças e jovens,

e registrado no sistema a PRESENÇA⁶ dos que se encontram regularmente matriculados e frequentando as escolas da rede, em Teresina.

Assim como na área da saúde, que tem a Fundação Municipal de Saúde como órgão responsável pela alocação de recursos materiais e humanos para manutenção e permanência das ações da saúde na capital, a SEMEC deve disponibilizar o aparato físico necessário para o acompanhamento das condicionalidades e atuar na construção das parcerias necessárias para a execução das ações junto às famílias, por meio da articulação intersetorial e interdisciplinar (BRASIL, MEC/MDS nº 3.789/2004c).

Assim como na área da saúde, o acompanhamento das condicionalidades da educação, ocorre por meio da conjugação de esforços por parte do município no desenvolvimento das ações institucionais no acompanhamento da frequência escolar que tem como elemento fundamental a articulação intersetorial e a descentralização, conforme estabelece a Portaria nº 251, em seu artigo 11 (AGATE; ANTUNES, 2005).

Portanto, as condicionalidades na área da educação consistem no acompanhamento do PBF, nessa área, quanto às contrapartidas das famílias, sendo obrigatória a matrícula dos alunos nas escolas e a apresentação bimestral da frequência mínima escolar nos seguintes parâmetros: de 85% para as crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e de 75% aos estudantes entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos. Através do cumprimento da condicionalidade, a educação ganha centralidade no Programa Bolsa Família, partindo-se da premissa que essa condição, exigida pelo PBF, funciona como um mecanismo de indução para que os alunos permaneçam na escola.

Para além desse aspecto, ressalta-se que a família deve avançar na participação do cotidiano da escola; assim como a escola deve envolver a família no seu cotidiano. Dessa forma, também se deve compreender que a interação acerca das informações sobre a frequência escolar é imprescindível, porém, não deve ser mais importante do que o acompanhamento do rendimento escolar, e do que as famílias a necessidade de conscientização sobre a importância da permanência da criança/adoles-

⁶ Plataforma de registro de dados, do MEC, referentes à frequência escolar (BRASIL, 2010).

cente na escola para o alcance da superação da vulnerabilidade (BRASIL, 2014).

Importa ressaltar, ainda, que o acompanhamento das condicionalidades do PBF consiste em motivar a permanência e progressão escolar, no sentido de propiciar as condições de escolarização necessárias para o exercício da cidadania e para um melhor posicionamento no mercado de trabalho, atendendo à dimensão da quebra do ciclo da pobreza de uma geração a outra (BRASIL, 2014).

Compete assinalar que, embora seja dotada de vários significados e sentidos, e de conceito polissêmico, como se refere Pereira (2001), a intersectorialidade no âmbito da operacionalização do PBF, na sua interface com a educação no município de Teresina, tem repercutido em expressivos resultados. Os setores e saberes dessas duas políticas vêm sendo conduzidos e se desenvolvendo por meio de uma relação de parceria e de proximidade, de tal modo que a otimização contínua dessas ações colocou o município no patamar de primeira capital do país em acompanhamento das condicionalidades na área da educação.

Considerações finais

O PBF iniciou sua trajetória nacional apresentando como foco a alimentação, considerando-se a realidade de fome e miséria instalada no país, sobretudo ao longo das décadas de 1970 e 1980 até os anos 2000. No entanto, o fato de a concessão do benefício exigir a presença das crianças na escola, muito embora não ofereça garantias, contribui para a melhoria expressiva dos níveis de educação.

Sendo assim, a presença das crianças e jovens na escola, aliada à lógica da alimentação, faz-se imprescindível, pois o aprendizado depende da escola. Porém, o aprendiz não aprende se lhe falta alimento. Dessa forma, na medida em que a família avança no sentido de suprir suas necessidades alimentares, avança também quanto à superação de outros tipos de necessidades, o que reflete na autonomia e, consequentemente, no alcance de outras aquisições (BARTHOLO *et al.*, 2017).

Discutir estratégias para cumprimento da meta pactuada da cobertura de acompanhamento das condicionalidades da saúde junto às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, atualmente, faz parte

da agenda conjunta dos órgãos gestores dessas duas políticas envolvidas, notadamente, da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e da Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEM-CASPI).

Com base no exposto, ressalta-se a importância das condicionalidades ao imprimir uma convergência interpolítica para seu cumprimento, fazendo da articulação intersetorial uma ferramenta imprescindível na gestão do programa, e, representando também, um mecanismo que possibilita ao poder público assegurar a oferta dos referidos serviços (XIMENES; AGATTE, 2011).

Por fim, ressalta-se que o fortalecimento da integração interseccional para esse município foi de relevância fundamental, pois as ações de condicionalidade da educação, sempre conduzidas por meio de uma relação de compreensão das responsabilidades intersetoriais e de parceria com a assistência social, vêm elevando seus resultados percentuais, cujo processo de otimização contínua colocou o município de Teresina no patamar de primeira capital do país em relação ao acompanhamento na área da educação. E, para além disso, os avanços nessa área possibilitaram também um alcance satisfatório de acompanhamento e a conquista do primeiro lugar, entre as capitais do Nordeste, quanto ao acompanhamento das condicionalidades na área da saúde. Cite-se que ambos os resultados se referem à primeira vigência de 2019.

REFERÊNCIAS

AGATTE, J. P.; ANTUNES, M. M. Condicionalidade de educação do programa bolsa família: concepção e organização do acompanhamento *In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 18 (2014). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade de Gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *In: Texto para Discussão*. Rio de Janeiro, setembro de 2017 IPEA.

BRASIL. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Pro-**

grama Bolsa Família, Guias e Manuais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 10 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_Atos2004-2006/Lei/L10836.htm. Acesso em: 02/10/10.

BRASIL. **RI Bolsa Família e Cadastro Único - mês de referência 09/19**. Ministério da Cidadania, Brasília: MC, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Melhorias no fluxo de informações para concessão do Benefício Variável Gestante no PBF. **Bolsa Família Informa**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC nº 507, 03 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O Sicon na gestão das condicionalidades do programa bolsa família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília: MDS, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada – Alfabetização e Diversidade. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade Condicionais do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2010.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 171 a 201.

CUNHA, R. Transferência de Renda com condicionalidade: A experiên-

cia do Programa Bolsa Família. *In: Conceção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. *In: Lua Nova*, 24, 1991. p. 85-116.

MONNERAT, G. L.; NOGUEIRA, J. F. Programa bolsa Família e o sistema único de saúde: desafios da implementação das condicionalidades em um município de grande porte Brasil. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.2: Transferência de renda – Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.*

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In: Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Ano 2, n. 3, jan./jul., 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

SILVA, M. M. C. L.; PASSOS, G. de O. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades educacionais: análise sobre os resultados da intersetorialidade no Município de Teresina. *In: Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 11, n. 1, jan./abr. 2018.

SILVA, M. O. S. Bolsa Família: Problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Associação Brasileira de Pós- Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, dic., 2007, pp. 1429-1439.

SILVA, M. O. S. Os programas de transferência de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís v. 8, n. 2 (2004) EDUFMA.

SPOSATI, A. Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: Concepções Fundantes. *In: Conceção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 13- 56.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, 2018.

TEIXEIRA, S. M. Sistema de Proteção Social Brasileiro na contemporaneidade: “Novas” relações entre Estado e Sociedade? **Revista FSA**, Teresina, v.10, n. 1, art. 15, pp. 264-280, jan./mar. 2013.

XIMENES, D. de A; AGATTE, J. P. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.11-19, jul./dez. 2011.

YASBEK, M. C. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. In: **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, nº 3, jan./jul., 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

10 Benefícios eventuais no âmbito do SUAS e a atenção às famílias no município de Teresina-PI: considerações para o debate

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues
Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

Introdução

Os Benefícios Eventuais (BE) entraram no rol da atenção prestada pela Política de Assistência Social por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/1993, que deu materialidade ao conteúdo dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, de grande inova-

ção, ao estabelecer a Assistência Social, como direito destinado a quem dela necessitar, contrariando a situação clientelista à qual era submetida a população em épocas anteriores a esse marco jurídico (BRASIL, 2004).

O advento da LOAS, conferiu ao Estado, o dever de assistir aos cidadãos que necessitam de assistência social. O artigo 22, da citada Lei, legitima e aprofunda esse dever, na medida em que institui aos Municípios e ao Distrito Federal a obrigação de prover aos cidadãos e às famílias vulnerabilizadas que se encontrarem em situações inusitadas, seja por nascimento, morte, vulnerabilidade temporária ou situação de calamidade.

A concessão de auxílios e benefícios integra o rol da atenção prestada pela Assistência Social como uma concretização de ações estabelecidas no escopo do direito à cidadania. A realidade instituída até o ano de 1993 trazia a concessão do auxílio natalidade, do auxílio funeral e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), tendo sido essa última substituída pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), como responsabilidade da Previdência Social. Essa e uma série de outras alterações ocorreram no caminho rumo à regularização dos benefícios eventuais da LOAS. Contudo, ressaltam-se aquelas que se reverteram em grandes desafios para a concretização desse direito às famílias que demandam suas ações, tais como: o repasse de responsabilidades entre os entes federados; o dilema das limitações existentes quanto à ausência ou à insuficiência de recursos; e a focalização das ações a um público já seletivo.

A presente análise visa contribuir para o debate acerca da condição na qual foram instituídos os benefícios eventuais e como vem sendo estabelecida a atenção às famílias em situação de vulnerabilidade no município de Teresina. Nessa perspectiva, promove-se uma discussão que se encontra dividida nas seguintes partes: a Política de Assistência Social e o SUAS; a LOAS e a concretização dos Benefícios Eventuais; e o acesso das famílias por meio do Cadastro Único: o desafio para a concretização dos Benefícios Eventuais na perspectiva dos direitos de cidadania.

1 A política de assistência social e o SUAS

A Assistência Social no Brasil, desde que foi reconhecida como política pública pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988)

e regulamentada pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passa a vigorar sob novos conceitos e modelos, sendo instituída como direito do cidadão e dever do Estado, prevista via sistema de gestão descentralizado e participativo.

A LOAS dispõe sobre a organização da Assistência Social e se constitui em um instrumento legal que regulamenta os Arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, instituindo benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados. Um dos benefícios ofertados pela LOAS é o BPC, que se constitui na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

A Política Nacional da Assistência Social (PNAS), voltada para o desenvolvimento social e humano, tem como público usuário de seus serviços, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, de grupos e/ou de indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Para consolidação dessa política foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se constitui em um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

A instituição do SUAS reforça o que está estabelecido na Constituição de 1988, que prevê as ações da Assistência Social materializando o conteúdo da LOAS, cumprindo, no tempo histórico dessa política, as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devam consagrar direitos de cidadania e inclusão social. Tem como foco a

matricialidade sociofamiliar, ou seja, a família como alvo das ações e a busca por fortalecer o convívio familiar e comunitário; e a provisão da proteção social dividida em dois níveis: Básica e Especial, essa última subdividida em Média Complexidade e Alta Complexidade.

Os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica têm por objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, de privações diversas, da ausência de renda, do acesso precário ou nulo aos serviços públicos e da fragilização de vínculos afetivos, discriminações étnicas, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras, e são gerenciadas diretamente pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS (BRASIL, 2005, p. 33-35).

Já a Proteção Social Especial, que atende às famílias em dois níveis de complexidade – média e alta –, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), visa o atendimento assistencial destinado a pessoas cujos direitos foram violados, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A proteção especial de média complexidade se destina aos cidadãos e às famílias que vivem em situações de negligência, abandono, ameaça, maus-tratos, violações físicas/psíquicas, discriminações sociais e transgressão dos direitos humanos e sociais. São serviços que compreendem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados e apoiados por processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Esses serviços têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com instâncias como o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) também integra a proteção social especial por meio da média complexidade. A recente integração do PETI ao Programa Bolsa Família, no âmbito do

SUAS, consiste na forma concreta de assegurar a sua universalização, com o incremento dos serviços socioeducativos para as crianças que deixam o trabalho infantil.

Já a Proteção Social Especial de alta complexidade, oferece atenção às famílias e aos indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça e que necessitam de ações de proteção especial temporárias, fora de seu núcleo familiar ou comunitário. Os serviços socioassistenciais são oferecidos em unidades como abrigos; casas de passagem; repúblicas; família acolhedora, substituta ou guardiã; albergues; alojamentos; abrigos especiais; moradias provisórias; entre outras.

Em Teresina, a Política de Assistência Social foi instituída pela Lei nº 5.050, de 18 de julho de 2017, a qual dispõe sobre o SUAS no município de Teresina – SUAS/ TERESINA e dá outras providências (TERESINA, 2018a). O SUAS/Teresina foi construído à luz da PNAS e, por meio de um processo eminentemente democrático, envolve gestores, trabalhadores do SUAS, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Sindicato dos Servidores Municipais de Teresina (SIND-SERM), objetivando garantir a inclusão da população em situação de vulnerabilidade social.

2 A LOAS e a concretização dos benefícios eventuais no município de Teresina

Os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, aos cidadãos brasileiros, no âmbito da proteção social básica, e, assim, integram organicamente as garantias preconizadas pelo SUAS. Integra, ainda, o rol desse importante arcabouço jurídico-legal, no âmbito do SUAS, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda legitimado pela Resolução CIT nº 7, de 2009, que estabelece caminhos para a prestação dos benefícios eventuais por parte dos municípios.

A concretização da proteção social, no que tange aos Benefícios Eventuais em Teresina, tornou-se realidade a partir da Lei municipal nº 4.916, sancionada em 30 de junho de 2016, pela Prefeitura Municipal

de Teresina. Essa Lei dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais (BE) nesse município, em conformidade com a LOAS, a qual foi alterada pela Lei Federal nº 12.435/2011, que regula a concessão e os valores dos benefícios eventuais, e pela Resolução nº 212/2006 (BRASIL, 2006) do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), que, por meio do Decreto nº 6.307/2007, estabelece critérios de orientação para regulação e provisão dos BE pela política pública de assistência social dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

Nesse sentido, os benefícios eventuais se inserem na dinâmica de trabalho do SUAS, no município de Teresina, como um importante instrumento de garantia de provisões destinadas às famílias e/ou aos indivíduos no enfrentamento de dificuldades e/ou fragilidades em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidades temporárias e de calamidade pública, pelo viés do direito.

Tendo em vista que a LOAS incumbiu aos Estados, além de outras situações, a obrigação de destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio dos auxílios natalidade e funeral, assim também como de atender às ações assistenciais de caráter emergencial, mediante critérios definidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, o município de Teresina buscou se organizar no sentido de ofertar as provisões referentes aos benefícios eventuais (BRASIL, 1993).

Os Benefícios Eventuais, em Teresina, estão previstos no artigo 3º da Lei nº 4.916/2016, que se constituem nas seguintes provisões:

- I - Auxílio Natalidade: compreende a concessão de enxoval para recém-nascido, incluindo itens de vestuário e higiene, visando garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, além da inclusão em serviços socioassistenciais;
- II - Auxílio Funeral: compreende o custeio de despesas com urna funerária, velório e sepultamento em cemitério público, de forma a garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária;
- II - Auxílio para atender a situação de vulnerabilidade temporária: compreende a concessão de gêneros alimentícios, acesso a documentação e passagem, com inserção da pessoa/família beneficiária na rede de serviços socioassistenciais do Município;
- III - Auxílio para atender a situação de calamidade pública: com-

preende a concessão de bens materiais e a prestação de serviços para atender a situações anormais, advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e epidemias, que causem sérios danos à comunidade afetada (TERESINA, 2016, p. 02).

Assim, observa-se que o município de Teresina, ao regulamentar os benefícios eventuais da Assistência Social à luz do SUAS, previstos na LOAS, vem contribuindo para fortalecer a Política de Assistência Social como uma política pública, e, também, para garantir aos cidadãos usuários dessa política o direito a uma assistência não contributiva, universal e na perspectiva de uma cidadania plena.

3 Cadastro único: o acesso das famílias aos benefícios eventuais na perspectiva dos direitos de cidadania

Na perspectiva da padronização e/ou da adequação dos mecanismos de acesso aos benefícios eventuais, o município de Teresina, por meio da Secretaria Municipal da Cidadania e Políticas Integradas (SEM-CASPI), utiliza o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal como ferramenta de inserção daqueles que pleiteiam as proteções afiançadas pela Política de Assistência Social. Trata-se, portanto, de um instrumento de coleta de dados sobre a situação das famílias brasileiras em condições de pobreza e extrema pobreza, criado pelo Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, com o objetivo de identificar e caracterizar as famílias de baixa renda e, assim, viabilizar a seleção de vários dos benefícios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, com base na renda *per capita* familiar declarada (BRASIL, 2007).

A partir de 2003, o CADÚNICO se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado, obrigatoriamente, para a concessão dos benefícios referentes ao Programa Bolsa Família, à Tarifa Social de Energia Elétrica, ao Programa Minha Casa Minha Vida, ao Programa Bolsa Verde, entre outros. Posteriormente, o Cadastro Único passou a ser utilizado, também, para selecionar os potenciais beneficiá-

rios dos programas ofertados pelos Governos Estaduais e Municipais.

O SUAS de Teresina, instituiu como *modus operandi*, para possibilitar o acesso das famílias vulneráveis aos benefícios eventuais, os dispositivos que versam na Lei Municipal nº 4.916, de 30 de junho de 2016, em seu capítulo II, artigos 4º e 5º, que estabelecem o público-alvo, os critérios, a porta de acesso e os respectivos prazos a serem utilizados para usufruto dos citados benefícios, conforme o disposto a seguir:

Art. 4º Os Benefícios Eventuais, de que trata esta Lei, destinam-se às pessoas ou famílias que tenham uma renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, quando do requerimento, e que esteja regularmente cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO, devidamente comprovada pelo número de identificação social – NIS, visando atender, de forma suplementar e provisória, as necessidades humanas básicas. Parágrafo único. Os Benefícios Eventuais, mesmo que em situação de emergência, só serão autorizados após requerimento fornecido pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS e assinado pelo interessado.

Art. 5º O benefício eventual do Auxílio Natalidade será concedido mediante a comprovação da vulnerabilidade do solicitante e de seus familiares, a partir de requerimento assinado e estudo social realizado pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

Parágrafo único. O benefício do Auxílio Natalidade pode ser solicitado até 90 (noventa) dias após o nascimento da criança (TERESINA, 2016, p. 02).

Destaca-se que a execução dos Benefícios Eventuais deve ocorrer em sinergia com os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, principalmente com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado pelos CRAS; e pelo Serviço de Proteção Especializado à Família (PAEFI), ofertado pelos CREAS, de forma a potencializar o desenvolvimento da função protetiva das famílias no município e contribuir para sua autonomia. Assim, o fluxo operacional para instituição das ações referentes aos benefícios eventuais se delineou a partir das ações que serão apresentadas a seguir.

4 Fluxo de atendimento dos benefícios eventuais

O Auxílio Natalidade se caracteriza pela concessão de enxoval de bebê para recém-nascidos, através da dispensação de itens de vestuário e higiene e da inclusão da família em serviços socioassistenciais, visando à garantia da dignidade e do respeito à família beneficiária. Esse benefício passou a ser concedido mediante solicitação da família junto ao CRAS ou CREAS de sua referência territorial, por meio do preenchimento de instrumental específico – Requerimento de Solicitação de Auxílio Natalidade – e da respectiva anexação de cópias da documentação pessoal do requerente – Identidade, CPF, comprovante de endereço do requerente, comprovante de atendimento de pré-natal em Unidade Básica de Saúde (UBS) e Relatório de Acompanhamento da família emitido pelo CRAS de sua referência. Esse benefício pode ser solicitado até 90 dias após o nascimento da criança.

O Auxílio Funeral se caracteriza pela concessão do custeio de despesas com urna funerária, velório e sepultamento em cemitério público, também de forma a garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, prevendo assim a inclusão da família em serviços socioassistenciais, de acordo com a necessidade. Conforme o artigo 6º da lei municipal dos Benefícios Eventuais, “[...] o Auxílio-funeral será concedido pela Unidade de plantão funerário do Município com funcionamento 24h, em dias úteis, fins de semana e feriados”. Portanto, a concessão desse auxílio se dará mediante solicitação da família junto ao Plantão Funerário Municipal, localizado no centro da capital, em quaisquer datas ou horário.

Dessa forma, para a solicitação do benefício eventual referente à modalidade auxílio funeral a família deve preencher o Requerimento de Solicitação para o benefício e apresentar cópias da documentação necessária – Identidade, CPF, comprovante de residência e declaração de óbito. Em seguida, será realizada consulta ao sistema do Cadastro Único para análise dos critérios de concessão do benefício. Sendo concedido, a família recebe a autorização de Concessão de Auxílio Funerário e leva até a Funerária credenciada para que seja providenciado o atendimento por meio dos serviços funerários, conforme citado no parágrafo anterior.

Importa esclarecer que a Lei nº 4.916, de 30 de junho de 2016, que trata da concessão dos benefícios eventuais, foi alterada pela Lei nº 5.286, de 17 de agosto de 2018 (TERESINA, 2018b), a qual modifica o artigo 4º que prevê a renda *per capita* para acesso a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Portanto, a partir da referida alteração, o valor da renda para o benefício eventual do tipo auxílio funeral fica instituído em $\frac{1}{2}$ salário mínimo, conforme prevê o parágrafo segundo deste artigo: “[...] para efeito de concessão do Benefício Eventual, especificamente na modalidade Auxílio Funeral, considera-se que a renda mensal para acesso ao benefício deverá ser igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ (meio) salário-mínimo per capita”.

Quanto ao auxílio para atender às situações de vulnerabilidade temporária, esse se desdobra em três modalidades específicas de benefícios, que compreendem a concessão de cesta básica, ajuda financeira, ou ainda a passagem para a cidade de origem, requisitados pela família junto à rede de serviços socioassistenciais do Município, mediante estudo social realizado por equipe técnica das referidas unidades.

Para o acesso a esse benefício, assim como para os demais, a família deve iniciar pelo preenchimento do Requerimento de Solicitação de Benefício Eventual, anexando cópias da documentação necessária, conforme já mencionado nos itens anteriores. Em seguida, a equipe técnica do CRAS ou CREAS envia o Requerimento de Solicitação com a documentação anexada e o Relatório de Acompanhamento Familiar à Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) para análise da concessão do benefício. Nos casos de concessão deferida, a citada Gerência encaminha o Termo de Responsabilidade à unidade que o requereu, a fim de que seja enviado à família beneficiária. No tocante à ajuda financeira, a família tem acesso ao benefício, via transferência bancária, para o qual recebe um cartão específico para esse fim.

Já o Benefício Eventual da modalidade passagem para a cidade de origem, consiste na concessão de uma passagem, por via terrestre, destinada a conduzir seu requerente à cidade de origem. No entanto, é importante ressaltar que, entre os Benefícios Eventuais, esse é o único cujo *modus operandi* ocorre por meio de parceria com o terceiro setor, sendo o papel da assistência social preponderante, uma vez que consiste na identificação do público destinatário desse serviço, bem como na

condução das diretrizes da ação.

O auxílio para atender à situação de calamidade pública se caracteriza pela concessão de bens materiais e pela prestação de serviços para atender às situações anormais, advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e epidemias, que causem sérios danos à comunidade afetada. Segundo versa o artigo 8º da Lei Municipal dos Benefícios Eventuais:

O benefício eventual do Auxílio para atender situação de calamidade pública deverá ser concedido por meio do Programa ‘Cidade Solidária’, a partir de estudo social, compreendendo a assinatura de Termos de Responsabilidades estabelecendo as diretrizes e auxílios a serem concedidos.

Dessa forma, os atendimentos a essas situações seguem outro itinerário, envolvendo uma ação intersetorial entre SEMCASPI, Defesa Civil e Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU). O Programa Cidade Solidária prevê duas modalidades de atendimento: **Família Solidária e Residência Solidária**.

A modalidade **Família Solidária**, realiza-se por meio da acolhida de uma família desabrigada por uma família acolhedora, estabelecendo-se direitos e deveres por parte de ambas, com definições sobre a entrega, via CRAS, à família acolhida, de subsídios necessários à sua instalação, compreendidos por cestas básicas e, caso seja necessário, materiais de limpeza e do chamado *kit* de acolhimento. Além do exposto, será assegurada à família acolhedora uma ajuda de custo no valor de R\$ 250,00 pelo prazo máximo de 12 meses.

A modalidade **Residência Solidária**, concretiza-se a partir da disponibilização de uma residência para acolhimento à família desabrigada, pelo prazo máximo de 12 meses, mediante aluguel no valor máximo de R\$ 250,00 mensais, devendo-se informar os direitos e os deveres da família acolhida e do responsável pela residência alugada, disponibilizando-se, à família acolhida, cesta básica e, caso necessário, os *kits* limpeza e acolhimento.

O acesso a essas modalidades de atendimento, inicia-se pela Defesa Civil do Município, a qual faz o registro da ocorrência das demandas

e encaminha à Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) da região que, por sua vez, encaminha formalmente a solicitação de inclusão dos requerentes junto no Programa Cidade Solidária, à SEMCASPI, que por meio da GPSB e dos CRAS, realiza a tomada de providências necessárias à disponibilização do repasse do auxílio financeiro à família acolhedora, quanto à necessidade de propiciar subsídio que venha a suprir carência básica referente à segurança alimentar da família acolhida, por meio do envio de cesta básica.

Considerações finais

Segundo Pereira (2010), a regulamentação dos Benefícios Eventuais, assim como a LOAS, na íntegra, esteve atrelada a pendências jurídicas e políticas por mais de uma década e isso resultou no impedimento da concretização da Assistência Social em âmbito nacional, além de terem produzido outros prejuízos, ressalte-se, sobretudo, o fator impeditivo da proteção aos sujeitos de direito; o comprometimento da autoridade gestora da política; e o descrédito quanto à legitimidade da Lei.

No entanto, a não regulamentação dos Benefícios Eventuais, sob a perspectiva da gestão das políticas públicas, “[...] caracteriza um procedimento politicamente incorreto e traiçoeiro, conhecido como não-ação governamental, porque, paradoxalmente, produz efeitos sociais mais danosos do que qualquer tentativa de intervenção pública”, uma vez que uma ação não sistematizada, não planejada, não sendo implementada nos moldes da PNAS, implica em situações desprovidas de identificação, controle e avaliação, possibilitando, dessa forma, “[...] o surgimento de ações improvisadas, intuitivas, quando não inconsequentes ou até oportunistas” (PEREIRA, 2010, p. 17).

Na perspectiva estrutural, o município de Teresina, por meio da gestão do SUAS, antes da regulamentação dos BE, cercou-se de todo o processo informativo necessário junto às instâncias de gestão da PNAS, tanto da União quanto do Estado, além do sistema de garantia de direito, cite-se o Ministério Público, a fim de implementar as ações compatíveis com o que versa o arcabouço legal estabelecido, de modo a evitar as comuns incoerências e inconstâncias no que se refere ao seu entendimento legal, prática comum entre muitos municípios, segundo Bovolenta

(2015).

Cuidou-se, inclusive, em organizar parâmetros de atenção daquilo que se enquadraria, de fato, como uma necessidade eventual, como uma contingência, como diz Pereira (2010), a fim de dar clareza sobre a materialidade das ações a partir do seu objeto, conforme o estabelecido pela LOAS. Do contrário, incorrer-se-ia na disponibilização de utensílios e materiais que não fazem parte da natureza de ação da Política de Assistência Social e sim da Política de Saúde, tais como a dispensação de órteses e próteses, medicamentos e materiais especiais, etc., o que resultaria, entre outros aspectos, em irracionalidade de recursos, muito embora isso seja fato corriqueiro em muitos municípios do país, de acordo com o Relatório Nacional sobre o levantamento dos Benefícios Eventuais realizado pelo MDS (BRASIL, 2009).

No entanto, esses fatores não revogam as dificuldades e os desafios enfrentados desde a regulação, o financiamento, a implementação nos moldes de superação de práticas antigas, a definição do campo da Assistência Social e sua relação com outras políticas. Sobre esse aspecto, é importante pontuar sobre a ausência de clareza quanto à participação dos Estados Federados, sobretudo no que se refere ao financiamento, uma vez que o distanciamento existente na relação estado-município, na realidade de Teresina, no que se refere aos BE, contraria o conteúdo da normativa para a qual os Estados Federados são partes integrantes do processo de gestão e cofinanciamento desses benefícios.

Ressaltando-se a importância de se conhecer e compreender como a operacionalização dos BE tem sido implementada, sobretudo no tocante ao atendimento proposto, solicitou-se, para fins de registro no presente artigo, uma breve avaliação junto às equipes técnicas dos CRAS de Teresina acerca da percepção dessas ações no âmbito da proteção social básica da Assistência Social quanto à sua legitimidade e que sugestões poderiam apresentar a título de contribuição para a sua melhoria.

Dos 19 CRAS do município, 12 apresentaram opinião, 05 não se manifestaram e 02 optaram por não participar da pesquisa, por estarem com equipes incompletas. No entanto, os que contribuíram com a pesquisa, manifestaram-se de forma satisfatória quanto ao acolhimento dessa demanda, por compreendê-la como uma forma de contribuição com o conteúdo da LOAS; que consiste em uma das estratégias de aten-

dimento das necessidades mais básicas e imediatistas das famílias e que, pelas vias dos BE, as ações dessa natureza se legitimam como um procedimento de caráter político e não apenas como uma mera ação assistencialista, pois as famílias são acompanhadas, cada caso é avaliado e, de acordo com a situação, é inserido em programas de acompanhamento como o PAIF, por exemplo.

Por outro lado, importa registrar que os técnicos fizeram importantes colocações, a título de sugestões, a serem consideradas pela gestão a fim de se otimizar o serviço, pois, segundo eles, ainda que o Município esteja em fase de implementação e ajustes dos BE, é necessário observar os detalhes da tramitação, assim como as situações em que se encontram as famílias, quanto à observância dos laudos técnicos, e os critérios estabelecidos para atendimento das solicitações, a fim de que se possa solucionar possíveis problemas relacionados, principalmente, ao tempo elevado de espera pela concessão do benefício; prazos de vencimentos dos contratos e andamentos morosos dos processos licitatórios – situações comuns nos serviços públicos, dadas as condições burocráticas inerentes à própria natureza da esfera pública.

E, por fim, ao mesmo tempo em que os pesquisados ressaltam sobre o caráter relevante das ações referentes aos BE no cumprimento de parte daquilo que a Política de Assistência Social propõe como importante ferramenta de resolutividade de uma situação emergencial, advertem que estão esbarrando em questões elementares como a latência existente entre solicitação e concessão, mais precisamente no que se refere ao tempo de espera pela disponibilização do benefício. Segundo essas equipes, o atraso na concessão de um BE o descaracteriza como emergencial, além disso, essa situação fragiliza a efetivação da Política de Assistência Social, mesmo se tratando de benefícios de caráter temporário, dada a sua relevância para suprir necessidades básicas que a família possa estar vivenciando.

Nesse sentido, o SUAS de Teresina tem conduzido as ações dos BE de modo a dar seguimento ao processo de ruptura com as antigas práticas clientelistas de gestão e evitar que novas estratégias de políticas fisiologistas sejam criadas, assim também como vem buscando meios de torná-lo menos burocrático e o mais célere possível. Mas, para além do exposto, cabe assinalar que há outros aspectos igualmente importantes a

serem considerados no âmbito dessas ações, como a atenção às famílias, inseridas no PAIF pelas vias dos BE, na perspectiva protetiva, pois, de acordo com Teixeira (2018), o trabalho com famílias deve ser voltado para a inclusão das pessoas, devendo-se ainda promover as adequações de sistema, instituições e da realidade com a finalidade de acolher esses sujeitos.

Dessa forma, ao tomar a realidade das famílias por meio do estudo social a ser realizado para fins de diagnóstico e apresentação das demandas que perpassam o cotidiano desses potenciais beneficiários dos BE, os técnicos, por meio de seus processos interventivos, devem fazê-lo em uma perspectiva de compreensão da realidade “[...] dentro de uma lógica mais complexa e totalizadora” (TEIXEIRA, 2018, p. 58).

Embora as legislações e normativas tenham contribuído para dar conteúdo e precisão aos benefícios eventuais para a regulamentação e implementação nos municípios brasileiros, há a necessidade de qualificar a atuação profissional para a inserção dos usuários, no sentido de romper com a incerteza da provisão desses benefícios, instituí-los na perspectiva do direito e da universalidade, e, ainda, articulando-os com os serviços socioassistenciais e com as demais políticas públicas.

Desta feita, considerando a atual conjuntura brasileira, o estudo traz a discussão dos Benefícios Eventuais à tona, por considerar que, cada vez mais, há a necessidade de que sejam compreendidos como direito social previsto no SUAS, por meio da LOAS, com princípios de proteção social não contributiva, e que, por muitas vezes, são vistos como ações insignificantes. No entanto, se são regulamentados e implementados na perspectiva do direito, caminha-se no sentido de instituir uma política de caráter universal, operacionalizada de forma coerente, dentro dos princípios e das diretrizes construídas pelo SUAS.

REFERÊNCIAS

BOVOLENTA, G. A. Os Benefícios Eventuais previstos na Loas: o que são e como estão **Serv. Soc. e Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 365-387, abr./jun., 2011.

BOVOLENTA, G. A. Benefícios Eventuais no suas: avaliação de sua ges-

tão. In: VII Jornal Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 2015. **Anais [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2015. p. 1-12.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2005.

BRASIL. Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006. Propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 2007.

BRASIL. **Relatório sobre o Levantamento Nacional sobre os Benefícios Eventuais**. MDS. 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/comissoes...de.../relatorio_beneficios- eventuais...download. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEREIRA, P. A. P. Panorama do Processo de Regulamentação e Operacionalização dos Benefícios Eventuais Regidos pelas LOAS. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2010. p. 11-29.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: cuiprodest? *Contem-

porary social protection: cuiprodest? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out. /dez. 2013

TEIXEIRA, S. M. Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho social com famílias. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). **Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas.**

Campinas: Papel Social, 2018, p. 45-62.

TERESINA. Lei Municipal nº4916, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre a concessão de Benefícios Eventuais, no âmbito do Município de Teresina, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), com alterações posteriores, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Teresina**, Teresina, PI, 13 mar. 2017.

TERESINA. Lei Municipal nº 5.050, de 18 de julho de 2018. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Teresina - SUAS/TERESINA e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Teresina**, Teresina, PI, 8 ago. 2018a.

TERESINA. Lei Municipal nº 5.286, de 27 de agosto de 2018. Altera dispositivos da Lei nº 4.916, de 30 junho de 2016, que “Dispõe sobre a Concessão de Benefícios Eventuais, no âmbito de Município de Teresina, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) ”, com alterações posteriores, na forma que especifica. **Diário Oficial do Município de Teresina**, Teresina, PI, 31 ago. 2018b.

11 **Relato de um estudo de caso ampliado, realizado no CREAS Sul, Teresina-PI**

Gleciene Marques dos Santos

Introdução

O presente artigo foi elaborado para II Mostra de Boas Práticas dos Trabalhadores do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Integradas, da Prefeitura Municipal de Teresina, com finalidade de apresentar uma experiência de trabalho desenvolvida no CREAS Sul, denominada de estudo de caso ampliado.

O estudo de caso ampliado é uma junção do estudo de caso apresentado na orientação técnica do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, em um contexto mais ampliado, no

sentido de um processo de articulação da rede socioassistencial e do sistema de garantia de direitos, com vistas à potencialização de esforços e estratégias para apontar alternativas de possibilidades de atendimento no que se refere às expressões da questão social.

Diante dessa discussão, através deste artigo, apresenta-se uma atividade interdisciplinar que faz parte do processo de trabalho que vem sendo desenvolvido no CREAS Sul na cidade de Teresina – PI chamado de estudo de caso ampliado.

O estudo de caso ampliado que será descrito, foi realizado no âmbito do CREAS Sul, na cidade de Teresina e envolveu especificamente dois dos serviços ofertados pela unidade de atendimento, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS.

Para a realização do estudo de caso ampliado, foi necessária uma articulação com outros setores do Sistema de Garantia de Direitos e com os serviços da rede de proteção social oferecidos em outra cidade e Estado, como também um estudo a partir das orientações técnicas, Centro de Referência Especializado de Assistência Social; tipificação dos serviços socio assistenciais, legislações específicas como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social e autores como IAMAMOTO(2003), PEREIRA JUNIOR(2014), GUERRA(2011), entre outros que serviram de referência para esse artigo.

1 O CREAS na política de assistência social

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, surgiu em 2004 com uma proposta política-administrativa que deu origem ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo regulamentada através da lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, conhecida como a lei do SUAS – este constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de Assistência Social.

A organização do SUAS estabelece níveis de proteção social a partir da constatação dos aspectos que afiancem seguranças estabelecidas em lei, podendo, com isso, ser situadas em dois tipos de proteção social:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos

e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) e a II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). (BRASIL, 2011)

A proteção social especial, é dividida em dois níveis de proteções: a média complexidade e alta complexidade, na qual são introduzidos os conceitos de violação de direitos como um divisor de atenção ou atendimento, contando, para tanto, a partir da análise do vínculo familiar, com a designação dos níveis em que será ofertado o serviço correspondente.

Temos, assim, na média complexidade, a violação de direitos com a preservação dos vínculos familiares, e, na alta complexidade, o rompimento dos vínculos familiares, uma prerrogativa para o atendimento.

Dentro da média complexidade, insere-se o serviço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Conforme as orientações técnicas, o centro de referência especializado de assistência social, CREAS, é definido como: “uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS.”(Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. CREAS, 2011, p 8)

Em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o CREAS possui os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à

Comunidade (PSC); e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Apartir da referência da tipificação dos serviços Socioassistenciais, cada serviço possui um público-alvo, ou seja, usuários específicos que são direcionados dentro do CREAS para o serviço adequado à sua realidade e necessidade.

Em relação aos potenciais usuários do PAEFI, tem-se as famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; entre outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF – e do Programa de erradicação do Trabalho Infantil – PETI – em decorrência de violação de direitos.

Enquanto que no Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS – tem-se como usuários: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), destina-se a atender os seguintes usuários: adolescentes de 12 a 18 anos incompletos ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC, aplicada pela justiça da infância e juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

Por fim, no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, tem-se como usuários, pessoas com deficiência, seus cuidadores e familiares.

No município de Teresina, um município de gestão plena, cada CREAS possui capacidade de atendimento a oitenta casos (famílias e/ou indivíduos), tendo sua execução na cidade territorializada em quatro

territórios, a saber: os CREAS Sul, Leste, Sudeste e Norte, contando ainda com um Centro Pop que também está situado na média complexidade, tendo como público específico pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

2 O trabalho desenvolvido no atendimento da situação de rua, trabalho infantil

A condição da criança em situação de rua, foi dada, com início do seu atendimento, no CREAS sul, a partir de denúncias realizadas, através da utilização do serviço do Disque 100 – Serviço de Denúncia Anônima da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A partir das denúncias recebidas, foi possível, através dos agentes de proteção – APS, por várias vezes acionados, a realização da busca ativa visando a identificação e o monitoramento das crianças envolvidas, posteriormente foi realizada uma notificação escrita para o III Conselho Tutelar.

As primeiras aproximações foram sempre muito difíceis, devido ao fato das crianças não aceitarem aproximação da equipe, ficando, assim, o serviço impossibilitado de iniciar qualquer atividade mais direta; mesmo assim, os agentes, através de muitas idas e vindas à região, conseguiram informações necessárias para perceber que haviam outras pessoas envolvidas que se utilizavam do trabalho infantil destas para fins próprios, próximo às crianças.

Com a intensificação das atividades dos agentes de proteção social, foi possível descobrir a origem das crianças, uma cidade próxima, mas até o momento inicial ainda não era sabido quem eram e como viviam. Observou-se que a cada aproximação da equipe do SEAS, as reações eram mais violentas, dessa maneira, em contato com o III Conselho Tutelar, soube-se que o mesmo também estava encontrando dificuldade para aproximar-se das crianças.

Posteriormente, descobriu-se que havia dentre as crianças em situação de rua uma que possuía uma familiar na cidade de Teresina. A partir dessa senhora idosa (familiar da criança) e das informações relatadas por ela, foi possível identificar que a mesma já havia procurado o III Conselho Tutelar e o Centro de Referência da Assistência Social

do território de sua moradia, através do contato com essas instituições, foi possível coletar mais informações sobre a criança, sua família e seu histórico de vida.

A partir dessa constituição do histórico familiar, foi possível para os profissionais envolvidos, traçar suas intervenções e estratégias de trabalho. De posse das informações de endereço e nome, a próxima etapa aconteceu através do serviço especializado – PAEFI, que realizou, uma visita institucional no CRAS e uma visita domiciliar, nesse momento, pode-se observar uma maior aproximação com a realidade familiar.

Dentre as ações empreendidas para clarificação da expressão da questão social envolvida, tem-se como principais dificuldades identificadas pelos serviços: 1 – aproximação do serviço de abordagem social com o adolescente; 2 – familiares paternos próximos das crianças que incentivam o uso de substância psicoativa e permanência do adolescente na rua e trabalho infantil; 3 – familiares agressivos, com histórico de crimes; 4 – evasão escolar com quebra de vínculos familiares maternos.

Diante da complexidade da expressão social apresentada pela denuncia e das informações obtidas através das intervenções realizadas pelos serviços desenvolvidos no CREAS, e após discussão interna com os profissionais dos serviços envolvidos, foi decidido a realização de um estudo de caso ampliado que envolvesse as instituições do sistema de garantia de direitos, buscando o estabelecimento de uma parceria com as instituições da política de assistência social e o conselho tutelar da cidade próxima.

Com situação relatada, após realização do estudo de caso ampliado, percebeu-se a necessidade de realização de outros estudos de caso ampliados envolvendo outros atores, outras instituições e diálogos com a rede socioassistencial da cidade vizinha.

No próximo item será apresentado a história da família e a história social da criança da denuncia para que possa exemplificar o contexto de violação de direitos identificados a partir do relato da situação.

2.1 Relato do historico familiar e social da criança/adolescente/adulto - Vento

Nesse momento, será descrita a historia familiar e da vida da criança em questão, tendo por base o processo de trabalho desenvolvido pelos serviços já mencionados.

Para ciência do leitor, informa-se, para que não sejam identificados os usuários, que seus nomes foram trocados com fins de descrever a historia familiar no contexto da violação de direito em questão.

Dessa forma, o nome dos membros da família serão identificados, através dos nomes abstratos a seguir:

- 1 – Vento, menino encontrado em situação de rua no entorno da ponte.
- 2 – Lua, mãe da criança vento.
- 3 – Sol, pai da criança vento
- 4- Terra, avó materna
- 5 – Estelar, filha de Lua, irmã de Vento.
- 6 – Rocha, filho de Lua, irmão de Vento.
- 7 – Estrelas, duas crianças filhos da Estelar
- 7 – Árvore, família paterna, residente em Timon.

Conforme foi relatado pela senhora Terra, sua filha Lua era uma menina muito boa, porem o seu genro Sol, fugindo da policia na cidade de Timon devido a seus crimes, buscou instalar-se com a família Árvore, no bairro onde elas residiam com demais membros da sua família.

A senhora Terra, na época trabalhava como empregada doméstica, e passava o dia todo na casa da sua patroa, dessa forma seus filhos ficavam muito sozinhos, mas todos eram bons filhos, frequentavam a escola, e ajudavam nos afazeres domésticos.

Porém, um dia, sua filha Lua iniciou um relacionamento com o Sol, quando sua mãe descobriu pediu a ele para deixa-la em paz.

Preocupada com a filha, pediu a seu ex-marido que residia em Timon para recebe-la na sua casa, e mandou a filha ir para a casa do pai sozinha de ônibus, pois o pai iria ficar lhe esperando na parada próximo a sua casa, só que sua filha não chegou no destino.

Com idade de 15 anos, Lua fugiu com Sol e foram para a cidade

de São Luís do Maranhão cinco anos depois, ela retornou.

Nesse momento, conforme relatou da senhora Terra, sua filha era outra pessoa, aparentemente bem sofrida, com muitas tatuagens espalhadas pelo corpo, magra, utilizava muitas gírias na sua linguagem e fazia, visivelmente, o consumo de uma substância psicoativa. Agora, Lua era mãe de três crianças, mas era negligente com os filhos e relatava violência doméstica sofrida pelo companheiro.

A relação conjugal foi relatada como sendo sempre muito atribulada pelo consumo de substância psicoativa do casal, violência intrafamiliar entre marido e mulher. Além do comportamento violento do companheiro, havia, por parte dele, envolvimento com assassinatos, tráfico de substâncias psicoativas e idas e vindas das penitenciárias.

A senhora Terra, relatou que sua filha mostrava-se muito confusa, deixou os filhos e buscou fugir do companheiro, este já havia passado pela Penitenciaria de Pedrinhas no Maranhão e agora estava cumprindo pena na Penitenciaria Irmão Guido em Teresina.

Depois, ela ficou sabendo que a filha estava se relacionando com outro homem, até perder total contato com ela, e, posteriormente, ficou sabendo que ela havia morrido.

Nesse momento em que a filha apareceu, a senhora Terra pôde cuidar dos netos, que estavam matriculados na escola pública do bairro, frequentavam de forma sistemática e possuíam uma rotina de estudo e vida comunitária saudável.

Mas, o pai da criança, Vento, através da sua família que residia na cidade próxima, buscou a criança, ameaçando a idosa, o que fez com que ela não pudesse mais cuidar do neto.

As ameaças paternas constantes, como também as tentativas de ataques violentos contra a vida da avó materna, contribuem para o afastamento desta na vinculação de proteção à criança, que agora já é um adolescente.

Os filhos do casal ficaram sob responsabilidade da família paterna, que, além da situação de vulnerabilidade social e risco, também possuem comportamentos de negligência, consumo de substâncias psicoativas, exploração do trabalho infantil, latrocínios entre outros.

Daí, iniciou-se o processo de rompimento do vínculo familiar com a idosa, com a permanência da criança em situação de rua e trabalho

infantil descrita na denúncia.

Vento, através dos primos, iniciou sua vida na rua, idas, inicialmente esporádicas, que se mostraram cada vez mais permanentes, sempre com apoio /incentivo dos tios e tias, que, conforme relato, eram envolvidos com tráfico de drogas e crimes de homicídios na cidade próxima.

Atualmente, a senhora Terra, é uma idosa com uma saúde frágil, que toma conta dos bisnetos, filhos da Estelar, porém, devido à sua saúde, ficou internada no Hospital em estado grave na UTI, as crianças ficaram sob cuidado de terceiros que ela não soube informar, pois tudo aconteceu de forma muito repentina.

Os irmãos de Vento e Estelar vivem com a família paterna sob consumo de substância psicoativa em situação de rua, Rocha, atualmente, está preso na Penitenciária Irmão Guido.

Diante da situação relatada, foi observado algumas violações de direitos, e, devido a complexidade apresentada, como a necessidade de resposta para atendimento dessa demanda, observa-se a necessidade de intervenções que ultrapassem a esfera da política de assistência social, dessa forma, a partir de uma análise da situação, através dos técnicos envolvidos no processo de trabalho, optou-se por uma intervenção de estudo de caso ampliado, que será descrita a seguir no próximo item.

3 Desenvolvendo o estudo de caso ampliado no CREAS Sul

O estudo de caso ampliado surgiu a partir da necessidade cotidiana dada através dos múltiplos desafios propostos pela realidade social que exige dos profissionais os recursos essenciais para exercer o seu trabalho, diante de uma realidade cada vez mais explícita de emergência e urgência da qual não nos permite vislumbrar o conflito existente entre interesses sociais distintos, “aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque são eles que tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p14).

Inicialmente, ao propor se discutir do processo de trabalho no CREAS Sul, sentiu-se a necessidade de falar sobre a matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação dos profissionais, especificamente técnicos do CREAS, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou

instrumentos para efetivação da ação.

Sentimos a necessidade de perguntarmos novamente, desta vez, qual o objeto da política de assistência social, especificamente no CREAS, a média complexidade?

Nesse sentido, tem-se como objeto da política de assistência social, especificamente no CREAS, a atuação dos técnicos nas expressões da questão social que manifestam-se a partir dos seus fenômenos, como: a violência de gênero, a violência sexual, física e psicológica, a negligência, a discriminação, entre outras formas de violação de direitos.

Por outro lado, também é necessário pensar os instrumentos de trabalho para atuação nas expressões da questão social, diante dos múltiplos desafios propostos pela questão social nas suas mais variadas expressões.

Nesse sentido, deve-se pensar nas estratégias que são utilizadas para desvendá-la, para que se possa realizar uma leitura da realidade e, dessa forma, conforme Iamamoto (2003, p. 63) “imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam”.

Não se pode deixar de ressaltar a importância do conhecimento, nesse sentido, aliando-o como um meio para decifrar a realidade posta, e, a partir de então, seguir em direção ao trabalho a ser realizado.

Ainda nessa perspectiva, retoma-se os profissionais, definindo o conhecimento técnico como um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos profissionais ao longo do seu processo formativo – sendo parte do acervo de seus meios de trabalho.

Diante de uma necessidade de buscar estratégias diferenciadas para atendimento de situações específicas, tem-se que :

O estudo de caso é uma estratégia metodológica fundamental para a realização das ações no CREAS e para o planejamento das ações. É a partir desse momento que a equipe pode, de forma fundamentada, planejar as ações para cada caso, além de criar condições de instrumentalização para situações similares. O espaço das reuniões da equipe é importante também para o compartilhamento das dificuldades e das angústias, considerando que o trabalho [...] é complexo e afeta diretamente os profissionais. (Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência, 2012, p. 87).

Em conformidade com as Orientações Técnicas dos CREAS, elegeu-se aqui a reunião para estudos de casos, apontados nesse documento dessa forma como tendo por objetivo:

...reunir a equipe para estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas, além de serviços da rede que deverão ser acionados, tendo em vista o aprimoramento do trabalho. (Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social, 2011, p. 57)

A presente proposta de trabalho tem um caráter mais interno da unidade de atendimento, e, portanto, no caso específico aqui descrito, a equipe de discussão da presente situação é ampliada para a rede socioassistencial e garantia de direitos, visando, dessa forma, imprimir maior amplitude às questões discutidas a respeito da necessidade da situação específica apresentada.

A própria Política de Assistência Social (PNAS, 2004), explicita que o trabalho em rede é importante para conferir maior eficiência, eficácia e efetividade ao trabalho do profissional.

Assim sendo, a estratégia percebida pela equipe técnica do CREAS Sul para atender a situação da denúncia enunciada, foi a organização de um estudo de caso ampliado no qual pudesse contemplar, para além dos serviços oferecidos dentro da unidade de referência, um espaço de discussão, análise e estudo, como também de avaliação, por setores que tenham em comum o atendimento ao caso específico, sendo eleitos para tanto os serviços já mencionados.

Ao permitir e articular a participação de outros profissionais da rede que estejam acompanhando o caso, se é induzido uma busca por uma maior articulação com a rede apresentada na tipificação para todos os serviços oferecidos pelo CREAS.

A saber, a articulação em rede apresentada pela tipificação são: “- Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; - Serviços das políticas públicas setoriais; - Sociedade

civil organizada; - Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Sistema de Segurança Pública; - Instituições de Ensino e Pesquisa; e - Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.”

Após reunião interna com a equipe técnica, percebeu-se que a presente situação descrita ultrapassava assim as competências do CREAS e da política de assistência social, pois havia a exigência de uma maior articulação em rede com todos os possíveis serviços existentes que pudessem assim dar um melhor direcionamento à situação apresentada.

Em uma perspectiva de trabalho em rede, tem-se para Pereira Junior(2014) que:

É um sistema composto por instituições bastante heterogêneas, de várias políticas e órgãos públicos, com objetivos e modos de funcionamento diversos, que para se agenciarem em processos produtivos, exigem uma comunicação transversalizada e um compartilhamento de conceitos em uma perspectiva interdisciplinar, visando, no entanto, uma prática transdisciplinar e rizomática. (Pereira Junior, 2014, p.70)

No estudo de caso ampliado, tem-se a discussão, estudo, análise e avaliação de uma situação específica, e, a partir de então é possível vislumbrar alternativas e estratégias para atendimento e aprimoramento do trabalho desenvolvido por todos os serviços envolvidos no atendimento que poderão ser envolvidos, consecutivamente, para reforçar o aprimoramento do trabalho em rede, evitando assim a sobreposição de ações.

Contudo conforme Pereira Junior (2014), ainda acontecem situações nas quais:

A rede institucional deveria funcionar em uma perspectiva transdisciplinar, com grade coeficiente de comunicação transversal, em uma lógica de horizontalidade de poder. No entanto, as relações estão codificadas em linha rígidas de verticalidade, em uma perspectiva multidisciplinar, com constantes sobreposições de ações e decisões unilaterais conflituosas. (Pereira Junior, 2014, p 74)

É importante destacarmos que, de início, sempre é necessário um planejamento que permita à equipe refletir sobre as ações desenvolvidas nos processos de trabalho adotados e os resultados alcançados, servindo para o grupo compreender a complexidade das situações atendidas, discutir os referenciais teóricos-metodológicos e as estratégias de intervenção adotadas, as técnicas e os instrumentos utilizados e a necessidade de aprimoramentos e mudanças.

Nesse contexto, a partir das Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em situações de violência contra a mulher, com o trabalho desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia, tem-se que:

Cada caso requer um planejamento específico; o desenvolvimento desse planejamento acontece nas reuniões [...] de equipe. A partir da realização do diagnóstico social e dos primeiros atendimentos, já é possível ter uma ideia das necessidades e dos encaminhamentos que podem ser feitos. É importante salientar que essas reuniões são extremamente importantes para a condução adequada dos casos e para as tomadas de decisão. O andamento dos atendimentos é avaliado em conjunto, e os passos, discutidos com os profissionais das diversas áreas da equipe” (Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência , 2012, p. 87).

Diante da emergência gerada pela expressão da questão social apresentada, inicialmente, foi preciso reunir informações acerca da situação discutida, buscando identificar membros das famílias, idades, endereços, telefones para contato, entre outras informações básicas, como também buscar o histórico de vida, contexto atual, dialogar com outras instituições, realizar atendimentos, visitas domiciliares e institucionais, analisar a situação a partir de legislações, documentos adquiridos e demais informações necessárias ou adquiridas em outras instituições ou ainda, a partir dos usuários atendidos.

Dentro da rede socioassistencial das políticas intersetoriais e do sistema de garantia de direitos, foram eleitas quais instituições deveriam participar, foram contactadas antecipadamente para verificar a disponibilidade, sendo, posteriormente, marcada uma data e um horário

combatível para todos ou a maioria dos participantes.

Buscou-se no local oportunizar a todos os participantes tornando o ambiente acolhedor para oportunizar a participação de todos, não apresentando acusações ou falhas institucionais, mas buscando, a partir da realidade institucional de cada participante, suas potencialidades.

No decorrer do estudo de caso, cada instituição pôde contribuir com sua análise da situação, apresentando sua instituição e seus serviços, mostrando como pode contribuir no atendimento da demanda apresentada, ou mesmo discutindo estratégias para atendimento.

Na finalização as informações foram registradas em ata do estudo de caso, podendo ser acrescentado um relatório das intervenções realizadas pelo CREAS, posteriormente encaminhado por e-mail ou em meio físico para as instituições participantes.

Considerações finais

Considerando a complexidade da expressão da questão social descrita no estudo de caso, principalmente no que se refere ao contexto de história de vida, territorialidade e complexidade de atendimento que ultrapassa a própria política de assistência social, é importante destacar que, mesmo após a realização do estudo de caso ampliado, com a presença do sistema de garantia de direitos e da rede socioassistencial, a situação obteve, nas possibilidades de intervenção, apresentar avanços, como também recuos; mas a necessidade de pensar as políticas sociais de forma não isolada dentro das suas limitações traz a tona um por vir de possibilidades.

Nesse sentido, é nq busca por um processo de trabalho que possibilite a formulação de propostas criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados, que se apresenta o estudo de caso ampliado, não como algo novo a ser inventado ou reinventado, mas como uma proposta de ação viável diante de uma necessidade de atendimento para aqueles usuários da política de assistência social que tem na violação de direitos sua expressão individual da questão social.

Em síntese, essas expressões repercutem na sociedade de forma dinâmica e complexa, o que exige do profissional um trabalho

interdisciplinar, bem como a articulação dos serviços, de modo a atender as demandas dos usuários. Ou seja, aos técnicos são exigidos um perfil que possa buscar articulações governamentais e não governamentais, no sentido de fazer encaminhamentos adequadamente e possibilitar a garantia de direitos aos usuários de seus serviços, de forma mais adequada e considerando o ser humano nas suas diversas dimensões e na especificidade do seu caso.

Portanto, busca-se alcançar algo para além daquilo que vem sendo apresentado na tipificação nacional dos serviços sociais como aquisições e impactos esperados, pontuando que haverá momentos de recuos e momentos de avanços, porém que se deve sempre buscar alternativas criativas e transformações na realidade, realizando, dessa forma, uma atmosfera regular de conquistas dos direitos sociais, preconizados nas legislações pertinentes.

REFERÊNCIAS

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de rua**: Cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores. Fortaleza, UFC, 2011.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. Veras, São Paulo, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Lei Institui Sistema Unico de Assistência Social.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 1 de julho de 1990. Lei Institui Estatuto da criança e do adolescente.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª edição ampliada. 2012. Conselho Federal de Serviço Social.

CFESS. Seminário nacional: o trabalho do/a assistente social no suas. Gestão atitude critica para avançar na luta, Brasília, 2011.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas

de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

Famílias. **Serviço social e sociedade**. Nº 71. Ano XXIII. especial, São Paulo, editora Cortez, 2002.

FLEURY, Sonia Maria Teixeira. FALCÃO, Maria do Carmo. SPOSATI, Aldaíza. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 4ª edição. São Paulo, editora Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9 edicao. São Paulo, editora Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. . 6. edição. São Paulo, editora Cortez , 2003

Orientações técnicas: centro de Referencia especializado de assistência social. CREAS. Grafica e editora Brasil LTDA. Secretaria Nacional de Assistencia social. Ministerio do Desenvolvimento social e Combate a fome – MDS. Brasília, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Marcelo Gomes. **A atuação da psicologia no SUAS: um enfoque no CREAS, em seus desafios e pontencialidades**. Editora CRV, 1ª edição, Curitiba, 2014.

Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB - RH/SUAS.

Shereinier, Gabriela. **Caminhos para a cidadania: a experiência do Centro de Referencia Especializado de Assistência Social**. Rio Claro, SP: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2013. IN: Moura, L. R. M; romã; M.I. GUARNIERI, M. M; CASTANHO, M.; PASETTO, V.C.;

SILVA, D.A. **A experiência de aproximação social dentro da abordagem à população em situação de rua.**

SILVA, Rogério Araujo da. **Guia metodológico:** para a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial. Goiânia; Gráfica e editora América, 2014.

SPOSATI, Aldaísa. **A menina LOAS:** um processo de construção da Assistência Social. 6ª edição. São Paulo, editora Cortez , 2011.

Violência. Serviço social e sociedade. Nº 70. Ano XXIII. Julho 2002, São Paulo, editora Cortez, 2002.

12 Musicoterapia com crianças em acolhimento institucional – um relato de experiência vivenciado na Casa Reencontro

Lise Lopes Lima
Flora Fernandes Lima

Introdução

A atuação na Política de Assistência Social acontece junto às populações em seus territórios e é atravessada por uma dinâmica que abarca demandas complexas que precisam ser pensadas dentro de uma práxis que permita o olhar para cada fenômeno como complexo e multideterminado, devendo, portanto, ser vinculada à estratégias que abar-

quem essa pluralidade. Trata-se de uma política que está em constante construção e que é, por sua essência, articuladora das demais políticas, é universal e destinada “a quem dela necessitar”. Divide suas atuações em níveis de complexidade básica, média e alta, conforme a realidade e nível de fragilização de vínculos que se observem (BRASIL, 2004).

A realidade sobre a qual este trabalho se debruça diz respeito à sujeitos cujos vínculos estão fragilizados e/ou correndo risco de rompimento. Trata-se de uma atividade voltada para um público atendido pela divisão de alta complexidade da política de Assistência Social, mais especificamente em uma unidade de acolhimento institucional para crianças. Essa modalidade de atendimento e acolhimento institucional é uma medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), em conformidade com o seu artigo 98, quando menciona serem “aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta.”

O trabalho realizado pelas equipes técnicas das unidades de acolhimento envolve a realização de estudo psicossocial, que engloba atendimentos e escutas às famílias, visitas domiciliares, atendimentos à criança e articulação com a rede socioassistencial e das demais políticas. As demandas apresentadas por essas famílias envolvem uma série de questões sociais, como vulnerabilidade social, violência de diversas naturezas, uso de álcool e outras drogas, vulnerabilidade habitacional, baixa escolaridade, dentre outras. Além destes fatores, a criança que vive em um abrigo também sofre uma série de impactos peculiares à própria situação de acolhimento.

A partir desse recorte e pensando sobre os impactos causados pelo acolhimento, a equipe técnica da instituição busca realizar atendimentos no sentido de acolher demandas e em pensar intervenções que possam minimizar essas consequências. Dessa forma, são realizados atendimentos psicológicos, atividades lúdicas, inserção em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, reuniões familiares, inserção em projeto de apadrinhamento, dentre outros.

Dentro da experiência profissional da equipe, foi identificada a possibilidade de uma das psicólogas realizar uma intervenção com músi-

ca, mais especificamente com a musicoterapia. Essa hipótese foi recebida de forma positiva pelos demais profissionais e incentivada pela gestão, sendo assim elaborado um projeto de intervenção a ser aplicado no ano de 2019.

A musicoterapia é uma profissão nova, existe há apenas pouco mais de cinquenta anos. Entretanto, o uso da música de forma terapêutica data de mais de trinta mil anos, bastante presente e que perpassa o cotidiano de nossa sociedade, estabelece uma relação próxima e forte com crianças e jovens, pois, dentre outros fatores, é lúdica e mobilizadora. Através da música é possível contatar a vida afetiva da pessoa atendida de forma menos ameaçadora do que a linguagem verbal. (BARCELLOS, 2016)

Em atividades anteriormente realizadas, Gonçalves (2014) aponta como resultados de musicoterapia junto à crianças e jovens institucionalizados: aumento da autoconfiança, aumento do grau de autonomia, melhorias nas competências de relacionamento social e aumento da estabilidade emocional. Nesse sentido, e com estes objetivos, a intervenção realizada buscou criar um espaço que pudesse favorecer a expressão espontânea das crianças, evidenciando seus conteúdos subjetivos de forma a possibilitar o trabalho com estes.

Dentre as temáticas contempladas no planejamento das atividades estão: identidade, criatividade, autonomia, autoestima, percepção, autorregulação. Também se buscou abordar aspectos de relacionamento entre eles: regras e combinados, trabalho de turno, escuta, atividades em duplas. Demandas cognitivas tais como memória, atenção e aprendizagem também foram contempladas.

1 Casa de Acolhimento Reencontro

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Acolhimento Institucional é o serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ele pode atender a diversos públicos, como crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, idosos e jovens e adultos com deficiência. Esse acolhimento é destinado à indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no intuito de fornecer proteção integral.

O serviço de acolhimento deve respeitar o indivíduo em sua privacidade, costumes, tradições, bem como garantir a diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, religião, raça/etnia, gênero e orientação sexual de forma a garantir a proteção integral aos usuários (BRASIL, 2009). Deve buscar prevenir que situações de negligência, violência e rupturas de vínculos se agravem bem como favorecer autonomia de escolha (através do desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades); promovendo acesso à cultura, lazer, esporte que sejam significativos para o público atendido.

O atendimento oferecido deve ser personalizado e acontecer em pequenos grupos, favorecendo a convivência familiar e comunitária. Em uma unidade institucional, deve-se atender grupos de até 20 crianças e ter uma equipe que trabalhe de modo a garantir uma estabilidade das tarefas de rotina, proporcionando uma relação de referência e previsibilidade com as crianças.

A Casa de Acolhimento Reencontro, que iniciou suas atividades em 2014, fornece acolhimento institucional para crianças de zero a doze anos incompletos. É um serviço do município de Teresina (Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Políticas Integradas – SEM-CASPI) com convênio da Fundação Cajuína. Possui capacidade para acolher 20 crianças, e, no momento desta intervenção, contava com 33 crianças. O tempo máximo de permanência delas na instituição é de 18 meses e a situação é reavaliada a cada três meses em audiências junto à Vara da Infância e Juventude com objetivo de reintegrar à família nuclear/extensa ou inseri-la no Cadastro Nacional de Adoção.

A Casa conta com uma grande equipe de profissionais, como cuidadores, motoristas, cozinheiras, pedagogas, equipe de enfermagem, administrativo, psicólogas e assistentes sociais. Além disso, há, com frequência, uma contribuição proveniente da sociedade civil através da participação dos projetos da Casa, como o Mãos que Acolhem (projeto de voluntariado) e o Laços do Coração (projeto de apadrinhamento). Assim, o serviço garante a rotina e atividades das crianças durante o período de acolhimento, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer e convivência social e comunitária.

2 Musicoterapia com crianças

Segundo a definição brasileira, a musicoterapia é uma área do conhecimento que estuda os efeitos da interação entre pessoas e experiências musicais, mediadas pelo musicoterapeuta, com objetivo de aumentar suas possibilidades de agir e existir, em contextos diversos (UBAM, 2018). Para estar habilitado a exercer a profissão no Brasil, o musicoterapeuta deve ter nível superior ou especialização em musicoterapia, com formação reconhecida pelo MEC e ter registro em seu órgão de representação da categoria. Ele atuará através de avaliações específicas, com base na musicalidade e baseado nas necessidades do público atendido.

O trabalho de musicoterapia deve ser direcionado também pelas premissas de promoção à saúde, da aprendizagem, da habilitação, da reabilitação, do empoderamento, da mudança, de contextos sociais e da qualidade de vida das pessoas, grupos e comunidades atendidas. O profissional de musicoterapia pode atuar na área da saúde, educação, social/comunitária, organizacional, entre outras. (2018)

A música possui a capacidade de melhorar a atenção, estimular as habilidades sociais e de comunicação, favorecer a expressão emocional e favorecer a autopercepção (RUUD, 1990). A música é organizada no tempo e desenrola-se através de seus elementos: ritmo, melodia e harmonia. Assim, quando a criança encontra-se na experiência musical, ela também pode organizar-se e expressar-se musicalmente. Da mesma forma, por esse processo de analogia, se a música expressa alguns limites, impondo pausas de silêncio apresentando uma estrutura de início, meio e fim, a criança também adquire a compreensão de que há momentos para cada acontecimento (GATTINO, 2015)

Para complementar de forma mais específica o trabalho de musicoterapia com crianças dentro de uma perspectiva teórica próxima à intervenção realizada neste relato, também é relevante trazer como referência o trabalho de Paul Nordoff e Clive Robbins. Os referidos profissionais realizam intervenções focadas na improvisação musical, trabalhando principalmente a auto-organização e o estabelecimento de limites nas crianças. Durante o contato musicoterapêutico, busca-se favorecer a expressão, criatividade e crescimento da autoestima da criança. A música pensada para o público infantil traz uma previsibilidade que facilita a sua

compreensão e expressão, principalmente pela manutenção de padrões repetitivos de todos os seus elementos (ritmo, melodia e harmonia). Essa estrutura simples e estável apresenta um ambiente acolhedor para a criança, convidando-a a expressar-se com segurança (GATTINO, 2015).

Dentre os conceitos centrais na atuação musicoterápica está o Princípio de ISO que diz respeito à eficácia de mobilização e estimulação do sujeito quando a música utilizada estava condizente com seu tempo mental, nesse sentido, um paciente depressivo, por exemplo, é estimulado com mais precisão quando se utiliza música triste do que música alegre. Ou seja, há um espelhamento do movimento do outro, favorecendo uma aproximação e uma abertura de um canal de comunicação, justificada pela noção da existência de universos sonoros que são próprios a cada pessoa. (BENEZON, 1985).

Esse conceito pode ser ampliado ganhando novas dimensões que abrangem sua aplicabilidade desde aspectos individuais, ou seja, o conjunto de sons próprios da vivência daquele indivíduo passarão a compor o ISO gestáltico; passando por aspectos próprios de um povo ou de uma localidade, o ISO cultural; até uma abrangência universal, ou seja, sons que fazem parte da experiência de todos os seres humanos, como batimentos cardíacos e sons da respiração, por exemplo. Através do emprego desses conceitos, tomou-se o direcionamento no processo de planejamento da intervenção em relação a escolha dos ritmos a se utilizar, e, também em situações específicas, ao espelhar a expressão sonora de uma criança, de modo a criar uma ressonância necessária a favorecer os movimentos no decorrer das intervenções.

3 Musicoterapia no Reencontro

A criança acolhida apresenta demandas relacionadas à sua realidade familiar e social e também próprias à situação de acolhimento. O acolhimento representa uma experiência que envolve distanciamento da criança do seu contexto de vida e da convivência diária com seus familiares. Normalmente também ocasiona transferência escolar e mudanças bruscas da rotina, visto que há uma necessidade de adaptação à rotina da instituição. Dentre os impactos que o acolhimento institucional provoca estão atrasos do desenvolvimento, problemas cognitivos e de linguagem,

dificuldades no relacionamento social e comportamentos sociais de risco (GONÇALVES, 2013). Assim, a realização da intervenção de musicoterapia na Casa Reencontro vai ao encontro das necessidades de se acolher e reparar os danos causados pela totalidade desse contexto.

A ideia inicial sobre o local para as sessões de musicoterapia seria a de um espaço delimitado, para que se pudessem realizar as atividades com o mínimo de interrupções e também amplo, para favorecer movimentos livres dos participantes. A primeira opção pensada foi a do espaço de leitura, já que se enquadrava na descrição acima, entretanto, este espaço precisou ser reformado para transformar-se em uma sala de vídeo. Assim, optou-se por realizar as sessões na sala da equipe técnica, que, apesar de não oferecer condições ideais, foi considerada uma opção melhor do que realizar as aulas em espaço aberto, o que poderia causar muita dispersão. Os instrumentos musicais não ficavam disponíveis *a priori*, iam sendo apresentados a medida que a atividade exigia. Eles ficavam na sala anexa, local onde as crianças não costumam ter acesso. Os instrumentos utilizados foram: violão, pandeiro, triângulo, xquerê, chocalho, maracá, flauta, ganzá. Além disso, houve uso de material de desenho associado à atividades sonoras.

3.1 Metodologia

As sessões de musicoterapia foram realizadas em grupo e a faixa etária escolhida para a participação foi a de crianças entre 8 e 12 anos de idade. Havia cerca de seis crianças neste perfil e estas participaram de todos os encontros. Vale ressaltar que no decorrer dos encontros houve a participação de crianças fora dessa faixa etária devido elas estarem presentes em algumas sessões e terem sido feitos ajustes pontuais para que elas pudessem participar. Assim, houve uma média de 8 crianças por encontro. A proposta foi de encontros semanais, cada qual com duração de 40 minutos. Esses encontros aconteceram às quartas-feiras, às 18hrs. O horário escolhido para os encontros foi pensado a partir do horário das escolas, para que as crianças de ambos os turnos escolares pudessem participar, e também porque é um horário de transição de plantão de cuidadores da casa, o que deixa uma atmosfera de agitação e ociosidade.

As sessões contaram com um planejamento estruturado e com

um formato fixo, ou seja, os momentos de início e finalização eram marcados de forma semelhante em todos os encontros e havia sempre uma sugestão/consigna para as atividades realizadas. Todas as sessões foram gravadas em áudio, que foram estudados com objetivo de avaliação dos encontros. A facilitadora foi a psicóloga/musicoterapeuta e esta recebeu o auxílio de uma das assistentes sociais, além de uma voluntária da instituição.

O início era marcado pela música de acolhida, que era sempre a mesma, mas envolvia possibilidades de variações. Após a acolhida, havia uma atividade de aquecimento seguida de uma atividade principal. Após, havia um momento para que se cantassem canções escolhidas pelas crianças e então era cantada a canção de despedida, encerrando a sessão. A repetição das músicas de início e fechamentos ajudam a preparar o grupo para a atividade, marcando o momento onde a linguagem sonoro-musical será o foco, mobilizando-os, e facilitando a compreensão sobre aquele ambiente compartilhado.

Com a música de início, cada criança podia ser olhada, recebida e tinha seu nome cantado ou pronunciado pela musicoterapeuta e pelo grupo. Isso favorecia o sentimento de pertencimento e identidade. Músicas para serem usadas com essa finalidade precisam ter poucos versos, melodias simples e repetições, facilitando a memorização, dessa forma as crianças aprenderam a música logo na primeira sessão. Era comum, nos encontros seguintes, elas chegarem cantando esta música (inclusive crianças que não cantavam durante as sessões).

A música de fechamento também sugere uma despedida e marca a saída deste ambiente e o retorno para a esfera cotidiana. Ela era cantada inicialmente com o acompanhamento do violão e depois apenas com a voz, para que se fosse trocando abraços de despedida. Isso trazia a consciência da finalização da atividade e incentivava a afetividade entre os participantes após esse momento compartilhado.

3.2 Técnicas Aplicadas

A principal técnica utilizada foi a da improvisação musical. Segundo Gonçalves, algumas técnicas são naturalmente mais eficazes para esse tipo de intervenção, como a improvisação, audição e criação musi-

cais, além da criação de canções (GONÇALVES, 2013). É uma boa forma de fazer com que o sujeito expresse suas emoções, visto a liberdade de criação e de possibilidades favorecendo também a autoestima, já que representa uma produção do indivíduo. Quando em grupo, favorece a coesão e a cooperação, além de fornecer dados importantes sobre como as pessoas se relacionam entre si e como podem desenvolver novas formas de relacionar-se. Através da improvisação musical também é possível identificar e processar alguns conteúdos emocionais mais latentes.

Também se utilizou a técnica da audição musical, onde a escuta da música causa uma experiência de percepção no indivíduo que pode evocar memórias, emoções e sentimentos. Esse movimento interno pode levar a tomadas de consciência. A letra da música também pode levar à sensação de identificação com a narrativa. Além disso, a partilha em grupo favorece a coesão entre os participantes, tanto pela experiência em si quanto pela possibilidade de discussão feita pelo grupo após a audição. (GONÇALVES, 2013).

Além disso, também houve momentos de Testificação Musical, esse teste se mostra importante uma vez que propicia momentos de experimentação livre do sujeito com os instrumentos musicais. Segundo Benenzon (1985), este procedimento é uma extensão da avaliação musicoterápica e favorece com que se obtenham novos dados sobre o padrão de comunicação não-verbal do sujeito, observando bloqueios, impulsos, desejos, escolhas, bem como o vínculo que se estabelece com o profissional.

3.3 Canções Utilizadas

Algumas das canções utilizadas nas sessões musicoterápicas foram compostas pela musicoterapeuta com este objetivo, portanto serão escritas a seguir em notação musical. As músicas de acolhida e de encerramento possuem a mesma melodia, modificando apenas a letra. Também houve a composição de uma música com a temática do corpo humano para ser trabalhada em sessão específica (5ª.sessão).

Além dessas composições, foram utilizadas canções escolhidas pelas crianças a partir de seus gostos musicais. Foram elas: “Linda Morena” de Mc Pedrinho, “Sol” de Vítor Kley, “Meu Abrigo” de Melim.

MÚSICA DE ACOLHIDA

“Boa noite, boa noite, vamos começar?”

Boa noite, boa noite, meu nome eu vou cantar”

A criança então respondia o seu nome e a musicoterapeuta cantava-o.

VARIAÇÕES:

(meu nome eu vou falar/sussurrar/soletrar)

(“vou me apresentar”)

(“o meu nome eu vou falar quando a tia apontar”)

MÚSICA DE DESPEDIDA / ENCERRAMENTO

“Boa noite, boa noite, vamos terminar?”

Boa noite, boa noite, um abraço eu vou te dar.”

(“agora eu vou dançar – variação)

MÚSICA: CONHECENDO MEU CORPINHO

Eu vou dançar, eu vou dançar

Eu vou dançar, você vai ver

Eu vou dançar, eu vou dançar

Eu vou dançar, eu gosto mesmo é de aprender

Pega na cabeça

Pega na cabeça

Bate uma palminha

Pega na cabeça

Pega na cabeça

Dá uma rodadinha

*A palavra “cabeça” vai sendo substituída pelas demais partes do corpo.

4 Descrição da intervenção

4.1. Relato das Sessões

Conforme descrito anteriormente, as sessões possuíam uma estrutura de início, meio e fim definido pelas canções utilizadas e pelas atividades de aquecimento e principal. A seguir, tem-se a descrição das atividades realizadas e a avaliação de cada encontro.

1ª Sessão: Data 20/02/2019

A primeira sessão buscou apresentar o violão como um instrumento base para que se cantassem as canções. Também foi apresentado o pandeiro, que foi oferecido para que as crianças experimentassem tocar livremente e também realizassem atividades rítmicas.

O aquecimento aconteceu com o pandeiro. O instrumento passou três vezes em cada criança, ou seja, realizamos três rodadas. Na primeira a proposta era a livre experimentação; na segunda a criança deveria falar seu nome marcando as sílabas com o toque no pandeiro; na terceira cada criança deveria utilizar o pandeiro para expressar sonoramente como estivesse se sentindo.

A atividade principal foi rítmica. A musicoterapeuta começou a tocar no pandeiro um ritmo de baião, próprio de nosso Iso Cultural. Foi explicado para as crianças que em algum momento o pandeiro pararia, realizando uma determinada virada, e que o grupo deveria responder batendo uma palma. Repetimos algumas vezes para que elas entendessem a proposta, tirassem dúvidas e treinassem o movimento. Na segunda rodada foi sugerida uma nova virada rítmica, diferente da primeira, que elas deveriam responder com duas palmas. Novamente, foi repetido algumas vezes para aprender e treinar. Em um terceiro momento foi explicado que o pandeiro voltaria a tocar e poderia terminar em ambas as viradas e que, dependendo de qual fosse, elas deveriam responder com uma ou duas palmas. Após algumas repetições foram realizadas as seguintes variações: bater com os pés ao invés das mãos; cada criança responder batendo diretamente no pandeiro; cada criança bater uma ou duas palmas e a musicoterapeuta tocar a virada correspondente. Após a atividade rítmica realizamos um momento de reprodução musical com

uma canção escolhida por uma das crianças: “Linda Morena”, de Mc Pedrinho. Em seguida, música de despedida.

Avaliação: Na hora de fazerem um som correspondente a como estavam se sentindo, eles mesmos começaram a tentar adivinhar o significado dos sons que os colegas iam fazendo, se representava alegria, cansaço, etc. O pandeiro suscitou referências nas crianças. Uma delas lembrou-se da capoeira, tocou a célula rítmica e cantou músicas próprias da capoeira. Essas lembranças também despertaram relatos de referências de lugares, de capoeira que acontecia na igreja, de projetos sociais, de quantas ruas separavam a casa delas para o lugar onde essas manifestações aconteciam. Essa sessão pôde contemplar um pouco o objetivo de testificação musical, ou seja, a livre experimentação que favorece a observação dos padrões relacionais da criança com os instrumentos. Assim, já foi possível observar aspectos subjetivos relacionados à exposição, espontaneidade, medo, criatividade, persistência; observando também habilidades sonoro-musicais, além da compreensão das consignas, limiar de frustração.

Ao final do encontro as crianças sugeriram novas músicas que gostariam de cantar. As músicas escolhidas foram: “Meu Abrigo” de Melim, “O Sol” de Victor Kley, “Trem Bala” de Ana Vilela, “Nosso Amor” de Mc Pedrinho.

2ª Sessão: Data 27/02/2019

Os instrumentos utilizados na sessão, além do violão, foram: pandeiro e xequê. As técnicas foram improvisação e reprodução musical. Após a acolhida foi realizado o aquecimento, onde primeiramente foi sugerido que cada criança se apresentasse para o grupo através do som do pandeiro. Também realizamos novamente a atividade rítmica da sessão anterior (das duas viradas)

A atividade principal aconteceu com o xequê. Primeiramente o xequê passou por cada criança para livre experimentação. Após, o xequê ficava com uma criança por vez, enquanto a musicoterapeuta ficava com o pandeiro. As duas devem todas juntas por um breve tempo. Depois a criança escolhe alguém para dar o instrumento e a improvisação em duplas se repete. Vai trocando até que todos tenham tocado. An-

tes da música de encerramento/despedida foram cantadas duas canções: “Meu Abrigo” de Melim e “Sol” de Victor Kley.

Avaliação: Na hora da experimentação do instrumento, eles ficavam livres para tocar o instrumento da forma que quisessem, apenas cuidando para não quebrar. Isso favorecia a espontaneidade, criatividade, autonomia. Também era estimulado que eles mesmos passassem o instrumento para o colega, trabalhando o relacionamento entre eles, diálogo e comunicação. Na atividade de improvisação em dupla, pôde-se trabalhar a percepção do outro, a comunicação não verbal, escuta e atenção.

3ª Sessão: Data 20/03/2019

Nesta sessão foram oferecidos mais instrumentos: pandeiriola, pandeiro, ganzá, xquerê e agogô. Os instrumentos não ficavam disponíveis, iam sendo apresentados um a um. Antes de serem mostrados para as crianças foi estimulado que eles tentassem imaginar como o instrumento é enquanto ouviam o som deles. Buscamos explorar as características de cada instrumento, sua estética, formato e possibilidades de tocar. Foi perguntado quais instrumentos eles gostaram mais. A cada instrumento apresentado havia uma rodada individual de livre experimentação. Esse momento representou o aquecimento. Na atividade principal os instrumentos foram distribuídos entre as crianças, ficando umas com e umas sem instrumento. Foi explicada a proposta: a musicoterapeuta com o violão ia se aproximando de cada criança por vez, e esta criança deveria tocar junto com ela. Após todas terem um momento de improvisação em dupla, trocaram-se os instrumentos com quem ainda não havia tocado e foi repetida a proposta.

Avaliação: Na atividade de imaginar os instrumentos a partir da escuta do som é possível trabalhar a imaginação, criatividade, bem como integração sensorial, quando através da audição busca-se imaginar o objeto (visão e tato). Na atividade de improvisação em duplas, buscou-se espelhar o som realizado pela criança, realizando contato visual e validando sua criação, fortalecendo o vínculo com ela e convidando-a a expandir sua expressão com novos movimentos, caso ela se apresentasse disponível. Para as que se apresentaram mais tímidas, permaneceu-se no

espelhamento e incentivo à espontaneidade.

Quando as crianças estavam de posse dos instrumentos, antes da atividade começar, era praticamente impossível conseguir silêncio, mesmo solicitando, o que representou um desafio para o manejo da sessão. Entretanto, quando a atividade iniciava, eles ficaram mais engajados e atentos ao colega que estava tocando na vez. Ao final, na hora da elaboração (conversa final) eles só falavam que gostaram de tudo, não tinham muitas variações nas percepções.

4ª Sessão: Data 27/03/2019

Foram utilizados os mesmos instrumentos da sessão passada: pandeirola, pandeiro, ganzá, xequerê, agogô; além de dois novos: triângulo e flauta. O aquecimento consistiu no momento de livre experimentação de cada instrumento, onde foi estimulado que o grupo relembresse os nomes de cada um e as variadas formas de tocar.

A atividade principal deste dia consistiu na proposta de desenhar o som. A musicoterapeuta fazia um som, repetia algumas vezes e as crianças tinham um tempo para desenhar o som escutado. Foram escolhidos dois sons para esta atividade: 1) Triângulo fazendo batida clássica (aquela que se observa em ritmos nordestinos) e 2) Ganzá chacoalhando. O som era tocado algumas vezes e as crianças tinham um tempo para desenhar. Após a atividade, houve o momento de elaboração, para saber o que acharam da atividade e a canção de despedida.

Avaliação: Essa atividade havia sido planejada para o grupo de crianças estabelecido como perfil desta intervenção, ou seja, crianças de 8 a 12 anos. Entretanto, algumas crianças menores chegaram até a sala da atividade e acabaram ficando para a sessão. Isso dificultou a compreensão por parte dessas menores.

Talvez essa consigna, por ser mais abstrata, deveria ter sido melhor explicada para eles, bem como ter sido melhor explicado o que se esperava deles. Ao estudar o registro em áudio, percebeu-se que a explicação foi rápida e o ambiente estava mais heterogêneo devido aos participantes menores. Além disso, percebeu-se também que essa consigna é de difícil compreensão para crianças menores de oito anos de idade. Assim, algumas crianças desenharam coisas aleatórias (bonecos, formas) e apenas as maiores conseguiram seguir a proposta.

5ª. Sessão: Data: 03/04/2019

Esta sessão buscou trabalhar aspectos da identidade das crianças e também aspectos relacionados à convivência e interação entre elas. Em discussão com o restante da equipe percebemos a necessidade de trabalhar consciência corporal, pois isso se mostrou como um ponto de partida para trabalhar aspectos importantes de demandas emergenciais, como educação sexual e agressividade. Assim, após a acolhida se realizou, como aquecimento, uma conversa de identificar as partes do corpo, falando os nomes e mostrando onde estão localizadas.

Para a atividade principal, foram confeccionados desenhos de uma silhueta humana em uma cartolina e umas fichas com os nomes das partes do corpo. Também foi criada uma música chamada “Conhecendo o meu corpinho” para ser utilizada nesta atividade. Cada criança foi ajudando a colar as fichas no local correspondente do desenho. Depois de colar as partes do corpo foi feito o convite para que mexessem o corpinho, dançando e fazendo os comandos da música. A música foi cantada com a ajuda do pandeiro fazendo ritmo de baião. A proposta era mostrar a parte do corpo que a canção mencionava. No decorrer das repetições a música ia ficando mais acelerada e as partes do corpo iam sendo misturada, causando elementos surpresa e fornecendo menos tempo para resposta das crianças.

Avaliação: As crianças estavam bem dispersas durante esse encontro, brigando entre si com frequência. A atividade da cartolina aconteceu em meio a bastante barulho e disputa entre eles. Na hora de dançar eles ainda estavam dispersos, mas foram aderindo melhor à proposta. Após cantar a música do corpinho uma das crianças (10 anos) pediu o pandeiro e começou a repetir a célula rítmica do baião e a criar versos de improviso (semelhantes a repentistas). Ela se utilizou das características ou comportamento dos colegas para improvisar os versos, mobilizando todo o grupo. Foi bem espontâneo e criativo, mas também foi necessário mediar o conteúdo das letras, pois falavam de bebida, de bar, além de falarem de forma depreciativa com os colegas. Outras crianças também quiseram improvisar e foi bem interessante perceber que elas buscavam trazer eventos do cotidiano ou situações reais ocorridas para formar os versos. Algumas crianças cantaram músicas que já existem. Com o an-

damento dessa atividade algumas crianças começaram a iniciar um movimento espontâneo de acompanhar com palmas.

5 Resultados obtidos

Através da análise das sessões de musicoterapia realizadas, foi possível observar que houve uma grande adesão por parte das crianças. Isso evidencia que a experiência das sessões se configurou como um ambiente lúdico, trazendo bem-estar e momentos de alegria para os participantes. Essas sensações também aplacam um pouco a ansiedade gerada pela permanência em ambiente institucional, o que pôde ser observado pelo comportamento mais espontâneo e relaxado das crianças após as atividades.

Foi possível observar em algumas falas o receio de tocar sendo justificado por uma ideia de “não saber”. Isso é comum em primeiros contatos com a prática musicoterapêutica, visto a ideia que se tem de música, enquanto desempenho e linguagem, é baseada na ideia de que há um jeito “certo” de tocar. É importante ressaltar que na prática musicoterapêutica é possível haver aprendizado musical e resultados esteticamente belos e harmônicos, entretanto não é esse o objetivo da produção sonora, e sim a expressão espontânea e livre através dessa linguagem.

Também se percebeu o fator mobilizador que a música naturalmente possui, isso se evidencia no envolvimento do grupo com as propostas musicais, a concentração, atenção, o comportamento de autorregulação. Na hora de tocar, cada um, o instrumento, eles tiveram êxito em aguardar a sua vez, respeitando o momento do colega e mantendo-se interessados ao que estava acontecendo. Isso é algo importante, visto ser comum percebermos a disputa entre eles pelo que é oferecido no ambiente da instituição. Quando eles se regulam para aguardar a vez e assim terem o direito de ter a experiência de tocar sem ser interrompido, trabalha-se uma série de aspectos: turno, autorregulação, limite, habilidades sociais e de negociação, altruísmo, empatia, coletividade, etc.

Foi possível observar que ao criarem nas atividades de improvisação, as crianças mostravam-se orgulhosas de si, o que melhora a autoconfiança e autoestima das mesmas, além de fortalecer a identidade. Essa diferenciação e fortalecimento de características pessoais são im-

portantes em ambientes institucionais, pois nestes ambientes os procedimentos são coletivos, tornando comum as generalizações em prol do manejo da rotina.

Através de atividades musicoterápicas em grupo, as crianças puderam apresentar uma melhoria no aspecto do relacionamento interpessoal, através de um comportamento mais respeitoso com os colegas, apresentando mais tolerância em esperar o tempo reservado a cada um, escutando e validando a manifestação do colega. A disciplina também foi trabalhada uma vez que, através das músicas de início e encerramento, por exemplo, sabiam que teria um momento para começar a terminar e também devido à própria estrutura da música representar uma organização no tempo. Percebeu-se uma espontaneidade crescente das crianças, que foram sentindo-se cada vez mais a vontade nas sessões, sendo que nas duas últimas sessões já traziam espontaneamente propostas de movimentos ou de expressões sonoras.

Considerações finais

A experiência da musicoterapia junto às crianças em medida protetiva mostrou um enorme potencial a ser explorado no sentido do fortalecimento da Política de Assistência Social e de inovação na qualidade da assistência ao público atendido na Alta Complexidade. As diversas violações de direitos sofridas por esse público implicam consequências que se deve buscar minimizar de forma a fazer com que retomem o fluxo de suas vidas com o mínimo de dano possível. As experiências no ambiente musicoterápico refletem o desdobrar de possibilidades existenciais e a possibilidade de desenvolvimento de novas formas de existir e pensar os contextos de vida.

Com o trabalho das canções, foi possível perceber a emergência de memórias relacionadas às histórias de vida das crianças, o que suscitou relatos e partilhas que, ao serem vividos entre eles, representam um fortalecimento da história pessoal e familiar. A continuidade desta atividade promete a construção de um espaço potente de transformação e o aprofundamento dessas possibilidades que já se fizeram perceber na breve intervenção realizada.

REFERÊNCIAS

União Brasileira das associações de musicoterapia (UBAM). Definição Brasileira de Musicoterapia. 2018. Disponível em: <http://ubammusicoterapia.com.br/definicao-brasileira-de-musicoterapia/>. Acesso em 16 set 2019

GONÇALVES, Maria Joana da Veiga Teixeira Telo. **Musicoterapia com crianças e jovens em acolhimento institucional.** Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, 2013 Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/824/1/mmt_maria_goncalves_dissertacao.pdf. Acesso em 24 nov 2018.

BARCELLOS, Lia Rejane Mendes. **Quaternos de Musicoterapia e Coda.** Barcelona: Barcelona Publishers, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** 1990

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 2009

BENENZON, Rolando. **Manual de Musicoterapia.** Rio de Janeiro: Entrelivros, 1985.

GATTINO, Gustavo Schulz. **Musicoterapia e autismo: teoria e prática.** São Paulo: Memnon, 2015.

RUUD, Even. **Caminhos da Musicoterapia.** São Paulo: Summus, 1990.

13

Moda e inclusão social: experiência com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no curso profissionalizante da Casa de Zabelê

Andyara de Barros Lopes Nascimento
Marta Sergia Carvalho Martins

Introdução

A Moda constitui-se um grande fenômeno social na atualidade, percebido para além da perspectiva do consumo, sendo um instrumento de estudo histórico e sociológico, além de ditar comportamentos e tendências.

Diante dessa realidade, a área tem apresentado um constante crescimento e, por conseguinte, necessidade de mão de obra qualificada, o que impulsiona o surgimento de novos cursos de qualificação. No contexto de evolução e crescimento do segmento de Moda no cenário econômico da cidade de Teresina, surge a proposta de formação profissional em Moda e Serigrafia da Casa de Zabelê.

A Casa de Zabelê foi criada em no ano de 1996, como resultado de uma parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA), Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), através da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente SEMCAD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiou as ações da Instituição até o ano de 1998. Atualmente as ações são realizadas em uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal de Cidadania Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), a Ação Social Arquidiocesana, e ainda, projetos de financiamentos pontuais.

O atendimento da Instituição é voltado para a acolhida de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de diversas formas de violência, em especial a sexual, e que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. O trabalho é desenvolvido de forma a reduzir os danos provocados, com a realização de atendimentos individuais e coletivos, acompanhamento individual, familiar e escolar. A Casa de Zabelê contempla o desenvolvimento de atividades diurnas diárias, no contra turno da escola, de caráter pedagógico, desportivo, artístico e profissionalizante, atingindo um total de 105 crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos de idade (CASA DE ZABELÊ, 2018).

As ações de profissionalização da Casa de Zabelê tiveram início a partir da constatação de que muitas adolescentes, ao serem desligadas do atendimento direto, sofriam forte preconceito e discriminação da sociedade, principalmente no momento em que procuravam emprego.

Levando em conta esta problemática, a Casa de Zabelê, especificamente no ano de 2004, lançou o Curso de Moda para essas adolescentes, no sentido de que pudessem ter uma base profissional para facilitar o ingresso no mercado de trabalho. A escolha do segmento Moda deu-se de forma a incluir as jovens em um espaço onde estas não se percebiam inseridos.

A partir das necessidades das jovens, observadas no decorrer do

Projeto, decidiu-se por ampliar a iniciativa de formação profissional da Casa de Zabelê, originando o curso de Serigrafia que passou a contemplar não somente as meninas oriundas da Instituição, mas outros(as) jovens da cidade atendidos(as) pela rede sócio assistencial, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Para adentrar nos cursos supracitados, os interessados participam de um processo seletivo no qual os aspectos sociais são analisados, assim como o interesse demonstrado na entrevista psicossocial.

Nesse contexto, a proposta pedagógica associada à atenção multiprofissional especializada ofertada na Casa de Zabelê, consiste em um importante espaço para encaminhamento de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa, visto que dentre as normas preconizadas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, a formação profissional, a educação e o protagonismo constituem-se em importante pilar de ressignificação da trajetória vivenciada pelos adolescentes.

A seguir será discutida a implantação normativa do Sistema Único de Assistência Social; nesse contexto, a média complexidade, tendo no CREAS a execução das medidas socioeducativas, discutindo o serviço a partir do SINASE.

1 O SUAS e as MSE

No Brasil, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS organiza-se pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e pela Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/ SUAS (2012), cujas ações são organizadas em níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Com a aprovação da Lei 12.435, de 2011, que alterou a LOAS, foi possibilitado ao SUAS a instituição legal desses níveis de proteção e suas unidades públicas estatais, quais sejam, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS para oferta dos seus serviços de referência (BRASIL, 2016).

Tais legislações trouxeram um avanço no campo das políticas públicas, e, principalmente, no campo da política de assistência social, na qual, desde a constituição de 1988, passou a ser um direito do cidadão

e um dever do Estado.

Cabe destacar que em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, o SUAS deve estruturar-se em uma lógica descentralizada e participativa, onde os diferentes entes federativos organizam a Política de Assistência Social pelas diretrizes que deles advém (BRASIL, 1993).

Dentro desse contexto no campo da média complexidade tem-se o CREAS que “é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência nos territórios da oferta de trabalho social, por violação de direitos” (BRASIL, 2011).

No CREAS são executados os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (BRASIL, 2011).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, compete ao CREAS, dentre outras atribuições, a oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócioeducativas de Liberdade Assistida – L.A e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC (BRASIL, 2009).

Além, das legislações específicas da Política de Assistência Social e o Estatuto da Criança e do adolescente, outra legislação sinaliza a execução desse serviço disponibilizando parâmetros para a execução, sendo esta a lei 12.594/2012.

A Lei 12.594 /2012 que institui o SINASE dispõe sobre competências das três esferas de governo no Sistema, atribuindo ao Município a competência de *“formular e instituir seu Sistema Socioeducativo e seu Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e, principalmente, cofinanciar e executar as medidas socioeducativas em meio aberto”* (BRASIL, 2016, p. 43).

O SINASE apresenta para a sociedade a possibilidade de comunicação de atendimento desses/as adolescentes inseridos em um serviço ofertado na Política de Assistência Social. Porém, a comunicação

com o sistema de garantia de direitos e demais Políticas integrantes possibilita a eles/as o acesso à serviços, bem como, o acompanhamento e o atendimento que contemplam suas necessidades, visando assim, a diminuição do risco de reincidência, permitindo um vislumbamento de um novo projeto de vida positivo.

“O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida sócioeducativa” (SINASE, 2012, p. 23).

Esse sistema *“se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública)”* (SINASE, 2012, p. 23). Conforme aponta a Lei do SINASE:

As parcerias e alianças estratégicas são fundamentais para a constituição da rede de atendimento social indispensáveis para a inclusão dos adolescentes no convívio social. Assim, as entidades e/ ou programas de atendimento socioeducativo devem buscar articulação com as organizações não governamentais e governamentais, as universidades, os conselhos de direitos, os conselhos tutelares, a mídia, os demais programas sócioeducativos, os órgãos das diferentes políticas públicas e das esferas governamentais (federal, estadual, distrital e municipal), com movimentos sociais, o sistema de justiça e com a iniciativa privada, visando o desenvolvimento de suas ações (SINASE, 2012).

Em Teresina - PI, após, a realização de vários encontros técnicos, envolvendo o Sistema de Justiça, a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, esta última pertencente ao Governo do Estado do Piauí, e gestora, até então, responsável pela execução das MSE no Município, firmou-se em 13 de Novembro de 2008, a municipalização das Medidas Socioeducativas em meio aberto, passando aos quatro CREAS existentes no Município a tarefa de prestar acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade.

Para a realização do acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto são fundamentais as formações de parcerias de modo a possibilitar ao usuário e à sua família um atendimento eficaz, que, de fato, contemple as necessidades apresentadas e possibilite, a superação de dificuldades e, consequentemente, a construção de um novo projeto de vida.

Destarte, como estratégia de possibilitar o acesso a demanda por qualificação profissional os/as jovens em cumprimento de MSE são sensibilizados no decorrer do cumprimento da Medida Socioeducativa em meio aberto para participar do processo seletivo do curso de Moda e Serigrafia.

Essa oportunidade trouxe aos jovens que ingressaram nos cursos a possibilidade de vislumbrarem uma ressignificação na sua trajetória de vida, pois, com a capacitação profissional, podem gerar renda autonomamente, adquirindo condição de empregabilidade e vivenciando uma rotina de construção de saberes, de direitos e deveres no processo pedagógico desenvolvido durante o curso.

No próximo item, será discutida a juventude, vinculando a profissionalização em moda da Casa de Zabelê como uma proposta de atenção inovadora no processo de ressignificação da trajetória dos jovens inseridos.

2 O jovem em cumprimento de MSE e a profissionalização na Casa de Zabelê

A juventude, conforme Soares et al.(2010), é culturalmente tratada como uma fase de transição para vida adulta materializada, através de perdas e ganhos, como por exemplo, o término das atividades escolares, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais e construção de novo núcleo familiar.

Contudo, os jovens que são público alvo para inserção na Casa de Zabelê, vivenciam uma realidade marcada pela exclusão, distorção entre idade e série no ambiente escolar, pouco acesso a bens de consumo, devido à condição de vulnerabilidade social em que se encontram, sendo o fator econômico um limitante de suas expectativas, resultando em um processo de desigualdade frente a outros jovens que tem acesso a bens

de consumo e ao exercício dos direitos de cidadania.

Por sua vez, a condição dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa aponta que estes comumente têm baixa escolaridade e muitos vivenciam situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

A escolha da Moda como oportunidade de profissionalização traz por si elementos subjetivos importantes, que expressam o poder de distinção, exclusão e inclusão social, se observarmos somente o aspecto da indumentária, que, de forma evidente através da história, marca os cenários onde as posições sociais se revelam pelo vestir.

Para Lipovestky (1989), a Moda como sistema marcou sua importância no séc. XIV na Europa Ocidental, passando a ser uma regra social de costumes e boas maneiras exclusivas da nobreza e de seus modos de vestir. As outras classes não se incluíam no sistema. É verificado que a Moda possui, desde os primórdios das civilizações, o poder de segmentar e estratificar os segmentos da sociedade, e esta realidade se mantém sendo reproduzida ao longo dos tempos.

No mundo globalizado, onde prevalece o consumo, a exclusão social de adolescentes, especialmente os de baixa renda, torna-se óbvia, uma vez que seu poder aquisitivo está limitado. Assim, compreendemos que a oferta desta profissionalização suscita interesse também por toda a subjetividade que o segmento da moda traz para essa categoria.

Observa-se nas colocações dos adolescentes em cumprimento de MSE, quando da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), uma espécie de justificativa para o cometimento de ato infracional, o envolvimento com gangues e uso de substância psicoativa, aliados a uma extrema situação de exclusão social. Nesse contexto, fatores como a educação, e o trabalho parecem distantes e inacessíveis à sua realidade.

Por outro lado cabe ressaltar que em relação aos adolescentes em cumprimento de MSE, prevalece para a população a ideia do senso comum fundada na premissa de que os atos infracionais cometidos por adolescentes são responsáveis pelo agravamento da violência na sociedade atual. Entretanto, há que se considerar que, observando a trajetória de vida destes, encontra-se uma vida permeada de diversas exclusões e violações de direitos, no campo familiar, comunitário e institucional.

Destaque-se ainda que a dificuldade de inserção dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho é delimitada pela ocupação de vagas que requerem pouca qualificação e que em sua maioria, permitem pouca perspectiva de iniciar, ou construir, uma carreira profissional (IBASE/POLIS 2005). “Geralmente, os adolescentes que cometem atos infracionais tem direitos violados; possuem baixa escolaridade e defasagem idade/serie; trabalho infantil nas piores formas como aliciamento para o trafico de drogas; ou envolvidos em atos de violência.” (BRASIL, 2016, p. 17, apud CONANDA/IBAM, 2013).

Frequentemente, adolescentes que vivenciam a fragilidade de vínculos familiares e ou comunitários são mais vulneráveis a pressão para se integrarem a gangues ou a grupos ligados ao trafico de drogas. Esse cenário provoca uma série de estigmas sociais a esses adolescentes impedindo que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades. (BRASIL, 2016, p. 17-18).

Sob este prisma os Cursos oferecidos na Casa de Zabelê creditam formar não apenas mais um jovem para o mercado de trabalho, sua proposta objetiva promover uma formação profissional integral, que possibilite o desenvolvimento de habilidades técnicas, criatividade, motivação, auto-estima e cidadania, que, de modo significativo, contribuam para os seus projetos pessoais e profissionais, favorecendo a inclusão social (ZABELÊ MODA, 2018).

Cabe ressaltar que, através de uma parceria com diversas empresas locais, os concludentes do curso são encaminhados ao mercado de trabalho, o que se considera um aval para a profissionalização da Casa de Zabelê, onde o/a aluno/a concludente tem uma chancela de qualidade profissional na sua formação devido à proposta pedagógica aliar o saber técnico ao estudo das raízes de formação do povo brasileiro (ZABELÊ MODA, 2018).

O próximo assunto a ser abordado nesse artigo apresentará o desafio presente no cotidiano da execução da formação profissional para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

3 O desafio da formação profissional para o adolescente em MSE

Cabe destacar que para os/as adolescentes em cumprimento de MSE esse desafio se faz imenso devido ao escasso acesso aos direitos de cidadania, demarcado pela presença deficitária de políticas públicas eficientes nos territórios de maior vulnerabilidade, o que abre espaço para o crescimento da criminalidade.

Assim, em muitos contextos a inserção deste adolescente no mundo do crime se torna uma condição de poder no seu território, e se constitui em uma alternativa de sobrevivência para os mesmos que vivenciam situações diversas de violações de direitos tais como: violência intrafamiliar, exclusão escolar, e uso de substância psicoativas.

A adesão à criminalidade passa a representar uma fonte de renda imediata, que permite o alcance de um padrão de consumo superior aos trabalhos informais que conseguem acessar. Entretanto, o contraponto que se busca construir no processo de resignificação de vida deste adolescente se dá pela reflexão das inúmeras perdas e conflitos vivenciados, insegurança e baixa perspectiva de vida, onde a possibilidade de construção de uma opção de saída desta situação se dá pela adesão da escola e de espaços de profissionalização.

Durante o processo de formação profissional na Casa de Zabelê, as diversas histórias de vida desses jovens são reelaboradas buscando a afirmação da sua cidadania, pois durante o Curso de Moda e Serigrafia os seus limites pessoais, potencialidades e expectativas são trabalhados de forma individual e coletiva, assim como recebem um universo rico de informações e conhecimentos de modo a favorecer o processo de desenvolvimento pessoal e profissional. Tal proposta exige dos educadores uma capacidade de perceber e conduzir os ensinamentos de modo que as particularidades de cada um sejam incorporadas ao processo do aprendizado enriquecendo-o através dos diversos prismas. Na prática educativa, busca-se a transmissão de conhecimentos que incluem questões que permeiam a vida, o mundo do trabalho e as especificidades de cada ofício.

No desenvolvimento dos cursos o desafio em fidelizar esse aluno/a se faz presente diariamente, pois, estes são pertencentes ao grupo social mais exposto à exclusão, racismo e outras formas de preconceito, o que os faz alimentar a crença de que o trabalho é raro e que o sucesso

escolar pode não garantir o sucesso profissional (CASTEL, 2008).

Os adolescentes em cumprimento de MSE são geralmente estigmatizados pela sociedade, marca que suscita neles, descrença, revolta, apatia, tornando o processo de adesão mais difícil, visto que no universo de jovens em situação de vulnerabilidade social este é o que têm mais baixo reconhecimento social. Percebe-se também entre os jovens, uma baixa estima e uma revolta em perceber que de forma costumeira são repreendidos em virtude da quebra das regras definidas no curso, as quais são uma forma educativa de preparar para inserção no mercado de trabalho cuja permanência se dará pelo cumprimento dos regulamentos e deveres da empresa.

Através, da moda objetiva-se viabilizar o desejo dos jovens em adentrar o mercado de trabalho e ainda estimular a inovação, a criatividade, o protagonismo, o contato com os desafios da contemporaneidade e com a realidade do mercado de trabalho local que necessita fortemente de mão-de-obra qualificada. Por meio de uma metodologia particular e inovadora o curso orienta sobre a realidade do mercado de trabalho, bem como aponta os direitos e deveres que estes possuem, de forma que, ao ingressarem no mercado, estejam aptos tecnicamente e eticamente para o exercício profissional.

Sob o signo do empoderamento os jovens têm ao final do curso um alicerce pessoal e profissional para atingirem seus objetivos profissionais com maior determinação e clareza, pois são estimulados a acreditar em suas potencialidades, para assim superar as vulnerabilidades que fazem parte do seu cotidiano.

O curso ofertado na Casa de Zabelê contempla vivências de inclusão cidadã importantes e essenciais para o processo de construção de projetos de vida destes adolescentes, pois ainda que não ingressem no mercado formal dentro do segmento de moda ou serigrafia, terão consolidados pela trajetória no curso, habilidades pessoais e subjetivas para avaliar novos caminhos com as aquisições de autonomia e protagonismo estimuladas.

Além desse aspecto, o curso fortalece a auto-estima dos jovens através da participação em diversos eventos culturais, e ainda por meio da exposição dos trabalhos elaborados durante o curso na Casa da Cultura, no Teatro Quatro de Setembro e no Anfiteatro da ASA, o

que permite que a visibilidade dos trabalhos desenvolvidos, reitere na sociedade e no Mercado da Moda o talento desses jovens.

Participar de Eventos e Exposições propicia um espaço de realização da subjetividade, bem como uma inclusão social por meio da moda, diferente daquela determinada pela condição de classe, pois promove, por meio conquista da visibilidade, o reconhecimento social, o fortalecimento da inclusão e a vivência da cidadania.

Na concretização desses trabalhos, há uma atmosfera permeada de desafios, o/a jovem aciona um universo de possibilidades que carregam consigo, bem como por este meio se conectam ao mercado de trabalho de forma profissional. A possibilidade de circular em espaços diferentes sinaliza diversos caminhos onde a situação de exclusão que outrora permeava o seu cotidiano, passa a dar lugar a uma nova relação dentro da sociedade, onde mesmo convivendo com situações adversas, o jovem, através da sua criatividade, estabelece uma relação com o mundo que os faz ascender para além dos limites de sua realidade. Estabelecem-se então conexões entre o jovem educando, o seu saber e criatividade, a sociedade e o mercado de trabalho.

A exposição do conhecimento estudado, com a apresentação pública do trabalho proveniente, é parte do processo de formação inclusiva, pois de um lado demonstra a técnica aprendida, e de outro, ao submeter à apreciação do público, resulta em uma valorização e possibilidade de avaliação do processo de aprendizado.

O resultado que se espera é uma formação exitosa do ponto de vista emocional e cognitivo, onde o educando guardará essa experiência de forma positiva na construção de sua trajetória.

A seguir será discutida a questão da moda no aspecto de sua metodologia educativa e a perspectiva da cidadania nesse contexto.

4 Moda, educação e cidadania

Gentili (2001, p. 97) afirma que "cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal de direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos". O Curso de Moda na Casa de Zabelê tem uma estrutura pedagógica calcada na perspectiva

prática da vivência da cidadania apoiada nas matrizes étnicas do povo brasileiro, onde, através do estudo das nossas raízes de formação, são adquiridos uma gama de conhecimentos que propiciam a inclusão social, a valorização dos referenciais culturais e, conseqüente, promoção do cidadão.

Giles Lipovetsky (1989), no livro “O Império do Efêmero”, observa que durante boa parte do séc. XX a teoria da moda sofreu uma espécie de acomodação dos intelectuais que adotaram sobre o assunto um credo comum em relação à explicação simplista de que a lógica inconstante da moda deve ser entendida a partir de fenômenos de estratificação social e das estratégias mundanas de distinção honorífica. De tal modo, percebendo a necessidade de possibilitar uma formação cidadã, que, de forma crítica e inclusiva faça uma leitura contemporânea do mercado de trabalho, o referido curso utiliza uma matriz pedagógica alicerçada no conhecimento da cultura, favorecendo a afirmação da identidade étnica e comunitária, constituindo-se como uma possibilidade de afirmação social de jovens até então excluídos e discriminados, em especial na relação étnica.

A diretriz metodológica do curso é formatada em torno de quatro núcleos de aprendizagem, estruturalmente divididos, mas que constituem um processo integrado. Os núcleos são os seguintes: Núcleo de Atividades Pedagógicas - no qual são trabalhados temas acerca das raízes de formação do povo brasileiro e conhecimentos sobre direitos, deveres e ética profissional; Núcleo de aprendizagem Profissional - que orienta sobre as técnicas aplicadas a moda; Núcleo de produção - etapa onde os alunos, através de estágio, têm contato com o mercado de trabalho onde são aplicados os conhecimentos adquiridos; Núcleo de Comercialização - aprendizado de técnicas de venda e participação em feiras e eventos.

A profissionalização em Moda e Serigrafia tem a duração de um ano e três meses, ao termino de cada raiz os alunos elaboram um trabalho de conclusão, de modo a testar suas habilidades teóricas e práticas. Ao final do curso, os alunos são encaminhados como profissionais para empresas do segmento de moda e serigrafia que tem nos concludentes uma mão de obra especialmente qualificada. No período de três meses que correspondente ao contrato de experiência os jovens são avaliados

em suas habilidades podendo permanecer ou não na empresa.

A parte técnica inclui aulas de modelagem industrial, técnicas de costura industrial, pesquisa em moda, planejamento de coleção, compras, desenho técnico, desenho industrial, estamparia, desenho de moda, história da moda, conhecimentos estes aplicados de forma prática, durante todo o processo de aprendizado o conteúdo estudado.

Dando ênfase a perspectiva de inclusão e identidade, o núcleo pedagógico aborda as raízes de formação, indígena, européia, africana e a brasilidade como forma de estimular a aceitação das diversas culturas, raças e multiplicidade que são geradoras do povo brasileiro.

Portanto para compreensão da proposta pedagógica discorreremos sobre as raízes trabalhadas:

- Raiz Indígena - entendimento, pesquisa e preservação da cultura, dos rituais, línguas, partindo do conceito de aldeia e globalização, que implica em dialogar com o mundo, preservando as origens;
- Raiz Européia - busca perceber a miscigenação de raças, os costumes e heranças da colonização, interpretando através da moda essa diversidade de culturas;
- Raiz africana – refletir todo o processo histórico e luta dos negros, valorizando a sua importância nos costumes, cultura e formação da brasilidade;
- Brasilidade – propõe estudar o Brasil e suas multifaces.

No livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freire nos fala dos dilemas e dos esforços de equilibrá-los que estão presentes na sociedade brasileira. Freire considera que “de modo geral a formação brasileira tem sido um processo de equilíbrio e antagonismos.” (FREIRE, 1975, p. 53)

É factível compreender que a essência da brasilidade esteja permeada dos antagonismos presentes em todos os aspectos culturais herdados desde a colonização, contudo, as diferenças se harmonizam e as várias faces de um mesmo Brasil convivem simultaneamente.

Deste modo, para formação profissional realizada na Casa de Zabelê é através das matrizes étnicas de formação do povo brasileiro que se tece uma rede de conhecimentos que propiciam a inclusão social, a percepção da cidadania e a importância de valorização da cultura brasileira.

Com esses estudos, os educandos percebem a Moda como um universo amplo, e passam a identificar como ela se relaciona com o tempo, a cultura, a economia e a nossa história.

No próximo item, será apresentada uma análise crítica da discussão da experiência de inclusão de adolescentes e jovens em cursos profissionalizantes de Moda na Casa de Zabelê, especialmente no contexto de cumprimento de medida socioeducativa.

Considerações finais

Diante do panorama exposto, considera-se a formação profissional na Casa de Zabelê, uma experiência inovadora de inclusão social por meio da Moda, visto que toda metodologia do curso é orientada para a preparação dos jovens, visando o exercício ético, responsável e cidadão da profissão.

A efetividade da proposta é percebida através de relatos de egressos e alunos/as do curso onde afirmam que “o curso possibilitou o conhecimento das capacidades”; “oportunidade de trabalho e mudança de vida”; “valorização da cultura e da cor”; e mesmo os que estão atuando em outros segmentos, consideram este aprendizado como facilitador na sua trajetória. Cabe ressaltar que, através de uma parceria com diversas empresas locais, os concludentes do curso são encaminhados ao mercado de trabalho, o que reputa uma validação da profissionalização da Casa de Zabelê, onde o aluno/a egresso/a da casa tem uma chancela de qualidade profissional na sua formação.

Destacamos que a interface com as empresas constitui-se um importante passo de evolução na formação profissional desenvolvida na Casa de Zabelê. Essa constatação se dá pela proposta pedagógica da formação profissional que visa formar não somente um jovem trabalhador, mas sim ampliar sua visão de mundo e expectativas de modo a adquirir confiança para buscar novos projetos de vida. Percebe-se que na medida em que a formação profissional não se encerra na condição de profissionalização, amplia-se o horizonte de possibilidades para este jovem e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Ao proporcionar a multiplicidade de saberes, tendo como fio condutor a Moda, os(as) jovens atendidos(as), nos cursos de Moda

e Serigrafia, têm um maior suporte ao serem integrados ao mercado de trabalho, contudo vivenciam as condições do mercado de trabalho contemporâneo o qual é exigente, desafiador e por vezes excludente.

Os resultados são favoráveis no que tange a inserção do jovem no mercado de trabalho, mas é importante salientar que a sua permanência deriva de fatores inerentes a sua subjetividade, porém, constata-se que os/as egressos/as têm uma boa condição de empregabilidade, e aqueles que não seguem atuando na área possuem um desempenho satisfatório em outras profissões.

É plausível entender que, o desafio para manutenção da excelência na formação profissional é diário, haja vista a singularidade e inovação da proposta e particularidade do público-alvo atendido, portanto cabe aos educadores e educandos, no decorrer da formação, a avaliação e recondução da capacitação em Moda para que os objetivos sejam, a cada nova turma, contemplados com a evolução da proposta e a sua completude.

Constata-se que a inserção de adolescentes em cumprimento de MSE nos cursos de moda e serigrafia ofertados na casa de Zabelê tem se constituído em uma importante estratégia de ressignificação da trajetória de vida destes adolescentes, uma vez que lhe proporcionam a oportunidade da potencialização dos recursos para a superação da situação de vulnerabilidade vivenciada e a reconstrução de relacionamentos com o contexto social em que se encontram inseridos, facilitando o empoderamento e a autonomia e o exercício do protagonismo na participação social (BRASIL, 2011).

Contudo, a formação profissional, em grande parte pelo modelo pedagógico inovador que permeia o trabalho executado na Zabelê Moda, busca não somente formar novos profissionais para o mercado, mas também viabilizar uma reflexão ampla sobre suas raízes étnicas e sobre as lutas sociais para a conquista da cidadania.

Desse modo, a profissionalização em moda e serigrafia mostra-se inovadora por trabalhar elementos que propiciam o empoderamento, a auto estima, o protagonismo, de forma eficaz, com a valorização de aspectos não somente funcionais, mas sim de formação da sua própria identidade, enquanto cidadão inserido na realidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tificação Nacional de Serviços *Socioassistenciais*. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Brasília, 2011.

FEGHALI, Marta kasznar. *As Engrenagens da Moda*. Rio de Janeiro: Ed. Senac - Rio, 2004.

GALLI, Genaro. A transição para a vida adulta: profissão e educação superior. IN: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. (Orgs). *Juventude, consumo e educação*. – Porto Alegre: ESPM, 2008.P.83-93.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? IN: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo,2005.

LIPOVETSKY, Giles. *O Império do Efêmero: A Moda e seus Destinos na Sociedade Moderna*. São Paulo: Ed.Cortez,2009.

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Teresina- PMASE. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal do Trabalho Cidadania e Assistência Social- SEMTCAS. Teresina, 2016.

Plano de Trabalho- ZABELÊ Moda. Casa de Zabelê. Teresina, 2018.

SOARES,Alexandre B.(org.); RIZZINI,Irene; BUSH, Malcom (coordenação). *Juventude e elos com o mundo do trabalho:retratos e desafios*. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: CIESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.

Sobre os autores

Anderson Oliveira Sousa

Psicólogo no CRAS Sudeste IV e bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

Andyara de Barros Lopes Nascimento

Formada em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho, especialista em Neuropsicologia pela FACINTER.

Ângela Pereira da Silva Chantal Nunes

Apoio Técnico na Gerência de Gestão do SUAS, Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). Possui Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pela Universidade de Coimbra (2018) e Graduação em Psicologia pela UESPI (2008).

Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior

Psicólogo no CRAS sudeste III e bacharel em Psicologia pela FACID; especialista em gestalt-terapia, com ênfase em clínica pela FESVIP.

Cristina de Melo Moura Oliveira

Coordenadora Técnica de Gestão de Informação e Dados da Gerência de

Gestão do SUAS, Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). Pedagoga formada pela Faculdade Piauiense (FAP). Especialização em Supervisão Escolar e Docência no Ensino Superior pelo Centro Educacional de Formação, Capacitação e Qualificação Profissional (CEFOP).

Dannylo Cavalcante Alves

Assistente social, CRAS Sudeste III e bacharel em serviço social pela UFPI/especialista em família e políticas públicas pela UNIFSA.

Flora Fernandes Lima

Psicóloga servidora da SEMCASPI, vínculo estatutário, graduação em psicologia, especialização em psicologia jurídica, especialização em psicoterapias corporais, mestrado em comunicação social.

Franciana Beleense de Sales

Assistente Social, Coordenadora das Ações Estratégicas de Enfrentamento ao Trabalho Infantil-AEPETI da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas-SEMCASPI – Prefeitura Municipal de Teresina-Piauí

Gleciene Marques dos Santos

Assistente Social formada pela UFPI, especialista em Saúde Pública pela FACINTE, especialista em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade pela UFPI.

Iracilda Alves Braga

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2000), mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (2005), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2017). Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas até janeiro de 2020 e atualmente professora adjunta do Departamento de Serviço Social - Universidade Federal do Piauí.

Janaina Lucélia Oliveira de Carvalho

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2001), é mestre em Políticas Públicas e atualmente é assistente social da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues

Assistente social, Coordenadora de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI/PMT e da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI; especialista em saúde pública pela Universidade de Ribeirão Preto e mestra e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina- PI/Brasil. E-mail: jovinamsr@gmail.com.

Kelma Jeana Modestina de Oliveira

Gerente de Gestão do SUAS da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí.

Layla Carolina da Costa Lima Paiva

Assistente Social, Divisão de Média Complexidade da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas-SEMCASPI – Prefeitura Municipal de Teresina-Piauí.

Layla Tacianne Cardoso Lemos

Coordenadora Técnica de Vigilância Socioassistencial da Gerência de Gestão do SUAS, SEMCASPI (desde 2018). Possui Especialização em Cidadania e Políticas Públicas pela UESPI (2014) e Graduação em Psicologia pela UESPI (2006). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)- 1991.

Lise Lopes Lima

Psicóloga servidora da SEMCASPI, vínculo estatutário, graduação em psicologia, formação em arte terapia, especialização em musicoterapia.

Marfisa Martins Mota de Moura

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)- 1991. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.- 2017, Especialista em MPA Gestão de Cidades (FGV) - 2012, Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) - 2009, Especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (LACRI/ IPUSP - USP) - 1997, Pesquisadora membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: serviço Social e questão social (UFPI) e do Grupo de Pesquisa - Relações Étnico-Raciais: cultura e sociedade (UECE), Servidora Pública Municipal lotada na Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI/PMT). Assistente Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). Professora do curso de graduação em Serviço Social e do Curso de Pós-Graduação em Família e Políticas Públicas do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Possui experiência nas áreas de: Gestão de Políticas Públicas, Relação Público e Privado, Controle Social, Política de Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Violência Doméstica e Sexual contra crianças e adolescentes.

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista nas áreas de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo (USP) e de Gestão de Cidades pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Teresina-PI/Brasil. E-mail: guadalupeveloso@hotmail.com.

Marta Sergia Carvalho Martins

Formada em Serviço Social pela UFPI e Especialista em Designer de Moda pela NOVAFAPI, Especialista em Saúde Família pela UNINTER.

Teresa Cristina Costa Moura

Professora do curso de Serviço Social da UFPI. Possui Doutorado em Serviço Social pela UFPE (2017), Mestrado em Políticas Públicas pela UFPI (2012) e Graduação em Serviço Social pela UFPI (2000). Atuou como assistente social nas funções de execução, assessoramento e ges-

tão na Política de Assistência Social do município de Teresina de 2002 a 2019. Entre abril de 2018 e junho de 2019 esteve à frente da Gerência de Gestão do SUAS momento em que contribuiu na construção da metodologia do Diagnóstico Socioterritorial do município de Teresina(PI).

SOBRE ESTE LIVRO

Formato: 15,5 x 22,5

1º edição (março/2020)

EQUIPE DE REALIZAÇÃO:

Iracilda Alves Braga (organizadora)

Marfisa Martins Mota de Moura (organizadora)

Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro (organizadora)

Ronyere Ferreira (diagramador)

Adriano Lobão (capista)

Letícia Maria Alves Braga (revisora)